


ActionAid Brasil



MULHERES E AGROECOLOGIA
Sistematizações de experiências
de mulheres agricultoras

Volume 1

Rio de Janeiro - RJ
2010

Ficha Técnica

Organizadores

ActionAid Brasil
Grupo de Trabalho Mulheres da ANA

Comissão de Animação do Projeto Mulheres e Agroecologia

Adriana Galvão Freire
Adriana Pereira
Ana Paula Ferreira
Andrelice Silva dos Santos
Elizabeth Maria Cardoso
Maria Marli de Almeida Romão
Marli Gondim
Vanessa Schottz
Vera Guedes

Coordenação Editorial

Ana Paula Ferreira
Elizabeth Maria Cardoso
Emilia Jomalinis
Glauce Arzua
Maíra Martins
Neuma Faria
Vanessa Schottz

Apoio

ActionAid Américas

Revisão

Sonia Argollo
Sheila Dunaevits

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação

Farache Comunicação - www.farache.com.br

Impressão

Provisual

Tiragem

1.000 exemplares

Agradecemos e dedicamos este livro a todas as agricultoras que se envolveram neste rico processo e à Kathy Hollidge que permitiu que nossas ideias fossem implementadas.

Índice

APRESENTAÇÃO

Intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por Mulheres	11
O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia	18

ASSEMA

Carta às companheiras de Coco Babaçu	29
--------------------------------------	----

FASE

A mulher que multiplicava peixes	35
A resistência agroecológica no assentamento Chico Mendes II	40

ESPLAR

A auto-organização das mulheres para superação do machismo	53
Quintais produtivos numa perspectiva agroecológica e de superação das desigualdades de gênero	59

AQCC

Sistematizando experiências das mulheres	67
--	----

CENTRO SABIÁ

Sistematização da experiência de Dilene Nicolau	77
---	----

CF-8

Grupo de mulheres decididas a vencer	85
--------------------------------------	----

CAA

A turma do Pequi	97
Plantando sementes e colhendo dignidade	106

	ASPTA	
As muitas portas de Vanda		131
	SASOP	
Construindo a nossa história em rede		155
Grupo de mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos		166
	MMTR-NE	
Sistematização de duas experiências de mulheres		185
	MST-MA	
Quebradeiras de coco Babaçu da Vila Diamante		203
	MIQCB	
Uma experiência de Angelim - Luzilândia		211
	CTA	
O mercado solidário de Divino/MG: A comercialização de produtos agroecológicos segundo as mulheres		219
	MOC	
Mulheres do semiárido baiano geram renda com beneficiamento da mandioca		235
	CONVIVER	
A venda de produtos à CONAB, via PAA: a experiência de mulheres de Mirandiba		243
	COMSEF	
História da Associação das Artesãs e da Apasca		257
	CMN	
Unidades Agroecológicas de Mulheres: Empoderamento a partir da gestão		267
	CONCLUSÃO	
Alguns aprendizados no breve percurso		285



APRESENTAÇÃO - ActionAid Brasil
e GT das Mulheres da ANA

Intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por mulheres

Ana Paula Lopes Ferreira¹
Vanessa Schottz²

A troca de experiências entre agricultores não é uma prática recente. Essa troca de conhecimento sempre se deu em espaços públicos, tal como nas feiras de comercialização. Porém, atualmente, esse processo vem sendo apoiado por organizações de assessorias que entendem que o conhecimento dos agricultores deve ser valorizado e expandido. O incentivo à sistematização e reflexão sobre experiências, bem como a promoção de eventos de intercâmbio entre agricultores(as) e técnicos(as) e de trocas de experiência têm sido importantes instrumentos de fortalecimento da agroecologia e dos(as) agricultores(as).

Muitos esforços vêm sendo empregados para identificar e sistematizar as experiências agrocológicas, contudo, percebe-se que as experiências sistematizadas são em sua grande maioria protagonizadas por homens, ou, ainda, são experiências que contam com importante trabalho das mulheres, que não são visibilizadas e, tampouco, valorizadas.

Em geral, as sistematizações destacam o papel da família, sem problematizar as relações de poder e os papéis desenvolvidos pelos diversos membros, contribuindo para tornar ainda mais invisível o trabalho das mulheres na construção da agroecologia, seja na esfera produtiva ou na reprodutiva. Temas como a divisão sexual do trabalho, o planejamento produtivo, a autonomia política e econômica das mulheres acabam por não serem abordados nas sistematizações.

¹ Coordenadora do Programa de Direito das Mulheres da ActionAid Brasil.

² Integrante da equipe técnica da FASE e animadora do GT Mulheres da ANA.

Nesse sentido, as mulheres afirmam a necessidade de garantir espaços específicos para sua auto-organização e também a importância estratégica de desenvolver processos de sistematização e intercâmbio de experiências que sejam protagonizadas pelas agricultoras, camponesas, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, entre outras. Possibilitando, assim, explorar as interfaces entre as ações locais e a perspectiva de construção da transição agroecológica, não apenas no campo da produção, mas também no tocante ao conjunto das relações sociais, em particular da igualdade de condições entre homens e mulheres.

É nesse contexto que se iniciou, em março de 2008, o processo de **“Intercâmbio e Sistematização de Experiências Agroecológicas protagonizadas por Mulheres”**, fruto de uma parceria do Projeto *“Disseminação de conhecimento agricultor(a) a agricultor(a): Trocando experiências e fortalecendo o movimento agroecológico”*³, da ActionAid e do Projeto “Mulheres Construindo a Agroecologia”⁴, desenvolvido pelo GT Mulheres da ANA e apoiado pela Heifer.

O projeto envolveu 21 organizações e movimentos sociais da região Nordeste e de Minas Gerais, que encontram-se em estágios distintos de organização e reflexão sobre os temas da agroecologia e feminismo. Enquanto que algumas organizações já tinham a sistematização de experiências de mulheres inserida na sua prática institucional, outras relataram que as sistematizações realizadas até então não contemplavam o protagonismo das mulheres. Algumas organizações informaram que a sistematização era algo novo na sua realidade de trabalho.

Organizações/movimentos que participam do “Intercâmbio e sistematização de experiências de mulheres e agroecologia”:

AQCC, ASPTA/Polo Sindical da Borborema, ASSEMA, CAA-NM, Casa da Mulher do Nordeste, Centro de Mulheres do Cabo, Centro Sabiá, CF8, COMSEF, CONVIVER, CTA-ZM, Esplar, FASE-PE, Fórum das Mulheres de Mirandiba, MIQCB, MMC-AL, MMTR-NE, MOC, MST-MA, Rede de Mulheres de Remanso, SASOP e SOS Corpo.

³ O primeiro encontro de intercâmbio realizado através deste projeto Agricultor para Agricultor aconteceu na Paraíba, em maio de 2007. Esse encontro apontou para a necessidade de o projeto incorporar mais aprofundadamente a temática de gênero.

⁴ O Projeto Mulheres Construindo a Agroecologia tem como objetivo: fortalecer a ação do GT Mulheres da ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, mediante processos de intercâmbio e sistematização de experiências das mulheres na agroecologia; dar visibilidade às experiências desenvolvidas pelas mulheres para o movimento agroecológico; criar referências para as políticas públicas, a partir das sistematizações do trabalho das mulheres na agroecologia.

A proposta metodológica

A promoção de espaços de intercâmbio e troca entre as experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres, bem como o fortalecimento da capacidade das mulheres para sistematizar e refletir sobre suas próprias experiências configuram-se nos principais objetivos deste projeto.

Buscou-se construir uma metodologia participativa possibilitando que a sistematização fosse feita pelas próprias agricultoras e técnicas das organizações envolvidas com o projeto. Optou-se pela construção conjunta de um roteiro apontando questões importantes sobre a vida das mulheres na agroecologia, para serem aprofundadas nas sistematizações.

Não se definiu um formato metodológico único. Apenas o roteiro de questões era comum a todas as experiências. Os grupos foram estimulados a utilizar formatos e instrumentos de sistematização variados e participativos, seja através de oficinas, entrevistas ou outras dinâmicas, o que refletiu numa grande diversidade dos textos que aqui serão apresentados. Buscou-se respeitar o tempo e os estágios distintos das organizações, além da reflexão diversa das experiências sobre os temas da agroecologia e do feminismo.

A metodologia desse processo de sistematização envolveu os seguintes passos:

1. Formação de uma “comissão local” para mapeamento das experiências e construção da proposta de metodologia e programação da 1ª oficina.
2. Realização da 1ª oficina em Afogados da Ingazeira/PE (10 a 11 de março de 2008) com os seguintes objetivos: conhecer e refletir sobre as experiências com mulheres e agroecologia que cada organização desenvolve; refletir sobre o papel da sistematização para a vida das mulheres e das organizações; construir de forma conjunta uma proposta de roteiro de sistematização de experiências. Participaram da oficina 60 mulheres, sendo três mulheres por organização ou movimento (uma técnica/assessora e duas agricultoras/agroextrativistas/quilombolas para cada organização). Cada organização apresentou brevemente sua experiência com mulheres e agroecologia⁵, e foram

⁵ Para subsidiar esta breve apresentação, foi enviado, com antecedência, um roteiro com questões para serem debatidas de forma coletiva nas comunidades: Qual o impacto do agronegócio nas experiências agroecológicas e na vida das mulheres? Qual o papel da agroecologia para a vida das mulheres? Qual a contribuição das mulheres para a construção da agroecologia?

visitadas três experiências do Sertão do Pajeú acompanhadas pela Casa da Mulher do Nordeste e pelo Centro Sabiá.

3. Após consulta institucional, cada grupo/organização/movimento desenvolveu, de março a novembro de 2008, o seu próprio processo de sistematização. Para acompanhar essa etapa, foi criada uma “comissão de metodologia” formada pela Secretaria do GT Mulheres da ANA, ActionAid, ASPTA, Polo Sindical da Borborema; Assentamento Dandara; Esplar; Casa da Mulher do Nordeste. Dentre as participantes da comissão estavam agricultoras e técnicas envolvidas com a sistematização. Durante essa etapa, a comissão identificou algumas organizações/movimentos que não tinham assessoria, nem experiência em sistematizar, sendo necessárias algumas visitas de acompanhamento in loco da Secretaria Executiva do GT Mulheres da ANA.
4. Realização da segunda oficina, de 3 a 5 de dezembro de 2008, no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. Essa atividade contou com o apoio local das entidades articuladas no GT Mulheres da ANA de Pernambuco (Centro das Mulheres do Cabo, Centro Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste, FASE-PE e SOS Corpo). A oficina teve como objetivos: socializar as experiências sistematizadas; avaliar a metodologia e aprofundar alguns temas que surgiram com mais destaque nas sistematizações e na primeira oficina. Foram identificados os seguintes temas: violência, autonomia política e financeira, inovações na divisão sexual do trabalho e protagonismo juvenil. Também na segunda oficina foram realizadas visitas de intercâmbio, para que as mulheres pudessem exercitar um novo olhar sobre experiências agroecológicas, a partir das sistematizações feitas.
5. Foi definido um período (dezembro de 2008 a abril de 2009) para incorporação de novos elementos ao texto final da sistematização, a partir dos debates e reflexões sobre as experiências apresentadas na segunda oficina.

As visitas de intercâmbio às experiências locais protagonizadas por mulheres, realizadas tanto na primeira quanto na segunda oficina, foram de extrema importância para o processo de sistematização, pois contribuíram para a reflexão sobre o papel das mulheres na construção da agroecologia, assim como sobre o papel da agroecologia na vida das mulheres.

Foram os debates sobre as experiências das próprias mulheres que participaram do processo e das experiências visitadas no intercâmbio que trouxeram os elemen-

tos para a construção do roteiro de sistematização. Incentivou-se as mulheres a refletirem sobre “*Quais as questões fundamentais para o movimento de mulheres e para o movimento agroecológico que as experiências apontam, e que devem ser evidenciadas num processo de sistematização?*”.

A percepção político-pedagógica da sistematização proposta contribuiu para que as mulheres problematizassem os conflitos e as dificuldades vividas no processo de construção da agroecologia, bem como os avanços e conquistas. Essa perspectiva expressou-se no conjunto de questões incorporadas no roteiro de sistematização:

- **Resgate da história** do grupo e da trajetória de vida das mulheres, buscando entender em que contexto a experiência se desenvolve.
- Em que medida as experiências buscam a **autonomia política das mulheres**, valorizando e incentivando a sua participação nos diversos espaços públicos e decisórios?
- Em que medida as experiências desenvolvidas contribuem para a **geração de renda e autonomia financeira** das mulheres, a partir da valorização e agregação de valor dos seus produtos e da sua inserção nos diversos espaços de comercialização? As mulheres estão conseguindo ter autonomia para usar a renda? E que estratégias elas desenvolvem para conquistar essa autonomia?
- **Transformações na vida das mulheres** – É fundamental a reflexão sobre como era e como está a vida das mulheres, a partir da experiência agroecológica que elas vêm desenvolvendo. Houve alguma mudança na relação com o marido e os filhos? E na divisão de tarefas domésticas? Elas percebem que o seu trabalho é mais valorizado pela comunidade e pela família? Elas percebem se houve avanços na conquista de direitos das mulheres, a partir dessa experiência?
- **Planejamento do tempo e das atividades da propriedade** – É preciso entender como se dá o planejamento das mulheres para as atividades produtivas e reprodutivas, incluindo, também, o tempo para o lazer. Outro aspecto importante é perceber se o trabalho doméstico e nos quintais são considerados no planejamento das atividades da propriedade.
- **Violência contra a mulher** – É fundamental que a sistematização seja capaz de trazer esse tema para o debate – se as mulheres envolvidas com a experiência vivenciam algum tipo de violência, seja ela física, psicológica, patrimonial.

A riqueza metodológica é uma marca especial desse processo de sistematização. Ao todo, foram sistematizadas 22 experiências agroecológicas protagonizadas por

mulheres, que envolvem tanto unidades familiares como grupos e associações de mulheres. Os formatos e instrumentos utilizados pelas organizações foram muito diversificados: intercâmbio de cartas, confecção de murais, oficinas, entrevistas, poesias, visitas, vídeos. Realizaram-se vários encontros de devolução do que foi percebido, alterações nos registros, complementações e modificações. E, de formas diferenciadas, todas as ações lançaram mão de ferramentas participativas.

Algumas dinâmicas participativas utilizadas nos processos de sistematização

Diagrama de Venn

É uma ferramenta de diagnóstico que tem o objetivo de fazer refletir sobre a relação entre instituições da região e o grupo de mulheres. As instituições são classificadas em círculos de três tamanhos (grande, médio e pequeno), de acordo com o poder de atuação que possuem. A proximidade indica o grau de atuação que a instituição tem dentro do grupo.

Rio da Vida

Essa dinâmica permite fazer uma reflexão coletiva sobre temas que foram trabalhados ou vivenciados, ao longo do tempo, no contexto de um grupo, comunidade local ou região. Permite comparar e avaliar mudanças de atitudes, comportamento e relacionamento, assim como identificar a origem ou o estímulo para tais mudanças. As mulheres são estimuladas a registrar - através de desenhos, pinturas, colagens, na forma do movimento de um rio - eventos e acontecimentos importantes que o grupo identifica como motivadores ou como obstáculos.

Linha do tempo

É desenhada uma linha do tempo, onde as mulheres são estimuladas a descrever a trajetória do grupo, identificando o momento em que começou a experiência, suas principais conquistas, desafios e perspectivas para o futuro.

Rotina diária

Com o auxílio de um relógio, as mulheres do grupo são estimuladas a relacionar todas as atividades que desenvolvem desde a hora em que acordam até a hora de dormir. Essa ferramenta ajuda a visualizar o trabalho desenvolvido pelas mulheres, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, a intensa jornada de trabalho das mulheres e como é a divisão de tarefas na família.

As sistematizações de experiências apresentadas neste livro nos fazem refletir que essas mulheres, assim como tantas outras, estão vivenciando um “processo de empoderamento” que necessita ser renovado permanentemente. Acreditamos que nossa metodologia deve ser replicada, adaptada, reinventada, no sentido de contribuir cada vez mais para que as mulheres tenham seus trabalhos e principalmente suas vidas valorizadas por elas mesmas e pelas pessoas que as cercam.

Achamos que essas experiências podem contribuir com o seu trabalho.

Boa leitura!

ActionAid Brasil e GT Mulheres da ANA

O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia

Rejane Medeiros¹

O presente texto tem como objetivo refletir sobre a violência contra a mulher e sua relação com a agroecologia, tendo como referência a auto-organização das mulheres e as experiências vivenciadas pelas trabalhadoras rurais na agroecologia e no movimento feminista.

A violência contra a mulher é a expressão mais dura da hierarquia entre homens e mulheres. Mesmo assim, é considerada como natural por grande parte da sociedade. Podemos, então, nos perguntar: por que isso acontece? Para entender é necessário, antes, compreender algumas questões.

Em primeiro lugar, temos que compreender as relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres em nossa sociedade. Essas relações são construídas socialmente e se dão de forma desigual. Nessa construção perpassam aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Ou seja, elas não são determinadas por diferenças biológicas.

Mulheres e homens nascem iguais. Tornam-se desiguais fruto dessa construção que privilegia a representação social masculina. Desde que nascem, mulheres e homens são tratados de forma diferenciada, sendo que dos homens se exige um comportamento agressivo e racional, e das mulheres ações que demonstrem sensibilidade e emoção. Assim também se definem papéis diferenciados: os considerados masculinos são supervalorizados e os considerados femininos completamente desvalorizados.

¹ Cientista Social, integrante da equipe técnica do Centro Feminista 8 de Março e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Em segundo lugar é importante compreender que, além das características consideradas masculinas e femininas, o que organiza a vida de cada um na sociedade é o lugar que este ou esta ocupa no trabalho. Quando um trabalho é considerado de homem é mais valorizado, quando é considerado de mulher é desvalorizado. A este valor desigual chamamos divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho se define pelo que é considerado produtivo e pelo que é reprodutivo, reforçando a ideia do homem como o provedor da família e, portanto, o responsável pela negociação com o mundo público.

Nesta sociedade desigual, é considerado produtivo tudo aquilo que gera riqueza, e que, geralmente, aparece como sendo exercido pelos homens. Já o trabalho reprodutivo é aquele realizado pelas mulheres no cuidado da casa, comida, marido, filhas e filhos.

Trabalho esse que nunca acaba, pois são as mulheres as primeiras a acordarem e as últimas a descansarem. É uma verdade comprovada pelos dados de 2001 da PNAD², quando revela que as mulheres rurais gastam em média 28,2 horas semanais para realização das tarefas domésticas, enquanto que os homens dedicam apenas 10,1 horas. Outra informação relevante, e que causou grande surpresa, surgiu em uma capacitação sobre trabalho doméstico realizada pelo Centro Feminista, em novembro de 2009, quando as trabalhadoras contabilizaram um número de horas ainda maior destinado a esse trabalho.

Além de se responsabilizarem por toda atividade doméstica, também realizam o trabalho na esfera produtiva, como as tarefas dos roçados e lotes, o cuidado com o quintal no cultivo de plantas medicinais, frutas, hortaliças, criação de pequenos animais (galinhas, porcos, cabras...) que, na maioria das vezes, é visto como ajuda e não como trabalho.

A desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho são bases da violência contra a mulher, que se manifesta de várias formas – física, psicológica e sexual, seja no âmbito doméstico ou não. No entanto, essa violência sexista acontece principalmente dentro de casa.

² Nalu Faria, 2009.

A luta contra a violência, as delegacias e as mulheres rurais

São necessárias alternativas para desconstruir essa situação opressiva e assim construir a igualdade entre mulheres e homens. A autonomia econômica e o fortalecimento das mulheres são indispensáveis para uma vida sem violência. E esse é um direito de todas as mulheres.

Há alguns anos, o movimento feminista tem pautado em suas lutas a preocupação com a violência contra a mulher, tornando-a pública. Até então, ela era considerada do âmbito privado. Nessas lutas, as feministas também formularam propostas de políticas públicas e exigiram do Estado as suas implementações.

A partir daí surgem, no Brasil, as primeiras delegacias especializadas de combate à violência contra a mulher. O país possui 5.561 municípios e apenas 372 delegacias especializadas. Isso mostra que o número é insuficiente e não atende à demanda das mulheres.

Outra questão importante, além do número ser insuficiente, para as mulheres rurais, é o acesso às políticas de combate à violência ainda mais difícil, podendo ser percebido pelo uso do Ligue 180³. Segundo dados da Central do ano 2008, de todos os relatos de violência contra a mulher, 91,1% são urbanos e apenas 4,7% de trabalhadoras rurais.

Isso mostra que temos de reforçar cada vez mais a luta pela qualificação e ampliação de equipamentos sociais como delegacias especializadas, casas-abrigo, centros de referência. Além disso, ações voltadas para prevenção, como, por exemplo, apoio à autonomia econômica das mulheres e campanhas pela educação não sexista. Temos, também, que fazer com que as mulheres rurais tenham acesso às delegacias e aos outros serviços de combate à violência.

É preciso se antecipar à violência e construir alternativas nos diferentes espaços onde as mulheres estão: em casa, no roçado, na economia solidária, no sindicato e na agroecologia, já que ela acontece em todos os espaços e de várias formas.

Existem algumas experiências que estão sendo construídas a partir da realidade das mulheres trabalhadoras rurais, do processo de auto-organização e do diálogo com a sociedade.

³ Central de Atendimento à Mulher do Governo Federal.

Uma dessas experiências é das militantes rurais da Marcha Mundial das Mulheres da Região Oeste do Rio Grande do Norte. Em Mulunguzinho, assentamento de Mossoró, as trabalhadoras construíram uma aliança muito importante com a associação do assentamento, que tornou pública a prática da violência contra as mulheres no assentamento. Elas levaram a discussão para dentro dos espaços políticos da comunidade, como a assembleia do assentamento e reuniões com entidades de assessoria e assistência técnica local, fazendo com que a comunidade conversasse e se sensibilizasse para essa cruel realidade vivida pelas mulheres.

Nem matem as formigas, nem oprimam as mulheres

O combate à violência sexista e a luta pela agroecologia têm forte relação. Você deve estar se perguntando: O que a agroecologia tem a ver com a violência contra a mulher? A agroecologia propõe um novo modelo de vida, com outras relações com o meio ambiente e entre as pessoas.

O GT Gênero e Agroecologia da Região Sudeste, após reflexão sobre as práticas agroecológicas, constatou que o uso de veneno para as formigas causava muito mais impacto do que a comprovação da violência sofrida pelas agricultoras nos locais de produção.

Essa reflexão mobilizou as mulheres em uma ação de visibilidade com o título “Nem matem as formigas, nem oprimam as mulheres”, o que demonstra que é inconcebível os princípios agroecológicos conviverem com a violência sobre as mulheres. Representa também a necessidade de publicização e comunicação, instrumentos importantes no combate a violência. Para Caporal e Costabeber:

“... quando se fala de agroecologia, está se tratando de uma orientação, cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade[.]” (13, 2004)

Com esse pensamento, os autores trabalham uma noção de preservação que contempla tanto recursos físicos quanto humanos, onde o conceito de natureza é indissociável ao de sociedade. Assim, a prática do cuidado com a terra tem que se somar à prática do cuidado com as pessoas e com a construção de novas relações entre mulheres e homens na sociedade.

A agroecologia se constrói como um processo de resistência ao modo de produção convencional capitalista, com democratização do uso dos recursos naturais e a ideia de horizontalidade, de respeito às pessoas.

O feminismo tem dado uma grande contribuição neste processo de resistência e transformação. Podemos destacar a luta contra a violência sobre as mulheres, a luta pela valorização do seu trabalho e seu protagonismo nos processos de produção agroecológica, onde a vida das mulheres deve ser tão importante quanto a natureza.

No processo de construção e realização do Encontro Potiguar de Agroecologia⁴ em 2006, uma das agricultoras havia sido violentada pelo seu marido e, durante o encontro, as mulheres se mobilizaram e lançaram uma carta de repúdio que foi aprovada por todas as pessoas presentes.

O GT Mulheres da ANA também tem feito uma ação permanente nesse sentido. Fez um processo preparatório ao II Encontro Nacional de Agroecologia que possibilitou maior qualificação das mulheres para intervenções, como também conseguiu inserir na carta política do encontro o compromisso com o combate à violência contra a mulher.

No processo de construção do Sistema Participativo de Garantia da Rede de Comercialização Solidária Xique Xique, a violência contra a mulher é parte do debate. No SPG são previstas ações educativas e punitivas no caso de identificação de violência sexista, onde, em última instância, pode haver o impedimento para recebimento do selo de que o produto é agroecológico.

A auto-organização das mulheres rurais

Para as trabalhadoras rurais, os grupos de mulheres têm sido um instrumento importante de luta no combate à violência. Os grupos são espaços de formação, socialização e, também, de tomada de consciência. Consciência da situação de desigualdade e opressão a que são submetidas na sociedade. Compreensão de que o seu fortalecimento é também o fortalecimento das outras mulheres, do movimento e da autonomia. Nos grupos, as mulheres constroem outras formas de ver o mundo, resistência, alternativas de produção, e forjam na luta ferramentas para mudar a realidade.

⁴ Encontro preparatório ao II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia.

O diálogo com a sociedade e a ampliação das políticas públicas

A sociedade legitima a violência cometida sobre as mulheres. Entretanto, é necessário que essa violência cause na sociedade indignação, e não justificativas.

Para isso, é importante a construção de instrumentos capazes de proporcionar um diálogo, como a elaboração e utilização de cartilhas educativas, programas de rádio e discussão em espaços mistos. Também a construção de nossa luta nas ruas e praças, através de passeatas e atos públicos.

Um exemplo desse diálogo com a sociedade acontece na Região Oeste. Após uma trabalhadora sofrer tortura no STR Mossoró, as mulheres se mobilizaram e conseguiram o repúdio da sociedade e a expulsão do vice-presidente desse sindicato.

Outro exemplo é o da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR). Em algumas comunidades onde há a presença da OMIRR, a violência é tratada pelo coletivo, prevendo advertências e punições, podendo chegar até à expulsão do agressor, que também não será aceito pelas outras comunidades indígenas.

O diálogo com a sociedade é muito importante, no entanto são indispensáveis a construção e ampliação das políticas públicas para as mulheres. Qualquer política para alterar a situação de violência sexista tem que articular ações de prevenção e apoio às mulheres. Para isso, é necessário:

- A construção de políticas que garantam a autonomia pessoal e econômica das mulheres, como documentação, crédito, creches etc.;
- Campanhas educativas não sexistas sobre o direito das mulheres;
- Intervenção do poder público junto aos meios de comunicação, para que estes reconstruam de forma positiva a imagem das mulheres;
- Ampliação dos serviços existentes, como delegacias, casas-abrigo, centros de referência etc.

Considerações Finais

Todas as questões e reflexões deste texto mostram o poder e a capacidade das mulheres quando se organizam na construção de alternativas. Mostram, ainda, a necessidade da luta pela agroecologia e do combate à violência acontecerem entrelaçados.

Assim, é impossível fortalecer a agroecologia e a luta pela sustentabilidade ambiental sem pensar em novas relações entre homens e mulheres, com base na igualdade, na solidariedade, na valorização do trabalho, na valorização da vida e na integridade das mulheres.

Terminamos, aqui, reafirmando que “Não é possível uma planta livre de veneno e suja com o sangue das mulheres”.⁵

Referências

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores sociais municipais – 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 Nov, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DANTAS, Conceição e PACHECO, Ana Paula. A ação do Centro Feminista 8 de Março no combate a violência sexista. In: Práticas Feministas na região oeste – um olhar a partir da auto-organização das mulheres. Mossoró: Cadernos 8 de Março, nº 8, 2007.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. Desafios do livre mercado para o feminismo. São Paulo: SOF, 2005. p. 11-38.

_____. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: Estatísticas rurais e a economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres / Di Sabato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. Brasília: MDA, 2009.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132. São Paulo: 2007.

I ENCONTRO POTIGUAR DE AGROECOLOGIA. Nota de repúdio à violência contra mulher. Mossoró: 2006.

MEDEIROS, Rejane e OLIVEIRA, Mália. A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica realizada pelo Centro Feminista 8 de Março. In: Assessoria Técnica com mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica. Cadernos feministas de formação e política, nº 04, Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2008.

NOBRE, Míriam (Org). Gênero e Agricultura Familiar. Cadernos Sempre Viva: SOF, 1999.


SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Ligue 180. Disponível em: http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php. Acesso em 17 Nov. 2009.

SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Mulheres em luta por uma vida sem violência. São Paulo: SOF, Novembro, 2005.

⁵ Carta de repúdio durante o EPA, Mossoró, 2006.



ASSEMA - Associação em Áreas de
Assentamento no Estado do Maranhão



Carta às companheiras quebradeiras de coco babaçu

De: Ciba
Para: Francisca

Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, dezembro de 2008

Saudações!

Queridas companheiras quebradeiras de coco babaçu e agricultoras de Lago do Junco, é com muita alegria que tomo a iniciativa de lhes escrever estas poucas palavras para contar a minha história de vida com uma coisa chamada agroextrativismo e agricultura agroecológica. Para isso estou pedindo a ajuda da companheira Francisca, para ler esta carta num momento de encontro coletivo das mulheres.

Bom, não se espantem com o nome, eu também não sabia o que era isto, mas aprendi, e contando a minha história acho que dá pra vocês entenderem. Como todas sabem, “eu nasci aqui, minha mãe nasceu aqui e comecei a trabalhar desde cedo nos afazeres que meus pais me ensinaram”. Mas, depois de estar casada, ser mãe de filhos e ter meu lugar para trabalhar para mim, a terra não era mais de dono. Comecei a viver uma outra experiência na produção. Desde 1988, foi difícil. A gente começou, mas não com todas as culturas, principalmente a de feijão e mandioca. Agora já incluímos o arroz e o milho, a partir de 2000.

Hoje, em 17,5 hectares, nós temos a agricultura, que é a roça, a horta, a criação de pequenos animais (galinha caipira, porcos, abelhas) e a produção frutífera (jaca, laranja, mamão, banana, caju).

Eu acho que essa prática **de executar** é uma coisa que vem diversificando muito as atividades. São várias coisas que a gente tá produzindo e tá dando certo, então isso ajuda a diversificar a quantidade na produção e uma das vantagens nessa prática é que a família sempre tem alguma coisa, não compra o que precisa para alimentação, o que vem de fora é pouco.



Retrospectiva das mulheres na mística ASSEMA

Roça agroecológica



Agora companheiras, não tem só coisa boa, também tem as dificuldades. A gente executa ao mesmo tempo as atividades e é envolvida com o movimento, e termina que a gente passa mais tempo fora do que na propriedade, mas eu acho também que o envolvimento da família conta muito nessa hora, porque fortifica quando você não está em casa. Mas não é toda família que compreende isso, é um desafio.

Mas essa minha conversa toda é só para dizer que nós mulheres somos capazes de acreditar em novas formas de produzir sem agredir nossas matas, solos e rios. Também quero dizer que sei que aí, e em vários lugares do mundo, tem mulheres produzindo do jeito que eu e minha família produz. Tem a Francisca, tem a Josilene, tem a Helena e outras. Então vamos formar uma corrente, e ir em frente...

Agora quero me despedir de todas vocês, desejando sucesso nessa caminhada. E para isso vou cantar assim..., só um pedacinho do nosso Xote das Quebradeiras.

“Ei não derrube esta palmeira, ei não devore as palmeiras, tu já sabes que não pode derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.”

Ah, tem essa foto da minha área de banana e outras frutas, e tem também os dados da minha produção.

Os técnicos que acompanharam as famílias ajudam a gente a se organizar melhor nas anotações. Então companheiras é isso que eu entendo por agroextrativismo e agroecologia.

Sebastiana
Dezembro de 2008



FASE - Federação de Órgãos para
Assistência Social e Educacional

A mulher que multiplicava peixes

Dona Amara Maria Barreto

Dona Amara mora no Engenho Riachuelo, em Palmares, há mais de 20 anos. Nasceu em Água Preta e morou no Recife, antes de vir definitivamente para o Engenho Riachuelo, em Palmares, de onde afirma, com orgulho, que nunca vai querer sair. Foi ali que acabou de criar filhos(as) e netos(as) e que vive criando e cultivando persistentemente.

A história

A partir de 2001, com a ocorrência das enchentes, foi desenvolvido um projeto de apoio à recuperação dos danos causados às famílias. Neste momento foi feito também um microprojeto produtivo para as mulheres, que se efetivou em 2001. Dona Amara optou por criar peixes e, para isso, construiu um pequeno tanque de 15 m², aproveitando a disponibilidade de água na sua propriedade, através de córregos, riachos e nascentes. Dona Amara também tem um quintal diversificado, já trabalhou com SAFs em sua área e utilizou com sucesso o feijão de porco para a alimentação complementar dos peixes, mas ainda há a aquisição de ração específica para engorda.

A multiplicação dos peixes

Um ano depois, por sua própria iniciativa, resolveu ir multiplicando sua experiência de sucesso com a criação de tilápias para vizinhas(os) e até para agricultores(as) mais distantes. Como a reprodução dessa espécie é relativamente rápida e fácil, foi também rápido e fácil fazer essa multiplicação de peixes pelo Engenho Riachuelo. Ao longo desses sete anos, há mais de dez famílias que cultivam tilápias no Enge-

no Riachuelo, com o envolvimento de vários membros das famílias, principalmente das mulheres. As famílias possuem em média dois tanques cavados. Desde então, dona Amara já “multiplicou” os peixes para – segundo suas contas – 132 pessoas na região. Tem gente que já está vendendo aos vizinhos e também se alimenta.

O manejo e o objetivo do cultivo

Do ponto de vista do manejo, há ainda alguns ajustes a serem feitos, principalmente quanto à utilização de ração industrializada, que pode ser feita de forma mais artesanal, aproveitando, inclusive, frutas e outras alternativas de baixo custo disponíveis nas propriedades. O pescado tem sido utilizado unicamente para consumo da família, o que não é pouco, já que é uma excelente fonte de proteínas com baixo custo e tem sido aceito por toda a família. A alimentação alternativa dos peixes atualmente é integrada por sobras de mandioca, cupim e até um composto com as fezes das codornas.

“Não penso tanto no dinheiro, penso em consumir”

Uma das grandes vantagens dessa criação de peixes deve-se ao fato de existir água de boa qualidade e quantidade em quase todas as propriedades.

Comercialização agroecológica

Dona Amara também comercializa os outros produtos de seu quintal diversificado na Feira Agroecológica dos Palmares. Vende banana, sucos, inhame, macaxeira, batata, bolos, laranja, carambola, ovo de codorna e hortaliças, quando tem, já que está no período de renovação de sua horta.

Participação em grupos, redes e fóruns

- Grupo de Mulheres de União e Riachuelo – programa de formação, desde 2006;
- Coordenadora da Feira Agroecológica da Mata Sul, em Palmares;
- Coordenadora das Mulheres no SINTRAF, em Palmares;
- Representante dos agricultores(as) da Mata Sul na AEZM - Articulação de Entidades da Zona da Mata;

- Integrante da CAMS - Comissão Agroecológica da Mata Sul e da RAMA - Rede de Agroecologia da Mata.

Dificuldades

Neste momento dona Amara está enfrentando um grande problema para sua atividade de agricultora: a divisão do trabalho doméstico. Como não tem dado conta de fazer todas as tarefas da casa, tem diminuído sua participação no manejo do sistema produtivo. Morando com ela, há um filho, o marido e um neto, que trabalham fora e não participam da divisão das tarefas.

Outra dificuldade vem sendo a infraestrutura para manter uma horta funcionando regularmente. Existe água, mas é preciso um sistema de captação e distribuição. Há, também, a dificuldade de realizar a troca das sementes e adquirir mudas e sementes de adubadeiras.

Ao ser perguntada sobre as três coisas que não podem faltar quando conta sua história de agricultora, dona Amara responde:

1. Força de vontade
2. Criação dos peixes
3. Comercialização agroecológica

A criação e multiplicação de peixes de dona Amara tem sido uma espécie de referência na comunidade. Ela mesma é referência de mulher lutadora, persistente, mobilizadora e companheira das outras mulheres no local onde vive e no entorno. Sua prática da solidariedade é fundamental na comunidade. Sua característica é de pessoa generosa, mas que não arreda pé de seus direitos.

Metodologia

O processo de registro da experiência foi feito em várias etapas. Primeiro em conversas com dona Amara, na própria área, depois com complementos por telefone. Mas o principal e mais significativo momento foi uma oficina realizada em novembro de 2008, com a presença de agricultoras de Tracunhaém (Luiza, inclusive), Pombos e Palmares. A metodologia dessa oficina partiu de um momento de reflexão sobre o que significa para cada uma das participantes o registro de fatos importantes na sua vida, lendo o poema Guardar de Antônio Cícero:



▲ Dia Mundial da Alimentação - Palmares

Lago dos peixes - visita de intercâmbio ▼



GUARDAR

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro do que um pássaro sem vôos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica, por isso se declara e se declama um poema.
Para guardá-lo.
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda.
Guarde o que quer que guarda um poema.
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.
(Antônio Cícero)*

Depois dessa leitura e reflexão, as mulheres foram escrevendo sobre “Quais são as três coisas que não podem faltar na hora de contar a minha história de mulher agricultora?”. As respostas que saíram foram desde “quando nasci”, passando por “quando nasceu meu primeiro filho” e indo até “amizades construídas”.

Dona Amara escolheu os elementos já relatados acima:

1. Força de vontade
2. Criação dos peixes
3. Comercialização agroecológica

A partir daí encaminhamos o processo de registro da experiência que se deu através de conversas com dona Amara e anotações feitas pela educadora da FASE. Essa experiência já foi escrita num formato bem menor, utilizada para o II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia e em outros espaços de formação com mulheres e agricultores(as) agroecológicos(as).

A resistência agroecológica no assentamento Chico Mendes II em Tracunhaém

Luiza Cavalcante Santos

Diagnóstico sociocultural

Luiza Cavalcante Santos, 48 anos (31-08-60), 2º grau incompleto, agricultora agroecológica e feminista, educadora popular, nascida em Casa Amarela, Recife, numa área periurbana, está há 11 anos morando em Tracunhaém, Zona da Mata Norte de PE, em uma área de assentamento da Reforma Agrária. Após nove anos de acampamento, está assentada há três anos.

Mãe de Nzinga, 20 anos, companheira de José Cícero de Melo, de 50 anos; filha de Maria José Bento Moura e Rubens Cavalcante, neta materna de Honorata Maria de Moura, mulher negra nascida na senzala do Engenho Vinagre, em Tracunhaém, há 106 anos, aos quais vem resistindo ainda com lucidez. É daí que Luiza herda sua ancestralidade africana e possível etnia Nundo. Religião católica por imposição colonial europeia, com forte influência afro.

As motivações para a prática da agroecologia

Quando era criança, Luiza morava num “correr de quartos” – casas muito pequenas agrupadas uma a uma, separadas por uma única parede, no bairro de Casa Amarela, no Recife. No quintal, sua família plantava jerimum, tomate cereja, coentro, cebolinha, cana caiana, mamão, goiaba, banana, carolina, araçá, bucha, entre outras frutas e hortaliças. Os quintais eram pequenos, mas as plantações eram contíguas, iam para os quintais vizinhos. O jerimum, por exemplo, se espalhava pelo teto dos vizinhos que moravam mais abaixo. Não se ouvia falar em venenos. O pai chegava a utilizar “adubo” proveniente da fossa de casa. Num dos invernos rigorosos, a barreira próxima à casa caiu, mas foi sustentada pelas bananeiras e pés de carolina.

Um salto no tempo

De 1995 a 1996, morou num sítio de mais ou menos dois hectares, nas “terras sobrantes de Caetés”, área rural da cidade de Abreu e Lima, Região Metropolitana do Recife, no bairro do Córrego da Areia. Lá passou a cultivar milho, feijão e muitas fruteiras. Seu esposo teve os primeiros contatos com um grupo de agricultores/apicultores de Abreu e Lima – de que faziam parte o hoje agricultor agroecológico Jones e Lenir, sua esposa – e passaram a utilizar as técnicas alternativas de plantio, além da observação e catalogação das plantas e animais que ali viviam.

1997

Ocupação das terras do Engenho Tocos (depois Assentamento Chico Mendes II) em Tracunhaém, Zona da Mata Norte do estado. No processo de ocupação, a resistência e a necessidade de permanência se davam também pelo plantio de culturas de subsistência nas áreas dos engenhos ocupadas. Além do Engenho Tocos, havia ainda mais três engenhos que atualmente são Assentamentos: Chico Mendes I, Nova Canaã e Ismael Felipe.

Luiza e Cícero juntos com várias famílias, fizeram visitas ao Sítio São João, em Abreu e Lima. Na época, Lenir e Jones já praticavam agrofloresta e recebiam visitas de estudantes, agricultores(as), técnicos(as) etc. Em torno de dez famílias adotaram as práticas agroecológicas e atualmente reduziram o uso de agrotóxicos nas culturas.

2001-2002

Ainda na área ocupada, acampados. A partir da cidade de Araçoiaba, vizinha a Tracunhaém, vieram duas pragas, uma de gafanhotos e outra de lagartas. As áreas que utilizavam práticas agroecológicas foram as últimas a serem atingidas.

2003-2005

As famílias foram expulsas das áreas ocupadas e ficaram acampadas nas áreas próximas, na beira da estrada, sem poder plantar ou colher o que já haviam plantado.

O contexto ambiental do assentamento: o antes e o agora - relato de Luiza

Terra quente, empoeirada, sem água, sem aves (exceto urubus), sem répteis, profundamente devastada pela queimada e colheita da monocultura da cana-

de-açúcar, assim era a área no Engenho Tocos, em 23 de novembro de 2005, quando assumimos a posse.

Com as primeiras chuvas de janeiro de 2006, inicia-se o ciclo de preparar mudas, preparar a terra para o inverno vindouro. Foram feitas mudas de cajueiro, mangueira, sabiazeiras, jaqueira, acerola, coqueiro, mamoeiro, maracujazeiro, pitangueira, laranjeira, carambola, plantas medicinais e outras. Compartilhamos sementes. Uma amiga da luta colaborou muito neste início, trazendo mudas de várias fruteiras e de sabiá, que foi inicialmente plantado na cerca da área da casa.

Preparo da Terra

Embora muitos companheiros(as) não façam uso de técnicas de plantio e de cuidado com a terra, evitamos gradear a terra. E também nunca usamos adubo químico. A cana que vinha crescendo, foi sendo cortada, arrancada e servindo de cobertura e adubo para o solo.

Durante o inverno, fomos observando o que brotava do solo e selecionando o que ficava. Por exemplo, espinheiro, orelha de cabra, lava prato, jenipapo, araçá, pau de leite, duas árvores que não sei o nome, algumas jurubebas, alho do mato, lírios, bromélias, alguns tipos de capim (cinco espécies grandes), primavera...

Agora:

Já passamos três invernos (2006 – início de cultivos, 2007, 2008), estamos no terceiro verão e temos uma área completamente diferente de 2005/06. Hoje temos arborização com 24 espécies de fruteiras, 11 espécies de plantas nativas, 21 espécies de ervas medicinais, oito contas de macaxeira, feijão guandú, melão de São Caetano, plantas ornamentais, pimenta de cheiro, meia conta de duas espécies de capim para ração das cabras.

Área:

Da casa é de 0,5 hectares, da parcela é de 8 hectares.

Culturas de Ciclo Curto:

Colhemos milho, feijão de corda, melancia, maxixe, quiabo, rabanete, maracujá, cabaça, batata-doce, jerimum, bredo e outros.

Fim de Safra:

Inhame, fava, gergelim preto, batata doce, couve, cebolinha, coentro do Maranhão,

cabaça, tomate (três tipos) e quiabo.

Obs: A terra é muito boa para verduras e legumes. Só nos falta água.

Tudo que planta dá, se bem cuidado.

Seres Vivos

No quintal já temos seis tipos de pássaros: beija-flor, sabiá, pardal, bem-te-vi, anum, rolinha; répteis: cobra (três tipos), camaleão, lagartixa. Variedades de borboletas, besouros, inclusive o mangangá, formigas pretas – dois tipos, saúvase outro; aranhas e abelhas.

Obs: A importância desse contexto é justamente porque, à medida que vão surgindo essas novas vidas, também se fortalece a vontade de conhecer mais, de fazer mais, a esperança e alegria crescem. O desejo de compartilhar lateja. Temos um quintal fresquinho, bonito, já podemos andar embaixo de árvores, colher para comer na hora.

Apicultura

Além de plantio, temos apiário em expansão – uma colmeia no quintal de casa e sete na parcela, duas para capturar nesta semana. Temos um carinho especial pelas abelhas, pois, além da polinização e do aprendizado com sua forma de organização, temos nos fortalecido com a venda do mel, aumentando nossa autonomia econômica, valorizando nosso trabalho diante dos outros. Apesar de sermos um grupo misto de companheiros(as), outras mulheres têm se sentido motivadas a formar grupos apícolas. Na Zona da Mata, esta era uma atividade vista como trabalho de homem. No início das atividades, Luíza e Nzinga eram mal olhadas por todos, por estarem desenvolvendo trabalho de macho. Hoje tem mudanças de mentalidades. Acabamos de colher 18 litros de mel em uma colmeia que se mostrou mais forte durante a entressafra. Nossa perspectiva é de boa safra, a partir de meados de dezembro. Média de dez litros por colméias. Temos uma centrífuga, três macacões completos, um fumigador, um garfo desoperculador.

Dificuldades:

- **Acesso à água:** Tanto no quintal como na parcela, nos falta água e isso reflete especialmente no cultivo de hortaliças que, até agora, só é possível no inverno. Porém estamos com uma cisterna pronta que vai ajudar muito no próximo ano.

- **Manejo técnico:** Carecemos de certos conhecimentos para aprofundar a prática.
- **Transporte:** Estamos a uma hora a pé do ponto de ônibus, e carro de mão ou carroça ainda é muito precário para nós.
- **Mão-de-obra:** Diante da militância no movimento, precisamos de mais mãos para ajudar enquanto vamos aos intercâmbios e mobilizações.

Comercialização

Comercializamos nas feiras locais de Araçoiaba e Carpina e no Movimento Popular, na busca de conciliar a militância e sustentabilidade econômica.

Grupos, Redes, Fóruns de que participa:

- Mulheres Artemísia – área rural;
- AMUT – Associação de Mulheres de Tracunhaém;
- Rede em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres da Zona da Mata Norte/Centro;
- Fórum de Mulheres de PE;
- SOS Corpo;
- AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras);
- AEZM (Articulação das Entidades da Zona da Mata);
- FERU-PE (contribuindo na articulação da Mata Norte);
- Escola de Formação de Educador@s sociais de Recife (Projeto de Trapeiros de Emaús/IPSIA) onde está terminando o curso de Formação de Educadora Social.

Parceiros:

- SOS Corpo e FMPE na formação política;
- FASE no fortalecimento agroecológico;
- Fátima Soares no compartilhamento de mudas, sementes e reflexão da prática;
- TRAPEIROS de EMAÚS – que, entre outras ações, nos financiou a construção de uma cisterna para cada família do P.A. Chico Mendes II, a fim de que possamos garantir nossa segurança alimentar com cultivo de hortaliças.



Luiza e Nzinga



Desafios:

Articular Feminismo e Agroecologia com Mulheres na Zona da Mata, na perspectiva de fortalecer a luta por autonomia econômica-política e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Reflexão:

- Como levar os produtos agroecológicos à maioria da população?

Sonhos:

- Retomar a criação de peixes em pequenos viveiros, valorizando as espécies nativas da área e ampliando a segurança alimentar.

Complementando

Temos em expansão mais dois projetos:

- a) **Caprinocultura** – Estamos com quatro cabras (duas adultas). Ainda é um processo carente de conhecimento para: preparo de ração, manejo de vermífugo, agregação de valor ao leite (queijo, coalhada, ricota). Mas estamos aprendendo devagarinho.
- b) **Avicultura** – Há criação de patas e patos e o bom é que, observando-os, percebemos que, com uma alimentação mais vegetal, sua carne é mais gostosa e macia, e seu couro fino, molinho. Além do fato deles não comerem lama. A perspectiva é aumentar a produção para carne e ovos.

A criação de galinhas também precisa aumentar as cabeças e adquirir raças melhores para garantir maior produção de ovos e carnes. Sentimos necessidade de conhecer mais sobre o preparo de ração.

- c) **Outros** – Temos ainda uma égua para carroça (Mimoso), um gato (Tônico) e um cachorro (Iago).



ESPLAR - Centro de Pesquisa
e Assessoria

A apresentação

Organizar conhecimentos adquiridos em um determinado momento histórico é, sem dúvida, fundamental para a apropriação integral de experiências vividas e para seu compartilhamento com outras pessoas. Quando se trata de sistematizar a construção da memória através de experiências e vivências de agricultoras, mais fundamental ainda. Organizar tanto o fazer produtivo como outras atividades das mulheres na agricultura, sua organização política e os saberes que elas refletem e traduzem no cotidiano em uma sociedade machista e desigual tem um mérito difícil de medir e dimensionar.

As sistematizações realizadas se propõem a enfatizar, desde as agricultoras, uma interpretação crítica de determinadas realidades, através do resgate do vivido e do sentido, trazendo consigo visões de mundo, discriminações experimentadas, atitudes de resistência e enfrentamentos, descobertas e ressignificações dos papéis e lugares das mulheres no mundo.

Este trabalho é resultado de uma parceria entre a ActionAid, a partir do Grupo de Trabalho “Mulheres e Agroecologia”, da Articulação Nacional da Agroecologia – ANA, e o Esplar, fruto de uma trajetória de defesa da agroecologia e da luta das mulheres trabalhadoras rurais por um mundo de justiça e igualdade.

As experiências aqui relatadas são de duas agricultoras que moram no município de Choró, no Estado do Ceará. Vanja Maria dos Santos, moradora do assentamento Ouro Branco Sede, e Francisca Antônia Dantas de Souza, moradora da Comunidade Riacho do Meio. Elas fazem relatos de como foram suas vidas no passado e como estão atualmente, descrevendo fatos do cotidiano, mostrando as mudanças pelas quais passaram e suas expectativas quanto ao futuro.

Para a realização da sistematização, utilizou-se um roteiro aberto proposto pela ActionAid a ser usado nas entrevistas. Esse instrumento de coleta de informações teve a flexibilidade necessária às adaptações realizadas, em função do desenrolar das conversas com as agricultoras.

O resultado dessa dinâmica, que envolveu, em todos os momentos, as mulheres e as parceiras, se coloca como instrumento de reflexão e discussão sobre práticas socioprodutivas no meio rural, para fortalecer as mulheres envolvidas e converter suas experiências em instrumentos de transformação.

Partes integrantes de um conjunto, as duas sistematizações trazem elementos importantes que deverão contribuir para que as parceiras atualizem suas teorias e enriqueçam suas práticas, partindo de processos sociais concretos.

A auto-organização das mulheres para superação do machismo

A experiência de trabalho do Esplar junto às agricultoras do município de Choró, se inicia em 2003, através do Projeto Dom Helder Câmara, no Sertão Central. Desde então, a assessoria ficou responsável pelo apoio à organização das mulheres, o que resultou na formação de alguns grupos para, dentre outras questões, refletir sobre a discriminação e opressão, autonomia e auto-organização das mulheres. As atividades com as mulheres sempre ocorriam nas próprias comunidades, como forma de facilitar sua participação. O alpendre da Casa Sede das comunidades era o local para esses encontros.

A primeira experiência a ser relatada tem origem no Assentamento Ouro Branco Sede – município de Choró, localizado na região semiárida, que fica a 155 km de Fortaleza. Segundo dados do IBGE, a população total do município no ano de 2000 era de 12.001 habitantes, sendo 2.849 no meio urbano e 9.152 na área rural.

É neste assentamento que mora Vanja Maria dos Santos, 38 anos, casada, agricultora, que presta serviço para a Prefeitura de Choró como professora e tem dois filhos: Mateus, de 10 anos, e Gabriel, de 6. Concluiu graduação em Teologia. Ela nasceu no Assentamento Ouro Branco Sede – então município de Quixadá, mas hoje de Choró.

Vanja, como muitas agricultoras, teve dificuldades de estudar em função da falta de uma estrutura de educação no município. Aos 11 anos, foi para Fortaleza morar com sua irmã. O que poderia ser um sonho tornou-se, de início, um pesadelo, devido ao apego que tinha à mãe, lembra:

“Chorava, dava febre emocional, ficava doente mesmo, sempre dormia com o vestido da mãe chorando.”

Passadas as angústias e vindo o costume de ficar longe da mãe, começou a conhecer outras pessoas. Ela cita Daída – que conheceu quando morou em Fortaleza e que a incentivou a ter perseverança e autoestima – quando fala sobre um

dos ensinamentos que marcou muito a sua vida:

“Me ensinaram primeiro a gostar de mim, depois dos outros. Aí você consegue ter uma linha de pensamento. Eu também já fui assim, de não aceitar as diferenças.”

A vida nos espaços públicos e políticos

Em 1996, ocupou o cargo de secretária da associação e participou por muito tempo da organização da Igreja Católica, sendo catequista. Atualmente, participa do grupo de mulheres, do grupo de caprinocultoras e é tesoureira da direção da associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Assentamento Ouro Branco Sede. Ela nos relata como era antes:

“A associação pertencia aos homens, e eu no meio deles só para escrever... Antes eu não tinha motivação porque a associação era tida como dos homens, mulher só era pra viver em casa, cuidando.”

E nos conta como foi que se deu a sua entrada nos espaços da Associação:

“O que motivou foram as oficinas do Esplar; foram muito boas pra gente porque abriram um pouquinho os horizontes. Ver que a gente pode, que deve assumir o nosso papel dentro da nossa comunidade e tentar melhorar... O Esplar teve essa grande contribuição de trabalhar com o grupo de mulheres e elas começaram a se soltar um pouquinho.”

Participar dos espaços públicos e políticos facilitou o crescimento pessoal de Vanja e favoreceu o envolvimento de outras mulheres do assentamento:

“Eu digo é muito pras meninas pra aprenderem saindo de casa, porque dentro de casa não se aprende nada... Gente, não pode ser assim, não. Vamos cortar o umbigo pra gente poder participar.”

Quando as mulheres participam de reuniões onde se identificam, começam a treinar a oratória em espaços públicos e perdem o medo. Vanja identifica esses espaços como importantes para as mulheres perderem o medo e socializarem o que sabem, construindo coletivamente as saídas para os problemas que vivenciam:

“Quebrar esse tabu de ter medo de falar em público, não tô ainda 100%, mas digamos que tô 60%, mais da metade. Mas ainda tenho muito que aprender. Elas têm que tirar esse medo de falar, de não poder; eu acho que, lá no fundo, a gente sabe; não sabe tudo, mas sabe um pouquinho. Quando a gente sabe e transmite e vai espalhando o que sabe, é muito melhor. Elas participando, vão ser pessoas mais ativas.”

O começo da organização do grupo de mulheres

O grupo de mulheres do Ouro Branco Sede, do qual Vanja participa, teve um papel fundamental na defesa do meio ambiente e das pessoas do assentamento, em especial no que se refere à venda de agrotóxicos, pois, anteriormente, havia um agricultor que vendia agrotóxicos dentro do assentamento. “Só vivia falando e os homens não tomavam posição; eu só faltava morrer aqui sozinha, brigando”, relembra Vanja. Este foi um dos grandes movimentos do grupo de mulheres, mostrando que articulam o que debatem nas reuniões com a vida cotidiana. Fizeram um abaixo-assinado e levaram o assunto à reunião da associação:

“Alguém falava sobre ética e na realidade a gente questionava o que era ética! Porque a gente tava fazendo algo pro bem da comunidade e não pro bem de uma pessoa só.”

O resultado foi que o agricultor teve seus agrotóxicos confiscados pela Justiça. Mesmo tendo sido as responsáveis por uma ação que favoreceu a comunidade, Vanja diz que as mulheres ainda escutaram das pessoas comentários preconceituosos:

“Depois do pau ter quebrado no nosso espinhaço, ainda ficamos escutando que mulher é bicho fofoqueiro, bicho nojento e tudo mais.”

A participação nas reuniões do grupo de mulheres também proporcionou uma reflexão diferente em relação aos papéis de homens e mulheres quanto à divisão sexual do trabalho, pois, antigamente, Vanja era como muitas outras mulheres: o serviço doméstico era de obrigação dela, além do trabalho do roçado, do quintal e da atividade como professora. Hoje, Vanja pensa diferente:

“São as divisões de trabalho que impõem na cabeça da gente; que há aquilo que só mulher faz e há o que só homem faz. E, nessa

onda, a gente percebe que a mulher trabalha bem mais que o homem. Além de trabalhar lá fora, no roçado, ainda trabalha dentro de casa pra fazer o almoço, arrumar, cuidar de menino, de casa e tudo mais. E, assim, eu me questionava que a gente não vai conseguir mudar os homens, esses cabeças velhos. Mas que a gente possa criar nossos filhos dentro dessa meta, sem essa separação de gênero. Por ele fazer não vai deixar de ser homem, ele vai continuar sendo homem. Por isso que eu já ensino aos meus filhos... Taí o Mateus, varre o terreiro, me ajuda a lavar roupa, se for preciso passa pano no chão, espana as coisas, faz tudo pra mim. O Gabriel ele é meio turrão, mas eu tô conseguindo dobrar também. E o Daniel, meu marido, já é mais difícil da gente lidar com isso.”

Ela fala também do incômodo que causa nos homens o fato de as mulheres terem reuniões específicas para elas. Depois do que aconteceu em relação aos agrotóxicos, tanto elas se tornaram referência como a repercussão desse fato fortaleceu a autoestima do grupo. Conta Vanja toda satisfeita:

“Graças a Deus, isso foi motivo assim de orgulho de nós; por termos conseguido dar um basta nisso... Os homens é que não se agradam muito dessa história.”

O pensamento de Vanja vai longe quando se fala em organização política das mulheres, dando dicas de como as agricultoras podem estar se organizando em seus espaços:

“Eu acho que a primeira coisa que elas devem fazer é participar dos movimentos, seja ele qual for, na associação, na comunidade, no seu distrito, no seu município. Que elas possam participar e não ficar tão pregada aos filhos e à casa.”

E completa comparando como ela era antes e hoje:

“Com certeza, a Vanja hoje é mais feliz que no passado. No passado, era tímida, calada, bocó, era uma ‘Maria vai com as outras’, comia o que não gostava, fazia o que não queria. Hoje, não. Hoje eu tenho autonomia; não quero isso, não faço. Isso porque eu sou eu, e sei o que é bom e o que é ruim. Hoje eu sou mais autônoma nas minhas decisões e faço igual ao outro: hoje ninguém bota mais papa na minha boca, não.”



▲ Vanja com os filhos

Participação de Vanja nos espaços públicos ▼



Sobre o trabalho com mulheres

Para realizar um trabalho na perspectiva da organização política das mulheres, é preciso, antes de tudo, apoiá-las em suas decisões, lançar mão de metodologias que as motivem a participar e que contribuam para que possam refletir sobre a condição em que estão e se querem ou não transformá-la:

“Eu acho que para mudar precisa força de vontade e perseverança. Se você não quiser mudar, nada do que eu disser vai fazer melhorar. A gente incentiva, mas esse incentivo de eu querer mudar vai ter que depender de mim mesma.”

Quintais produtivos numa perspectiva agroecológica e de superação das desigualdades de gênero

Francisca Antonia Dantas de Souza, conhecida por Tonha, mora na Comunidade do Riacho do Meio, município de Choró, desde que nasceu. Aos 40 anos, é casada e mãe de um menino e três meninas: Juliete, 19 anos, Julio Iglesias, 15, Jullyelle, 13, e Távine, com dez meses. Além de trabalhar em casa, é agricultora e agente de saúde.

Há mais de seis anos, os temas da biodiversidade, sementes e quintais produtivos têm estado no cotidiano das mulheres da comunidade de Riacho do Meio. *“A gente tá lá sempre discutindo os problemas da gente e discute tudo”*. A partir de sua entrada no projeto, nasceu a vontade de ser sócia da Casa de Sementes:

“A gente tem um entrosamento bem legal e já tem a Casa de Sementes, que tô me associando agora.”

Tonha nos conta um pouco da história de sua experiência nos “Quintais”; como foi o começo de tudo. *“Essa atividade já era feita por nós, mas não era aquela coisa reconhecida. Você plantava ali, só você. Lá, ninguém tinha conhecimento...”*. O trabalho nos quintais é antigo para as agricultoras. Na maioria das vezes, elas possuem a sua horta, os pequenos animais, as plantas medicinais, porém, nada disso é visibilizado pela família nem tampouco pela comunidade, porque não é visto como atividade geradora de renda.

Enquanto as estatísticas oficiais seguem ignorando o trabalho das mulheres e acentuando a sua invisibilidade, a prática do Esplar e de várias organizações que trabalham com mulheres rurais têm mostrado como são desenvolvidas suas atividades produtivas em vários contextos socioeconômicos e culturais. Reconhecem a sua participação diferenciada nas atividades agrícolas, nas coletas e na pesca. Reconhecem, ainda, que a casa, em geral caracterizada como espaço doméstico, que inclui o quintal e a criação animal, constitui um espaço produtivo e gerador de renda, com significativa participação das mulheres.

Tonha viu que, fazendo este trabalho de forma isolada, iria continuar sem reconhecimento. Era preciso se organizar em grupos e fazer um trabalho diferente, tendo como base a agroecologia. *“Depois que veio esse trabalho, a gente juntou o grupo de mulheres; então fica mais visto. As pessoas vão tendo mais conhecimento, sabendo onde a gente trabalha. Era uma coisa que não era reconhecida e que agora a gente vê que é. Tá com três anos que iniciou o trabalho dos quintais, mas com a agroecologia já está entrando para os seis anos”.*

Como tudo começou...

Uma atividade importante no percurso do grupo foi a visita de intercâmbio à comunidade de Caiçarinha, em Choró, onde foram conhecidas práticas agroecológicas dos roçados agroecológicos ali desenvolvidos. Com a implantação do Projeto Quintais, esse conhecimento pode ser potencializado:

“Daí, então, a gente foi vendo que tinha condição de trabalhar sem precisar de estar destruindo o meio ambiente e até hoje vai fazer seis anos que temos esse trabalho.”

Ela conta que isso vem incentivando outras pessoas que se propuseram a participar:

“Começou com nove e parece que há pessoas que já querem entrar; então, já vai aumentar a demanda. A experiência é plantar sem usar veneno, sem queimar, quer dizer, é todo um manejo sem precisar destruir.”

Para a agricultora, o conceito de agroecologia se dá na prática, no cotidiano. Não ficam dependentes de qualquer fator externo à unidade produtiva e não precisam comprar adubo nem veneno, além de melhorar a relação com o ambiente.

Mesmo com dificuldades de acesso à água na Comunidade do Riacho do Meio e tendo como única fonte de água potável as cisternas de placa, Tonha não desistiu. Para a manutenção dos quintais utilizou algumas estratégias:

“No ano passado não teve água de barreiros da pista; eu pegava água no cacimbão. Não é uma água boa, mas dava pra gente estar se mantendo e para as plantas que eram plantadas no chão, aquelas sem ser nos canteiros. Eu pegava água da pia, ia colhendo essa água e não jogava fora, mantendo as plantas até chegar o inverno...”

Alterando a divisão sexual do trabalho

O trabalho com os quintais produtivos proporcionou mudanças em toda a família no que diz respeito à divisão sexual do trabalho. O que antes era tido como “coisa” de mulher passou a ser desnaturalizado e hoje todas as pessoas que constituem a família da Tonha colaboram:

“Mudou, com certeza, porque hoje, graças a Deus, vou fazer 20 anos de casada e não tive muita dificuldade. O meu relacionamento é dividir todas as tarefas, sentar e conversar, e a gente vê que melhorou mais ainda, porque é uma coisa que a gente vai passando pros filhos da gente no dia-a-dia, pra que o filho da gente não cresça machista e pensando que mulher é sua propriedade.”

Assim como aconteceram mudanças nos papéis produtivos e reprodutivos, a experiência também trouxe mudanças nos hábitos alimentares. Hoje, Tonha tem no seu quintal para a alimentação da família e dos animais:

“Laranja, pé de limão, acerola, goiaba, guandu, cheiro verde, alface, couve, pimenta de cheiro, mamão, até batata doce... E no roçado plantei feijão, milho, gergelim, arroz, noz, jerimum, pepino... As plantas medicinais malvarisco, pé de romã, babosa, corama, hortelã...”

A segurança alimentar está fortemente vinculada ao modo de fazer uma agricultura de base agroecológica, pois o resultado é a produção de alimentos saudáveis em quantidade e qualidade, garantindo-se uma diversidade de produtos para o consumo. Da mesma forma, uma agricultura ecológica favorece o fortalecimento e resgate da nossa cultura alimentar.

Garantindo soberania e segurança alimentar

Tonha não vende os seus produtos, mas tem a compreensão de como esse trabalho trouxe benefícios, tanto no que diz respeito ao resgate da cultura alimentar como aos cuidados com a saúde:

“A gente tem que pensar assim: se eu for comprar o arroz de R\$ 2,20, por que eu não plantar e ter no período pra gente comer?”



▲ Tonha no quintal produtivo

Tonha no roçado agroecológico ▼



Aí é uma coisa que a gente tenta resgatar e mostrar para as outras pessoas que é possível a gente ter, sem precisar comprar lá fora... Aumentou a renda, sabe por quê? Hoje, a gente não compra porque a gente planta. Outra coisa também é que melhorou a qualidade da alimentação, da saúde, porque o alimento é totalmente livre de agrotóxico.”

A experiência do Riacho do Meio mostra que a agroecologia é compreendida para além dos aspectos produtivos, pois incorpora também as relações sociais, como Tonha mesmo nos ensina:

“O maior ensinamento é o respeito, tanto em relação às pessoas quanto ao meio ambiente. Uma coisa que eu aprendi é que a gente tem que respeitar não só as pessoas, mas também no que a gente trabalha. Porque a gente não pode destruir aquilo que vai beneficiar a gente.”



AQCC - Associação Quilombola
Conceição das Crioulas

Sistematizando experiências das mulheres

Conceição das Crioulas é uma comunidade remanescente de Quilombo, localizada a 400 km da capital pernambucana, no município de Salgueiro. É composta por aproximadamente 750 famílias. A origem da comunidade se deu no início do século XIX, com a chegada de seis crioulas à região que, guiadas por um escravo fugitivo, chegaram à localidade e ali fixaram moradia. A região já era habitada pelos índios Atikum, com quem essas mulheres e seus descendentes passaram a conviver. Em 1987, com a chegada de uma missão de freiras carmelitas a Salgueiro, a comunidade foi despertando para seus direitos. Os quilombolas começaram a pesquisar sobre sua história e ancestralidade. Formaram uma Comunidade Eclesial de Base – CEB, e iniciaram uma participação na Pastoral Rural, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro e do Partido dos Trabalhadores. As mulheres se articularam fortemente com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nos anos de 1990, se aproximaram do Movimento Negro Unificado e participaram do I Encontro dos Negros do Sertão. Em 2000, foi fundada a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC, importante organização formada e gerenciada pelos quilombolas do distrito.

A luta pela conquista do território quilombola é a grande “questão” da AQCC. A comunidade vivencia muitos conflitos com os fazendeiros que reivindicam o território quilombola. Episódios de violência e intimidações são recorrentes em Conceição das Crioulas, devido à luta dos quilombolas pela terra. Localmente, a AQCC promove o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo a sua organização política e sua identidade étnica e cultural. A produção do artesanato tradicional, utilizando matérias primas da região – como o caroá, barro e madeira – e a troca de experiências sobre hortas e processamento de frutas nativas são exemplos de como a AQCC vem trabalhando e provando que é possível gerar renda, melhorar a qualidade da alimentação e resgatar a autoestima dos moradores locais.

A participação da AQCC na Sistematização de Experiências no Processo Mulheres e Agroecologia

Para a AQCC, a sistematização de experiências vem se mostrando como uma importante ferramenta para valorização das inovações agroecológicas e, sobretudo, para o empoderamento das mulheres. Ao sistematizar suas experiências, as mulheres passam a refletir profundamente sobre suas realidades e o que era visto como natural pode ser questionado. Valdeci, quilombola da AQCC, participante do Mulheres e Agroecologia, nos conta como as mulheres de Conceição das Crioulas se envolveram no processo de sistematização de experiências:

“Fizemos um encontro com 35 mulheres, chamado Mulheres e Agroecologia. Para nós, de Conceição das Crioulas, a agroecologia pode dar respostas para as dificuldades que as mulheres têm em conciliar o trabalho da casa com a criação de pequenos animais, com as reuniões e com a luta pelos seus direitos. Ele foi bem dinâmico e simples. Teve mungunzá, suco, bolo, presentinhos para trocar. Nesse encontro falamos sobre nossas vidas, sobre como era antes, as coisas boas que a gente ganhou e as coisas boas que a gente perdeu, e ao final plantamos uma árvore. Mas, a gente pensava sobre aquele ditado que diz que a pessoa só pode morrer quando tem filho, planta árvore e escreve um livro. Tínhamos muito desejo de escrever nossas experiências. Sentimos que as mulheres estão fortes e presentes nas discussões. O trabalho que a AQCC faz com as mulheres é muito valorizado. Logicamente, ele ainda não está perfeito, precisamos de muito mais. O estímulo às sistematizações de experiências veio em ótima hora, porque desenvolvemos nossas atividades, mas registrar o que é feito é difícil. Ter participado do primeiro encontro maior, onde conversamos muito sobre a importância de sistematizar, nos deu força para fazer o nosso encontro aqui em Conceição das Crioulas.

Logo após esse primeiro encontro em Conceição, participamos do primeiro encontro do Mulheres e Agroecologia em Afogados do Ingazeira. Quando voltamos, fizemos o segundo encontro em Conceição e, dessa vez, o nosso foco era sistematizar as nossas experiências. Combinando o nosso desejo ao estímulo dado nesse processo de sistematização, nos desafiamos, tentando deixar o medo de lado e escrever nossas experiências. Pedimos apoio do Samora, agrônomo cooperante da AQCC. Ele nos ajudou na condução do encontro e registro das experiências. Nesse encontro, as mulheres discutiram sobre questões importantes em suas vidas:

como é o lugar onde vivem, quais as plantas que elas têm, como cuidam dessas plantas, para quê as usam. Também falaram sobre suas dificuldades, destacando as grandes distâncias que necessitam caminhar para pegar água, e a qualidade da água de beber, que é salgada; as dificuldades que seus filhos e filhas têm para estudarem; e também falaram sobre os problemas nos serviços médicos. Conversamos sobre a importância da organização nas nossas vidas e lembramos de importantes conquistas da AQCC para a nossa comunidade. Enfim, houve um grande debate entre as mulheres, destacando tanto as experiências individuais, quanto as coletivas. Tudo isso foi escrito. Durante esse encontro iniciamos um processo de intercâmbios. Começamos no meu quintal. E depois continuamos com os intercâmbios, porque eles estimulam que as mulheres conheçam a experiência de outras mulheres. Sair de Conceição pras mulheres aqui é difícil, e então aprendemos através desse trabalho que também é importante que façamos visitas às mulheres que moram perto de nossas casas, e também às outras comunidades vizinhas. E é incrível! Muitas pessoas vieram aqui conhecer meu quintal, mulheres que já me conhecem há muito tempo. Mas, nunca tinham vindo aqui visitar e conversar sobre as minhas plantas, sobre o que faço com elas. Me conheciam da luta quilombola, mas se surpreenderam em ver que, nesse espaço tão pequeno (uns 300 metros), tenho horta de alface e coentro, plantação de milho, guandu, fava, maracujá, pimentão, pimenta, manga, mamoeiro, bananeira, chiqueiro com porco e galinhas. E agora todas visitam os quintais e experiências de suas vizinhas. A gente não tinha ideia do quanto isso é importante. Pra gente isso, hoje, é mais uma forma de fortalecer a luta das mulheres. E quando essas experiências são escritas, são registradas, fortalecem mais ainda as mulheres. Eu também me admirei ao conhecer as experiências de companheiras que conheço de reuniões, mas não conhecia os quintais delas. Embora sejam pequenos, têm goiabeiras, mangueiras, plantas medicinais, várias hortaliças; e fazem tantas outras coisa, como beneficiamento de frutas e artesanatos. Fizemos essas visitas às nossas vizinhas de comunidade e nem parecia que estávamos aqui em nossa comunidade. Tudo parecia novo, porque antes não estávamos com os olhos abertos para olhar para as nossas experiências.

Hoje podemos falar que a sistematização é uma coisa muito boa. Porque, quando o trabalho é registrado e refletido, permite que a gente enxergue a sua importância. Essa sistematização vai me guiando. A gente tem planos e metas nas nossas cabeças

e, quando vai escrevendo o que está fazendo, dá para analisar o caminho que está pegando. A gente consegue enxergar o que já foi feito e pensar o que ainda precisa ser feito. A sistematização vai me guiando, vai me direcionando a um caminho. E, sendo assim, nunca vou esmorecer, porque vou olhando para trás e vou vendo que fiz alguma coisa. E quando isso se trata de mulheres, a importância das sistematizações é muito maior. Porque nós, mulheres, não sabemos a importância do nosso trabalho. Sistematizar as experiências ajuda a mostrar pra gente e pra todo mundo o valor dos nossos trabalhos. A gente se sente estimulada a não parar, porque a gente olha e diz: Nossa! Eu já fiz isso tudo, tenho que continuar. Então, escrever o que se faz anima a mulher. A gente sabe que nas histórias das mulheres não é muito comum ter sistematizações que falam das vidas delas. Diferente dos homens, a gente sabe que tem um monte de livros que contam coisas boas que os homens fazem, descobrimentos, invenções. E onde estão as mulheres? Eu não tenho hábito de escrever, e isso é muito ruim para as mulheres. Nós, mulheres, já avançamos em um monte de coisas. Mas, não temos hábito de escrever. E agora eu estou entendendo que, quando a gente não escreve, a gente se perde. Então o trabalho da sistematização é uma coisa importante, porque vai dando força para quem está fazendo. E a outra que ainda não fez vê o exemplo do que a outra está fazendo e pensa: 'Eu também sou capaz!'. E isso pode mudar a vida de uma mulher. Tenho certeza que, se nós tivéssemos começado a fazer sistematização da nossa experiência quilombola antes, teríamos avançado mais. Uma das companheiras que iniciou essa experiência foi a Generosa. Ela está viva, mas já esqueceu tantas coisas do que já fez, do que já lutou. As experiências dela têm um grande valor para a continuidade da nossa luta. Seria muito importante se o caminho que ela percorreu estivesse escrito."

Valdeci ressalta que, através das conversas mais aprofundadas sobre suas vidas, falar sobre violência, em seus diferentes aspectos, tem se mostrado como uma importante discussão na vida das mulheres. Segundo Valdeci, são muitas as mulheres que vivenciam diferentes formas de violência. Ela ressalta que é difícil para quem sofre violência falar sobre esse assunto. Porém, acha importante provocar o debate, para que as mulheres entendam que o seu caso não é um caso isolado e, dessa forma, se sintam encorajadas a procurar ajuda. Ela conta às mulheres as violências sofridas em sua vida e afirma que, assim, uma apoia a outra:

Valdeci - artesanato



▼ Confecção de bonecas



“Vivemos em um sistema patriarcal. Quando eu me casei fui entendendo que, quando eu era jovem, era dominada pelo meu pai, que era um homem bom, mas me dei conta que a vida inteira havia feito o que ele queria. E, agora que estava casada, continuava sendo dominada pelo meu marido. Ele podia e queria fazer tudo, sair, beber e, quando chegava em casa, me batia. Ele quebrou meu braço, fui parar no hospital várias vezes. Ficava cheia de hematomas e mentia para as pessoas, dizia que havia caído. Eu mentia porque esperava que ele mudasse. Imaginava que, se contasse a verdade para as pessoas, ele faria pior. Sempre sofria muito e calada. Eu pensava que tinha me casado com este homem de livre vontade, ninguém tinha me obrigado. Então esse sofrimento era somente meu, de mais ninguém. Nem minha família sabia.”

Além da violência física, seu marido exercia sobre ela uma forte violência psicológica, proibindo-a de sair de casa e ameaçando-a de diversas formas. Durante muitos anos, proibiu-a de fazer parte do movimento quilombola, ir a qualquer tipo de reunião e ter qualquer tipo de vida social. Inclusive proibiu-a de ir à missa, dizendo que na igreja havia um homem como ele. Valdeci viveu dessa forma durante oito anos. Não suportava mais tanto sofrimento. Decidiu desobedecê-lo e começou a participar com sua tia de reuniões da Igreja, passou a ser catequista. Os conflitos foram aumentando cada dia mais. Resolveu se separar, porém adiou a decisão, quando foi diagnosticado que seu marido estava com Mal de Chagas. Permaneceu casada por mais dois anos. Porém seu marido continuava bebendo e seguiam-se os maus tratos. Valdeci não suportava mais; separou-se. Conta que em sua vida sempre tiveram dificuldades, mas aos poucos vem superando os problemas e continua lutando. Hoje ela é uma das pessoas que incentiva a discussão e a prática da agroecologia no movimento quilombola, em sua região. Seu quintal é uma referência de diversidade nos intercâmbios que acontecem em Conceição das Crioulas. Compõe uma comissão de mulheres que trabalha os quintais e hortas agroecológicas como porta de entrada para a discussão de várias questões como: divisão sexual do trabalho e a violência contra a mulher rural.

“Aqui no movimento quilombola começamos a conversar e fazer experiências agroecológicas no campo há pouco tempo, tem uns três anos. Mas, os valores da agroecologia eu já conhecia através do movimento de mulheres e do movimento negro. Os valores que aprendi nessas outras lutas são iguais porque consideram a autonomia e o respeito à própria vida e a dos outros. Minha vida poderia ter sido diferente se tivesse aprendido isso mais cedo. Mas, prossigo com as minhas filhas e companheiras. Porque são as mulheres as mais oprimidas em nossa sociedade.”



SABIÁ - Centro de Desenvolvimento
Agroecológico

Sistematização da experiência de Dilene Nicolau

Assentamento Conceição, em Sirinhaém, Pernambuco

Ana Santos da Cruz Luna, técnica do Centro Sabiá
Dilene Nicolau de Mendonça, agricultora, Sirinhaém - PE

O Centro Sabiá é uma das organizações que fazem parte da Articulação Nacional de Agroecologia e integra o grupo de trabalho Mulheres. Em 2008, em parceria com a ActionAid, este GT iniciou um trabalho de sistematização de experiências de mulheres em agroecologia no Nordeste para dar visibilidade à iniciativa. Das oficinas de intercâmbio de experiências promovidas pelo GT Mulheres e pela ActionAid, participaram três experiências de mulheres que são assessoradas pelo Centro Sabiá: na primeira foi a do Grupo de Mulheres Girassol, da comunidade de Santo Antônio, de Coroas de Triunfo, Sertão de Pernambuco, e a da jovem Dilene Nicolau, de Sirinhaém, da Zona da Mata/PE; na segunda oficina, realizada em dezembro no Cabo de Santo Agostinho/PE, além de Dilene esteve presente a agricultora agroflorestal Cristina Maria de Freitas, também de Sirinhaém. Ambas tiveram, na oportunidade, suas experiências visitadas por mulheres de todo o Nordeste.

Apenas uma das experiências foi sistematizada, mas o processo foi desenvolvido com mulheres da comunidade de Conceição e lhes permitiu entender a importância de sistematizar suas experiências agroecológicas, podendo fortalecer, assim, as organizações nas quais atuam. Após a primeira oficina, que aconteceu em Afogados, em março de 2008, realizamos outras duas sobre sistematização de experiências na comunidade de Conceição, da qual participaram nove mulheres em cada uma.

Contexto em que a experiência está inserida

A região da Zona da Mata é historicamente marcada pelo latifúndio e pela monocultura da cana-de-açúcar. A exploração nestes moldes vem desde o início do processo colonizador pelos portugueses até os dias atuais. Pela exclusão, é uma das mais pobres regiões do estado de Pernambuco. É nesse cenário que têm surgido várias experiências agroecológicas que vêm se tornando referência para os agricultores e agricultoras, assessoradas pelo Centro Sabiá e por outras organizações parceiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

No assentamento Conceição de Quilebra, município de Sirinhaém, a 80 km do Recife, encontramos diversas iniciativas de mulheres que enfrentam dificuldades e superam o machismo e a exclusão nos espaços de participação social e na política. Um dos casos é o de Cristina Maria de Freitas, casada e mãe de quatro filhos, que foi trabalhadora rural na Usina Estreliana, no município de Gameleira, Mata Sul de Pernambuco. Em 1993, aos 16 anos, ela casou e foi morar na propriedade da família do marido, no Engenho Conceição, município de Sirinhaém. No ano de 1996 começaram a acontecer várias reuniões e capacitações na casa de sua sogra, que ela acompanhava com curiosidade da janela, sendo constantemente convidada a entrar e participar. A partir daí, envolveu-se nas atividades de intercâmbios, cursos e oficinas e passou a produzir hortaliças agroecológicas, a implantar sua agrofloresta e a criar galinhas. Em seguida, veio o beneficiamento da produção. Junto com as cunhadas e a sogra, buscou aproveitar as frutas existentes na região, bem como a mandioca e outros produtos da natureza, fazendo polpas, bolos, pães, manuê e cocorote. A princípio, a produção era destinada apenas para o consumo da família, mas, com a maior produtividade, veio a necessidade de comercialização. Em 2001, aconteceu, então, a fundação da Feira Agroecológica de Sirinhaém - FEPAS. Ela abriu oportunidade não só de evitar os desperdícios, mas de se investir mais na infraestrutura, na produção e na comercialização. Em 2007, Cristina acessou o crédito do PRONAF, construiu sua cozinha e comprou dois freezers para armazenar as polpas de frutas.

Cristina foi coordenadora da FEPAS por quatro anos e hoje é tesoureira da associação e uma das maiores lideranças da comunidade, integrando o conselho municipal da Rede de Agroecologia da Zona da Mata. Cristina também é uma das maiores incentivadoras da experiência sistematizada de Dilene.

A renda própria, que antes não tinham, foi um dos pontos de partida para a autonomia de Cristina e demais mulheres envolvidas na produção e comercialização em Conceição. E isso proporcionou uma mudança significativa na vida dessas pessoas e suas famílias.

Juventude, mulher e agroecologia: uma nova vida no campo

Experiência de Dilene Nicolau

Dilene Nicolau de Mendonça tem 18 anos, mora no assentamento Conceição, município de Sirinhaém. É filha de Adalgisa Nicolau e José Olimpio Nicolau, possui nove irmãos e desde os 13 começou a se envolver com agroecologia:

“Meu irmão mais velho já participava. Ele integrava a ASCONSAJ e eu, aos doze anos, fui com ele a uma reunião. Nela, houve uma conversa sobre a Feira Agroecológica de Sirinhaém e as mulheres que a frequentavam, entre elas Cristina Maria de Freitas, me convidaram para as atividades com as mulheres que tinham agrofloresta, beneficiavam e comercializavam na feira. Na semana seguinte, o técnico do Centro Sabiá foi na minha casa convidar meu irmão para um intercâmbio na Paraíba. Ele não pôde ir, mas eu fui. Lá conheci experiências e voltei decidida a começar meu trabalho. Daí participei de outros cursos e intercâmbios. Fiz capacitação em beneficiamento, me envolvi e não parei mais. Em 2006 fiz um estágio de vivência em Abreu e Lima, na casa do agricultor Jones e da agricultora Leni.”

No retorno para casa, ela diz que veio com mil ideias na cabeça, ansiosa para colocar em prática, mas só pensava no desafio que teria que enfrentar quando fosse comunicar à família sobre o que pretendia fazer. “Existia muita resistência da minha família sobre a agrofloresta, principalmente por parte do meu pai, que só tinha visão para a cana-de-açúcar”, diz. Seu irmão, que já havia iniciado bem antes, também tinha enfrentado muita resistência da família. A propriedade em que eles moram tem 48 hectares de terra, dos quais 40 são de cana-de-açúcar.

“Quando fui conversar com minha família que gostaria de iniciar minha agrofloresta, meus pais não acreditaram e acharam que seria uma grande besteira e que não daria resultado. Mesmo assim eu continuei. Perto de minha casa tinha uma área de 0,3 hectare, com algumas plantas frutíferas, como o jambo, o coco, a banana e a graviola, mas produziam pouco. Foi ali que iniciei minha experiência, junto com os técnicos e técnicas do Sabiá. Conversamos e planejamos como seria aquela área, e vimos a necessidade de enriquecer o solo, que estava empobrecido. Pouco a pouco, a ex-



▲ Dilene na horta

Feira agroecológica ▼



perícia foi se desenvolvendo e eu passei a colher os frutos no fim de 2007. Fui participar da Feira Agroecológica de Sirinhaém, levando frutas e produtos beneficiados, como pães, bolos, doces e polpa de frutas. Passei a criar galinhas de capoeira e hoje temos 60 aves, cujos ovos são usados para consumo familiar, mas também no beneficiamento. E o excedente comercializamos na feira.”

Dilene faz parte da Associação dos Agricultores dos Engenhos Conceição e São José - ASCOMSAAJ. Em 2007, foi escolhida para integrar a coordenação regional da RECAPE (Rede de Comercialização Agroecológica de PE). Participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sirinhaém e da coordenação da FEPAS como tesoureira. É uma das mais jovens lideranças da comunidade. Ainda é membro do Grupo de Jovens de Conceição e da Comissão Territorial de Jovens da Mata Sul.

O estudo na vida de Dilene sempre foi prioridade. *“Passei muitas dificuldades para estudar durante o inverno. O transporte para a escola ficava muito distante e de onde moro tinha de caminhar mais de duas horas a pé para poder chegar onde o ônibus passava. Mesmo assim, nunca desisti de estudar, porque entendo que o estudo é fundamental para nosso desenvolvimento enquanto cidadãos”.*

Ela é uma jovem sonhadora e sempre luta para que seus sonhos se realizem. E um deles já está se realizando: Dilene está agora na escola técnica, cursando Agropecuária, e, quando concluir, quer fazer faculdade de Agronomia. *“Desejo viver na agricultura e colocar os conhecimentos que aprender para melhorar a vida de minha família”.*

O lazer para Dilene também é muito importante: *“Gosto de me divertir, Nos domingos e feriados vou à praia e adoro viajar”*, enfatiza.

Dilene é uma apaixonada pela natureza, tem preocupação com a preservação ambiental e está sempre produzindo mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para plantar nas margens do rio que fica dentro de sua propriedade. *“Posso dizer que sou feliz e que a agroecologia abriu muitas portas em minha vida”*, conclui.



CF-8 - Centro Feminista
8 de março

Mulheres decididas a mudar a dura realidade em que viviam, semearam sonhos, lutas, princípios, desafios e transformações¹

Tudo começou em 1995 quando Francisca de Lourdes da Silva, Neguinha, do assentamento Mulunguzinho, município de Mossoró – interior do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil – foi convidada a participar do Encontro de Trabalhadoras Rurais da Região Oeste, na época promovido pelo Centro da Mulher 8 de Março², em Mossoró, cidade polo regional. Vendo a atuação dos grupos de mulheres de outras áreas de assentamentos de reforma agrária, debatendo os direitos das agricultoras e buscando um reconhecimento pelo valor do trabalho que desempenham, Neguinha voltou ao lote onde residia decidida a constituir um grupo de mulheres e, nas palavras dela, “a partir daí, nossa vida nunca mais foi a mesma”.

O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer foi formado naquele mesmo ano, através de uma solicitação das mulheres de Mulunguzinho para que o Centro Feminista 8 de Março assessorasse a organização de um grupo de mulheres no assentamento.

¹ Versão revisada e atualizada da biografia do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer elaborada pelo Centro Feminista 8 de Março.

² Hoje Centro Feminista 8 de Março.

Nas primeiras reuniões foram colocadas em pauta as dificuldades, angústias, desejos e necessidades do cotidiano das mulheres. Em seguida, iniciamos as oficinas de organização e formação feminista. Logo, a partir das discussões e dos momentos de formação, as mulheres iniciaram um processo de mobilização em torno de seus direitos e conquistas de espaços em seu meio.

A primeira das lutas foi pelo direito à sociedade na associação do assentamento, entendendo que só assim poderiam votar e ser votadas, deixando de estar à margem das decisões do lugar, antes tomadas apenas pelos homens. *“Achávamos que não tínhamos o direito, mas o estatuto não dizia que não podíamos participar; as mulheres apenas não eram citadas. Decidimos, então, intervir pela nossa participação”*, conta Neneide Viana, integrante do grupo.

Rompendo a redoma do lar

Nesse percurso em direção à cidadania, as mulheres se defrontaram com as barreiras da divisão sexual do trabalho, do machismo e da impossibilidade de protagonizarem os seus próprios destinos. Batalhas que começavam a ser travadas dentro de cada casa, enfrentando a contraposição dos maridos que não compreendiam a lógica das reuniões e se recusavam a cuidar dos filhos no breve espaço de tempo em que a mulher se ausentava de casa para ir à reunião ou aos encontros de mulheres. Segundo as mulheres do grupo, como não conheciam seus direitos, não havia qualquer divisão de tarefas domésticas e de cuidados, já que eram considerados responsabilidades das mulheres.

Mas, *“aos poucos, conscientizávamos nossos maridos das vantagens que a associação das mulheres traria para toda a família. Como associadas, somaríamos os nossos benefícios e direitos aos deles, mas só conseguiríamos isso através da organização”*, revela Neneide Viana.

De origem rural, com faixa etária entre 31 e 55 anos, vivendo uma intensiva jornada de trabalho na execução das tarefas domésticas ou no roçado, as mulheres eram reprodutoras dos papéis de gênero ensinados por seus pais, suas mães e avós, “designados” pela sociedade. As atividades que desempenham como cuidadora dos filhos e da casa não são consideradas trabalho. E, como agricultoras, acreditavam desenvolver apenas o complemento do trabalho do homem, o marido.

Nisso, a aquisição do direito ao voto nas decisões políticas sobre o lugar em que viviam implicava conquistar dignidade como trabalhadoras rurais e cidadãs, saindo do isolamento de suas casas. Todas as mulheres do grupo se tornaram sócias do assentamento.

A participação delas ficava mais frequente a partir da organização de mulheres no interior do grupo, seja através da presença nas mobilizações públicas (marchas, atos de protestos...) e reuniões da associação do assentamento ou reivindicando políticas públicas para sua comunidade.

O desafio da produção e comercialização

Um outro importante passo em direção à autodeterminação das mulheres veio com a construção de um projeto de geração de renda. Em Mulunguzinho, as principais fontes de renda na época eram a agricultura de subsistência de sequeiro (feijão e milho) e a produção de carvão, já que não dispunham de recursos técnicos e tecnologias alternativas para a produção nas lavouras.

O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer sabia que sua vitória dependia, também, de uma autonomia econômica. Daí surgiu a ideia de realizar um encontro para debater a situação da sua comunidade, solicitando à entidade da qual recebiam assessoria que convidasse agências de incentivo a pequenos produtores e produtoras.

A partir desse encontro, as mulheres deram início ao planejamento do projeto de geração de renda. Na pauta das discussões estavam a instalação de uma fábrica de doces e a criação de galinhas. De imediato, começaram o desmatamento de um hectare e meio de área. O processo de escolha foi atribulado e as mulheres enfrentaram restrições físicas, ambientais e financeiras na aplicação de muitas das propostas levantadas.

Mesmo vivendo um período de dificuldades, as mulheres seguiam na busca de alternativas. Dispondo de uma área desmatada, sonhavam agora com as possibilidades de cultivo. *“Somos pessoas que nunca desistimos, estamos sempre buscando... Teria sido mais fácil deixar de lado o nosso objetivo, mas acreditávamos realmente que venceríamos no final”*, enfatiza Neneide.

Foi então que, em 1999, por meio dos comentários dos técnicos e das notícias que acompanhavam na televisão, veio a ideia de cultivarem hortaliças orgânicas. A agricultura já fazia parte das raízes e do dia-a-dia de cada uma delas, familiarizadas com a terra e seus humores. Praticá-la, agora, sob a consciência da agricultura orgânica, era reverter o aprendizado que tinham acumulado em ação concreta. O projeto era pioneiro no estado e o reduzido número de mulheres que se dispunha a desenvolvê-lo já representava, por si só, um desafio.

Elas tinham a ousada ambição de reunir a autodeterminação das mulheres, o desenvolvimento sustentável e a economia solidária, quando decidiram que também

seriam alternativas na estratégia de comercialização. O cultivo de hortaliças orgânicas deveria ser combinado com formas de comercialização solidária, coerentes com o modelo de produção praticado.

Foi assim que produtoras, consumidores e consumidoras constituíram a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra - APT, espaço para articulação e comercialização da produção, guiados e guiadas pelo princípio da economia solidária. Em 2003, a partir das demandas de outros grupos de produtoras e produtores e da experiência bem-sucedida da APT³, surge a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, da qual o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer se tornou parte.

Depois de iniciada a produção, as cestas com hortaliças variadas eram entregues semanalmente aos consumidores e consumidoras, gerando um envolvimento e uma relação direta entre consumidores, consumidoras e produtoras, fundamentais nesse processo. Na oportunidade, as mulheres promoviam um intercâmbio de receitas e conhecimentos campesino, como mais um atrativo e, ao mesmo tempo, uma forma de sempre estar aprendendo.

Aquele pedaço de terra – um hectare e meio – inicialmente pensado apenas para abrigar galinhas, agora comportava canteiros de alface, espinafre, tomate-cereja, cenoura, pimentão, abobrinha, cebola, cebolinha, quiabo, rúcula, beterraba, coentro e algumas fruteiras, além de outras espécies inseridas ao sabor da estação e a pedido dos consumidores e consumidoras.

A produção também é destinada ao consumo de suas famílias e à venda no assentamento, o que melhorou consideravelmente os hábitos alimentares da comunidade, que, além de consumir hortaliças saudáveis, incrementava a sua alimentação com espécies antes desconhecidas em seu meio.

O grupo trabalha de sol a sol para dar conta de todos os compromissos: o planejamento das ações, a gestão, a confecção do adubo natural, a limpeza dos canteiros com a enxada, a supervisão das pragas, o plantio, a colheita, o manejo dos animais e a comercialização, entre outras tarefas. Tudo passa pelas mãos e mentes das mulheres.

³ A dinâmica de funcionamento da APT se deu entre 1999 a 2003, tendo se fundido na proposta da Rede Xique Xique.

Mulheres cultivando hortaliças

Reinventando as receitas da vida

Com o acúmulo das experiências durante o processo de implantação, hoje as mulheres não mais desmatariam a área. Fariam um manejo agroecológico, considerando a preservação da diversidade das plantas nativas.

Além das atividades acima, o grupo ampliou o projeto integrando outras culturas, como a apicultura e a caprinocultura; introduzindo novos produtos, como o picles; reduzindo os custos de produção; e garantindo mais sustentabilidade para a iniciativa.

Aos poucos, essa experiência ganhou outro formato. A partir das vivências e trocas, do constante manejo do meio ambiente, dos conhecimentos adquiridos e da militância, as mulheres passaram a reconhecê-la como uma experiência agroecológica.

Em suas lutas diárias, as mulheres se armam da sabedoria nordestina e de uma criatividade inusitada para enfrentar os obstáculos da natureza. O adubo natural utilizado reaproveita receitas herdadas de suas avós, feito de restos de comida, vegetais e esterco de animais.

Além da assessoria técnica, elas complementam sua orientação buscando conteúdo em livros e apostilas, em conhecimentos empíricos ou em conversas com outras mulheres. Aprenderam a pesquisar e a ouvir o que os outros têm a dizer e a se reinventar a cada dia, sempre respeitando as limitações e necessidades do ambiente em que vivem.

Os conhecimentos acumulados ao longo da vida também têm um grandioso valor. Saber que borra de café serve para afastar formigas e que urtiga combate a mosca branca contribui bastante com a manutenção natural da horta. “*Em nossa plantação, os sapos passeiam livremente desde que descobrimos que eram nossa melhor arma para expulsar os gafanhotos*”, explica Ana Lúcia.

A troca de informações com as consumidoras e consumidores também faz parte das ações valiosas dessas mulheres. Aproveitar verduras de pequeno porte na produção de compotas é receita de uma consumidora. Escutando a sugestão de um agrônomo, transformaram as minhocas invasoras da horta em aliadas na produção de húmus, passando a cultivar o seu próprio minhocário.

As mulheres também solucionaram o problema de mão-de-obra deficiente com muita criatividade. Quando estão muito atarefadas, fazem um mutirão chamando toda a família para participar da horta. No entanto, elas têm consciência de que

esse projeto é uma conquista resultante de sua organização e por isso deve continuar sob a coordenação e as mãos das mulheres.

Hoje, Mulunguzinho conta com 112 famílias, uma agrovila, uma escola, a visita mensal de um posto de saúde móvel e cisternas para o armazenamento de água doce – água das chuvas – conquistas devidas, em grande parte, à ação das mulheres e sua militância no movimento feminista através da Marcha Mundial das Mulheres. *“Recebemos pesquisadores, assistentes sociais e equipes de avaliação do governo. Todos no assentamento os encaminham até a gente, dizendo: ‘Vão até às mulheres, elas é quem são responsáveis pela organização aqui’”,* comenta Neneide.

Além das seis mulheres do projeto produtivo, outras nove participam das atividades de organização do grupo e mobilizações do movimento feminista.

Com ação reconhecida em todo o assentamento, o grupo atua na associação, contribui com a formação do grupo de jovens, é convidado pelos(as) parceiros(as) para representar o assentamento nos eventos externos e exerce um importante papel na Coordenação Oeste de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Seu trabalho com a produção agroecológica tem recebido atenção especial dos meios de comunicação. Foram protagonistas de diversas reportagens na mídia impressa e televisiva. Sempre ressaltam o potencial desbravador do grupo de Mulheres Decididas a Vencer e a proposta alternativa que essa experiência representa para a região semiárida, sendo hoje reconhecida como uma das principais iniciativas em organização feminista e agroecologia no Rio Grande do Norte e inspirando outras agricultoras e agricultores a ter o olhar voltado para os resultados atingidos, a mobilização social e a agroecologia.

Entrelace da organização, produção e combate à violência

No tocante à violência contra a mulher, algumas reflexões são feitas, considerando o antes e o depois de participarem de um grupo e do movimento feminista, seus ganhos e transformações até hoje.

A partir dos materiais produzidos na primeira oficina sobre violência e trabalho doméstico, foi realizada uma segunda oficina de aprofundamento, partindo dos seguintes questionamentos:

- Como as mulheres viam a questão da violência antes da oficina?
- Como passaram a ver essa questão após a oficina?
- Como isso mudou suas vidas?

- Apontar conquistas e avanços (na perspectiva da conquista de seus direitos).

As mulheres expressam que antes “aceitavam”, “permitiam” e “se calavam” diante da violência. Não se envolviam quando tinham ciência de algum caso na comunidade, por falta de conhecimento dos seus direitos. Segundo elas, eram oprimidas e não sabiam que podiam se libertar. Até compreendiam a violência sofrida, porém, era uma compreensão restrita à parte física, visão que se ampliara com o processo de auto-organização e militância na Marcha Mundial das Mulheres.

A partir daí, o grupo passou a conhecer seus direitos, a se impor e a ser respeitado no assentamento. Podemos perceber tal fato na fala de Neguinha: *“Eu descobri, através da organização, que não podemos ser escravas de ninguém”*.

Essas reflexões mostram a importância da auto-organização das mulheres no enfrentamento da violência e que o protagonismo delas tem provocado alterações na sua vida cotidiana e também na vida dos homens, que mudam a partir da intervenção das mulheres.

É importante enfatizar que a experiência do grupo de mulheres tem influenciado positivamente a comunidade de várias formas. Na organização, com a formação de outros coletivos; na mobilização, com a participação ativa da comunidade nos movimentos sociais; na produção, com o incentivo ao desenvolvimento de práticas agroecológicas, articulação em rede, intercâmbios e espaços de formação política.

Essa influência ainda se reflete no combate à violência contra a mulher, podendo ser visualizado em ações concretas como a discussão sobre casos de violência no grupo de mulheres e na assembleia da associação e a realização de uma passeata no assentamento denunciando a violência contra a mulher, com a participação de mulheres, homens e jovens de todo o assentamento.

Refletindo sobre o trabalho doméstico e de cuidados

O trabalho doméstico e de cuidados constituem grandes desafios no processo de organização, produção e no conjunto da vida das mulheres. Uma vez que estas são responsáveis por parte do trabalho produtivo e por todo o trabalho reprodutivo, que tomam quase todo seu tempo.

Para as mulheres do grupo Decididas a Vencer a realidade não é muito diferente. As mudanças só começam a ocorrer com muita organização. Segundo elas, antes as mulheres realizavam todas as tarefas domésticas, cuidavam da casa,



▲ Grupo de Mulheres Decididas a Vencer

Mulunguzinho contra a violência ▼



marido, filhos e idosos, e ainda faziam o trabalho com os animais, o quintal e a roça, numa intensiva jornada, sendo geralmente as primeiras a acordarem e as últimas a descansarem.

Somente com o processo de formação e organização do grupo, produção, comercialização e a participação nas mobilizações, as mulheres foram conseguindo socializar algumas tarefas domésticas. De acordo com o grupo, quando não estão em casa, alguns maridos cuidam dos filhos, fazem a comida e organizam o ambiente, tarefas antes inimagináveis de acontecer, mesmo quando elas estavam doentes ou fora do lar.

Porém, essas conquistas não são estáveis, apresentando limitações. De acordo com os relatos, quando estão em casa, os maridos acham que as tarefas são de responsabilidade e obrigação das mulheres, o que provoca conflitos. Tudo isso então se transforma em desafios cotidianos na vida dessas mulheres e de outros grupos, pois não querem recuar quanto aos direitos conquistados. É como coloca o próprio grupo Decididas a Vencer: *“As mulheres, a cada dia, têm que se apropriar dos direitos e ser vigilantes para não recuar na luta”*.

De acordo com os relatos do grupo de mulheres Decididas a Vencer e da história de vida de outras mulheres, feminismo, organização e produção agroecológica são indissociáveis no processo de luta por sua autonomia e libertação. E essas conquistas reforçam a autonomia e libertação não só delas, mas de todas as pessoas – mulheres e homens.



CAA - Centro de Agricultura Alternativa
do Norte de Minas

A turma do Pequi

Comunidade de Abóboras

A comunidade de Abóboras fica na zona rural de Montes Claros, nos Gerais das Minas, a 25 km da sede do município. É essa comunidade, onde moram 42 famílias, o cenário da experiência que vamos contar de uma turma de crianças e adolescentes conhecidos como a Turma do Pequi. Antes eles eram 12, agora são 22, e essa turma vem aumentando.

Esta história tem início com a preocupação de dona Maria Madalena Oliveira Leite, carinhosamente chamada pela garotada de Tia Nenza, com o futuro das crianças e adolescentes da comunidade de Abóboras. O que fez com que ela e outras pessoas se mobilizassem em busca de alternativas que pudessem envolver essa garotada e evitar que muitos deixassem suas famílias e sua comunidade.

A questão ambiental também impulsionou dona Nenza – o processo intenso de degradação do cerrado na região, o corte ilegal de pés de pequi, a destruição das plantas medicinais, a extração indiscriminada de areia para construção civil. Enfim, a preocupação com toda a biodiversidade do cerrado fez com que dona Nenza e o seu Jair desenvolvessem um trabalho intenso de formação dessa garotada, com o objetivo não só de oferecer alternativas para mantê-los na comunidade, mas também de conscientizá-los quanto à necessidade de valorizar e lutar pela preservação do cerrado.

O resultado de todo esse esforço é essa turma animada quem vai contar. Durante as férias de janeiro de 2009, passamos todo um dia na comunidade, conversando, ouvindo as histórias, andando pelo cerrado. O grupo fez desenhos, história em quadrinhos, produção de textos, contando sobre o trabalho que estão desenvolvendo.

É um trabalho que vai muito além do beneficiamento do pequi. Na prática, essas crianças e adolescentes estão adquirindo conhecimentos que nenhuma escola oferece, valores como o respeito à comunidade e à natureza, o amor pelo cerrado e por tudo que nele vive, a importância da “com-vivência” – como disse dona

Nenza, do trabalho em equipe. Mas vamos deixar que eles mesmos contem essa história.

Vamos começar com dona Nenza, a idealizadora do projeto:

“Eu sou Nenzinha, faço parte aqui da comunidade de Abóboras. Hoje faço parte da diretoria da associação, sou secretária, e a gente vem desenvolvendo um trabalho esse tempo inteiro na comunidade, não só na associação, mas participando e colaborando com aquilo que é necessário para a comunidade. Tivemos antes um trabalho com a Pastoral da Criança, eu e uma outra companheira, mas ela saiu e eu fiquei sozinha, e não dei conta, devido a muitos outros trabalhos que a gente tem.

Mas atualmente nós trabalhamos com 17 famílias e 22 crianças. No trabalho na Pastoral a gente foi vendo a necessidade que tinha de fazer um trabalho com a juventude. Aí, há 4 anos, tivemos a ideia de fazer esse projeto para trabalhar com o pequi, de fortalecimento da comunidade. Eu sempre venho falando isso, que era interessante a gente fazer um trabalho na comunidade com os jovens. Temos muitos jovens aqui que ficam muito parados. Nas férias, por exemplo, ficavam tantos jovens e crianças aí nos botecos, jogando sinuca. Então nós achamos interessante fazer um trabalho com eles. E que trabalho é esse que a gente tinha que fazer? Começamos com plantas medicinais, alguns jovens começaram a participar, mas foram desincentivando, foi ficando devagar. Começamos um projeto que seria aqui de uma farmácia com plantas medicinais, mas aí foi transferido para outra comunidade. Nós continuamos essa luta, esse desejo que acontecesse alguma coisa aqui na comunidade de Abóboras. Eu sempre falava de incentivar alguma coisa aqui, vê o que a gente pode fazer aqui para juventude. Depois fizemos um projeto de rapadurinha que é lá no seu Raimundo, que é um projeto da CEX, que eu também sou coordenadora.

O ano passado conseguimos um projetinho de R\$ 5 mil. Aí que a gente conseguiu fazer alguma coisa para incentivar esses jovens, que começaram a participar desse trabalho com o pequi. Um meio não só deles arrecadarem um pouquinho nas férias, mas também deles ter esse incentivo de trabalho e aprenderem a valorizar o que a gente tem aqui. Eu sempre tô falando com eles da importância que é deles valorizarem o cerrado – a vivência aqui é muito boa – deles terem esse amor pelo cerrado, pela comunidade, por aquilo que eles têm aqui. E através daí, a gente vem trabalhando.

O ano passado nós fizemos 995 dúzias de pequi congelado. E esse ano a meta era para ser 2.000, mas abaixamos para 1.500 dúzias, para deixar o restante para outras comunidades que também estão precisando, onde tá perdendo o pequi e eles estão interessados.

Então taí o nosso trabalho, que é gratificante. Essa adolescência taí aprendendo. O objetivo nosso é tá ensinando esses jovens a preservar aquilo que é deles, aquilo que eles têm de melhor, e ajudar, porque nós estamos vendo a devastação que está. Agora mesmo, nós ficamos sabendo de um problema sério. Estão derrubando o pequi, os pés cheios de pequi, o povo tá derrubando. Então nós ficamos muito contrariados com isso. A gente tá vendo o tanto que o povo não valoriza o que é nosso, e é pouco. Eles acham que a riqueza é só o dinheiro.

Nós estamos valorizando o que a gente tem, que a gente sabe que não tem riqueza maior que o cerrado. E essa juventude aí vai crescer, sabendo que no amanhã, quando não existir eu, não existir o Jair e não existir outra pessoa mais velha que tenha esse amor pelo cerrado, pelas plantas medicinais que existem... E não é só isso, mas todo ser vivo que tem na chapada, no cerrado, esses jovens que vão cuidar.

Aqui eles aprendem a amar o cerrado, fonte de vida, porque sabem que o cerrado para nós é uma riqueza que nós temos. Estamos vendo o sofrimento que vive o cerrado, a chapada, tudo aquilo que vive aí no mato, os animais, os pássaros, o quanto sofrem.

Nós estamos satisfeitos com esse trabalho e acredito que eles também estão satisfeitos com isso, de estar valorizando aquilo o que é nosso, aquilo que eles têm de melhor aqui no cerrado, na chapada. E a vivência que nós temos na comunidade, isso para nós é muito importante, esses jovens, essas moças que estão aí saber o quanto é importante a vida nossa aqui na roça.

Nós sabemos do sofrimento das pessoas que vivem nas cidades grandes. Eu tava comentando com eles que lá nessas cidades grandes, o quanto de acidente que acontecem com as crianças, por falta de opção de local para diversão. Vão, sobem em cima de uma laje, cai, quebra uma perna, como vimos na televisão. Então eu tava falando do tanto que eles são ricos, da importância em valorizar exatamente por isso. E se eles aprendem e a gente conseguir fazer algo mais que essa fabriqueta de pequi congelado, então é uma forma que eles vão ter, um local de sobreviver, sem

precisar sair daqui e ir para uma cidade grande sofrer – juventude eles não vão ter. Aqui eles são livres, eles correm, vão aonde eles querem. Não quer dizer que eles não vão ter que ir pra cidade, mas no momento eles estão sendo formados, não precisam ir. Aqui eles estão tendo uma formação completamente diferente de muitos na cidade, uma formação com base no amor, na vivência e com-vivência com cerrado.”

(Maria Madalena Oliveira Leite, dona Nenzinha)

Para passar os conhecimentos, o saber tradicional sobre o cerrado, o grupo conta com o apoio de seu Jair, “o professor do cerrado”. É com ele que as crianças e adolescentes aprendem tudo sobre o cerrado. A coleta do pequi é sempre uma aula sobre o cerrado, onde ficam conhecendo as plantas medicinais, sua utilização, como preparar as frutas nativas, os pássaros nativos desse bioma, até como se orientarem para não se perderem no cerrado. Tudo isso seu Jair ensina para a garotada:

“Eu sou Jair, sou daqui de Abrobas, nasci e criei aqui. O que nós desenvolve aqui na unidade nossa [comunidade] é os pequi. Desde eu menino que nós trabalha com pequi, panha pra vender. Então, aqui nós preserva o cerrado. Desde quando começou o trabalho aqui, que eu tô ajudando, carregando os meninos para chapada, ensinando eles trabalhar. Desde que acabou as aulas, que eles tão aqui ajudando, aprendendo a trabalhar, o que é bom pra eles e pra nós. E nós não tamo ensinando não – é só trabalhar – mas preservar o cerrado, ensinando eles os remédios, ensinando eles a andar no cerrado, ensinando eles a fazer de tudo no cerrado, alguma coisa que a gente vê diferente pra eles aprender. De primeiro, quando não tinha o pequi, eles vivia pra cima e abaixo aí, à toa. Agora, hoje em dia, tem os pequi. Eles ficam aí ajudando a gente e aprendendo.”

Mas, para realizar o projeto, foi necessário apoio técnico e financeiro. Vamos saber agora, com o engenheiro agrônomo Nilton Fábio, como foram viabilizados os recursos para a implementação do projeto e a assessoria técnica.

“Meu nome é Nilton Fábio, sou engenheiro agrônomo, faço parte da equipe técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM. Dentro do Centro de Agricultura, a gente trabalha esse viés do agroextrativismo e do manejo sustentável da agrobiodiversidade, aqui nos biomas cerrado e caatinga, entendendo que o norte de Minas tem essa característica de transição das áreas de caatinga para cerrado. E a gente vem desenvolvendo um trabalho

com ênfase no agroextrativismo.

Aqui na comunidade de Abóboras, a realidade é bem próxima disso. A comunidade vem participando com 16 famílias, trabalhando principalmente aqui, nessa unidade, com o extrativismo do pequi. Eles fazem o pequi congelado, e receberam o apoio da Coordenadoria do Agroextrativismo - CEX, que faz parte do Ministério do Meio Ambiente. Esse projeto é o que a gente chama de pequenos projetos do tipo A, que são de até R\$ 5 mil. E a gente observa como que um pequeno projeto desses, com pouco recurso, pode fazer uma mobilização social de tanta importância, como é feita aqui em Abóboras. Vocês veem que a maioria das pessoas que trabalham aqui são crianças e adolescentes que têm um incentivo também de seu Jair e da dona Nenzinha, que estão fazendo um trabalho fantástico, e de incentivo também, para despertar essas crianças para a importância do que é o agroextrativismo para as comunidades rurais e populações tradicionais aqui do Norte de Minas.

O extrativismo que eles fazem aqui, não só do pequi, mas do coquinho azedo, do panã – que é o araticum, que são comercializados junto à Cooperativa Grande Sertão -, proporciona, além da conservação dos ambientes, melhoria de vida, melhoria de renda para essas famílias.

Lembrando que esse projeto participou primeiro de uma seleção, através do Comitê Local, que é constituída de toda a concepção dos projetos do tipo A. E daí foram selecionados alguns projetos, para que fossem apoiados, e um deles foi aqui de Abóboras. Em 2006, aqui já tinha um histórico de trabalho com o pequi, mas na ênfase da retirada do óleo.

O projeto CEX tipo A, que é apoiado pelo MMA, veio dar um aporte de recursos pra aquisição de equipamentos que iria proporcionar um melhor aproveitamento do pequi aqui na região.

Lembramos também que alguns dos diretores do CAA-NM são daqui dessa região, e o histórico de trabalho com a agroecologia na comunidade de Abóboras já vem de muito tempo. Muitos dos agricultores das famílias que moram aqui participaram de cursos de formação que o CAA vem fazendo, há mais de 20 anos. E hoje são as principais lideranças não só daqui da comunidade de Abóboras, mas também do Centro de Agricultura Alternativa. Então, foram feitos vários trabalhos nessa linha da formação agroecológica e da transição agroecológica, com as famílias daqui de Abóboras.”

Dona Nenzinha, seu Jair e o pessoal do CAA-NM, estão todos empenhados em apoiar a Turma do Pequi. Mas o que será que essa garotada pensa desse projeto? O que eles estão aprendendo? Como esta história é contada a partir da perspectiva dessas crianças e adolescentes?

Realizamos com a turma uma série de atividades desenhos, redação, história em quadrinhos, cartazes, caminhada pelo cerrado, entrevistas, e o resultado não poderia ser melhor. Com a palavra, a Turma do Pequi:

Laurinéia Fernandes Santos tem 18 anos e conta a história do grupo, a partir de uma redação que ela intitulou “Uma Experiência no Cerrado”:

“Meu nome é Laurinéia Fernandes Santos, tenho 18 anos, concluí o ensino médio em 2008, e faço parte do Grupo de Beneficiamento de Pequi da Comunidade de Abóboras.

O Grupo começou em janeiro de 2008, com aproximadamente 12 pessoas, tendo como coordenadores Nenza e Jair. No início houve muitas dificuldades, pois tivemos que adequar alguns cômodos de uma escola desativada, onde hoje é a sede da Associação Comunitária, para que pudéssemos fazer o processamento do pequi. Foram vedadas janelas e portas com telas, o teto foi forrado, as paredes foram pintadas, foi colocada até uma porta, para dar melhor acesso entre os cômodos, e o local foi interditado para impedir o acesso de cães e pessoas estranhas.

O serviço era dividido entre o grupo da seguinte maneira: catadores, selecionadores, sanitizadores, roletadores, tiradores de filhotes, branqueador e selador. O processo é feito da seguinte maneira: uma parte do grupo sai para o cerrado para catarem e selecionarem o pequi. Este é trazido para a sede, e sanitizado com água e cloro, dentro de uma caixa de 500 litros, por dez minutos. Depois é roletado e, em seguida, é feita a seleção dos filhotes. Em seguida recebem um choque térmico, para não escurecerem ou perder sua coloração e sabor. Depois são colocados numa tela, para que fiquem secos. Quando secos, são empacotados, selados e vão para o refrigerador, à espera do transporte para o armazenamento, na Grande Sertão (Cooperativa Grande Sertão). Depois de vendido, o dinheiro é dividido entre todos.

Durante o processo, aprendemos a importância do trabalho em equipe e da preservação do cerrado, que é um laboratório vivo. Nele conhecemos vários tipos de árvores frutíferas e plantas medicinais, por intermédio dos catadores mais velhos e experientes.

Neste ano a equipe aumentou para 22 pessoas. Conseguimos ampliar o número de equipamentos e mobiliários. Consequentemente, a produção também aumentou.”

O grupo de Deividson, Cristiano e Andersson fez uma história em quadrinhos, e a professora também ajudou. Os meninos ficaram muito envergonhados, na hora da apresentação para a Turma, mas ficou legal!

O Grupo de Franciele, Caroline, Edna, Lílian, Laurinéia e Ednéia fez um bonito cartaz, falando da importância do projeto para elas.

No cartaz está escrito o seguinte:

“O nosso grupo vem procurando vários projetos para ocupar nosso tempo, o que nos ajuda bastante, dá lucros, ensina, e todos nós somos satisfeitos de morar aqui.”

“Neste momento, nós: Franciele, Caroline, Lílian e Edna, e meus vizinhos e amigos, estamos trabalhando no projeto do pequi, onde coletamos o pequi na chapada, lavamos ele, cortamos, ensacamos e congelamos, para depois vendermos no mercado.”

“Este trabalho exige muita responsabilidade e paciência, mas estamos aprendendo e gostando muito!”

O grupo de Késsia, Érika, Dayane e Samira fez um cartaz, onde elas desenharam todos os frutos nativos do cerrado que ficaram conhecendo através das caminhadas com seu Jair, para a coleta do pequi.

Olha aí a turminha desenhando, pintando. Fizemos tantos desenhos que montamos uma galeria de arte, e o tema não poderia ser outro: O cerrado e o pequi.

Fizemos até entrevistas, e vejam o que a garotada falou:

“Eu sou Késsia, filha de seu Jair, e tenho 12 anos. A importância pra mim do pequi é que o pequi me ajuda muito, porque eu conheço muita coisa sobre ele. Antes eu não sabia que do pequi dava pra fazer polpa, um tanto de coisa, e hoje eu sei. E da chapada também, que hoje eu conheço um tanto de remédios e frutas.”

“Meu nome é Laurinéia, tenho 18 anos, tô trabalhando aqui no pequi. Eu ajudo roletando o pequi e na embalagem. Eu acho im-



▲ Seu Jair - Comunidade de Abóboras

Grupo de meninas do Pequi ▼



portante para ajudar a comunidade a crescer e desenvolver a comunidade. E, pra mim, vai ser importante quando eu começar a fazer algum curso em Montes Claros ou cursar a faculdade. Isso vai ser importante para mim.”

“Eu me chamo Lílian, tenho 14 anos, e eu ajudo a cortar e roletar o pequi. E eu gosto de pegar, porque ajuda o cerrado, é bom, a gente aprende mais sobre a natureza, não ajuda no desmatamento.”

“Meu nome é Davidson, tenho 14 anos, e é muito importante esse projeto aqui para reforçar mais, não deixar os adolescentes na rua, em barzinhos. E eu fiz esse trabalho para mostrar o que a gente faz aqui. Eu sou catador de pequi e fiz para mostrar como é o trabalho aqui dentro.”

“Meu nome é Anderson, tenho 15 anos, e trabalho na coleta do pequi. E o projeto é importante, porque a gente conhece muitas plantas e frutas que a gente não conhecia.”

Com muito carinho, apresentamos a Turma do Pequi. É muito legal ver a garotada animada, construindo alternativas para o futuro e de permanência na própria comunidade, amando e respeitando o cerrado.

Acima de tudo, é muito bom ver os frutos do esforço de Tia Nenza e seu Jair. Eles provaram que, com poucos recursos, mas com muito empenho, é possível desenvolver um projeto tão interessante, que consegue mobilizar toda a comunidade, principalmente crianças e jovens. Trabalhando com educação ambiental, preservando e aprendendo a respeitar e conhecer o cerrado, e toda a sua agrobiodiversidade, como fonte de vida, de sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas.

Obrigada à Turma do Pequi, dona Nenza, seu Jair e à comunidade de Abóboras, por todo o aprendizado com a agroecologia e a luta pela preservação do cerrado.

Participaram da sistematização: Sandra Maria da Silva – socióloga, Anilde Dias de Paula – mobilizadora social, e Nilton Fábio – engenheiro agrônomo, todos da equipe técnica do CAA-NM.

Plantando sementes e colhendo dignidade

Campo de sementes crioulas
das mulheres do assentamento Tapera

A preocupação em desenvolver uma política institucional de gênero no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA-NM levou, em um primeiro momento, à constituição do Coletivo de Mulheres do CAA. E, a partir de sua mobilização e ampliação, ele passou a ser denominado de Coletivo de Mulheres do Norte de Minas. O grupo vem se articulando com todas as iniciativas de trabalho com mulheres na região, no estado, no Brasil, e com a Marcha Mundial de Mulheres. Mais recentemente, vem participando dos intercâmbios promovidos pelo Projeto Mulheres e Agroecologia, em parceria com ActionAid Brasil.

Com o objetivo de dar visibilidade e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres no campo da agroecologia, o Projeto Mulheres e Agroecologia propôs a realização da sistematização de diversas experiências em curso, realizadas individualmente ou em grupos assessorados por entidades parceiras da ActionAid. O CAA-NM desenvolveu o processo de sistematização com o grupo de mulheres do Assentamento Rural Nossa Senhora das Oliveiras – Projeto de Assentamento Tapera, sobre o trabalho com o campo de sementes crioulas. Essa sistematização buscou dar visibilidade às experiências com agroecologia desenvolvidas pelas mulheres do Assentamento Tapera, trazendo os passos trilhados para a construção do conhecimento agroecológico, da auto-organização do grupo, evidenciando que é na vida cotidiana que essas construções estão se dando. É na prática, na lida diária que os princípios da agroecologia e do feminismo são afirmados, nas práticas de agricultura sustentável, autonomia e empoderamento das mulheres. É a partir do trabalho na roça que as mulheres da Tapera estão construindo novas relações humanas no interior de suas famílias e na comunidade.

Em tempos de industrialização da vida e da agricultura, essas guerreiras agroecológicas defendem, com unhas, dentes, delicadeza e amor, um bem que é da humanidade, que está sendo ameaçado pelas sementes híbridas e, mais recentemente, pelas sementes transgênicas. É pela defesa, resgate e produção das sementes nativas, também conhecidas como “crioulas”, que luta o Grupo de Mulheres do Assentamento Tapera.

Para realização da sistematização, utilizamos um conjunto de instrumentos metodológicos, que são:

Levantamento de informações sobre o município:

O levantamento de dados sobre o município foi feito através de fontes primárias e secundárias. As informações foram compostas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e de outros levantamentos sobre a região.

Levantamento de informações sobre o Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras – Projeto de Assentamento Tapera:

As informações foram retiradas, basicamente, do relatório do Plano de Consolidação do Assentamento (PCA) Tapera¹, realizado nos anos de 2002 e 2003. A metodologia utilizada na construção do plano permitiu uma ampla participação das famílias assentadas e de outros atores sociais, na realização do diagnóstico e sua análise, bem como na construção de propostas para a elaboração dos programas e projetos, com a perspectiva da autossuficiência e sustentabilidade do Assentamento.

Aplicação de Questionário:

Para a coleta de informações, foram aplicados 15 questionários, sendo que as mulheres foram capacitadas para aplicação de questionários entre si.

Entrevistas semiestruturadas:

Algumas participantes do grupo foram entrevistadas, respondendo questões relacionadas, principalmente, ao processo de construção do conhecimento agroecológico e auto-organização das mulheres.

Conhecendo o Grupo de Mulheres do Assentamento Tapera

Passaremos a relatar as informações sistematizadas a partir dos 15 questionários e entrevistas realizadas, envolvendo mulheres da Tapera e da Comunidade de Córrego Verde, vizinha do assentamento. São mulheres fortes, guerreiras, todas

¹ Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - Contrato de Empréstimo N° 1248/0c-BR - Plano de Consolidação do Assentamento - PCA Tapera, Julho/2003.

agricultoras, com as mais diferentes histórias de vida. Algo é comum entre elas: o trabalho na roça e o desejo de melhores condições de vida para suas famílias e toda a comunidade.

Das 15 mulheres, apenas três não têm companheiro; todas têm filhos; a faixa etária do grupo está entre 22 e 62 anos. A maioria das mulheres está na faixa de 31 a 40 anos, um grupo ainda jovem, com muita vontade de crescer e lutar pelo seu reconhecimento e pela valorização do trabalho realizado no campo da agroecologia. A religiosidade é um ponto que também unifica essas mulheres. Todas são católicas, e o grupo de oração, cultos e missas se transformam em espaços de confraternização, encontro e fortalecimento não só da fé, como também da organização das mulheres. Muitas são catequistas, preparam casais para o casamento, padrinhos para o batizado e ainda fazem a formação dos jovens.

Com relação à escolaridade e formação uma característica relevante, à época de realização do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP para o PCA - Tapera, era o baixo nível de escolaridade da população do Assentamento. Da população adulta, 23,6% nunca frequentaram escola e 76,4% cursaram apenas as séries iniciais do ensino fundamental. Mudanças aconteceram nesse sentido, tendo em vista a chegada de projetos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, oferecendo oportunidade de acesso à escola para as pessoas do Assentamento. Também foram identificados 14% de crianças e adolescentes, em idade escolar, ausentes da escola. Hoje, quase a totalidade das crianças está frequentando as salas de aula.

A educação escolar é uma das preocupações mobilizadoras das atenções das famílias assentadas. A escola do assentamento hoje atende do 1º ano até a 8ª série. O diferencial é que a comunidade está em processo de luta pelo reconhecimento da Escola Rural Geraizeira do Assentamento Tapera, com uma proposta curricular e gestão diferenciadas, respeitando a cultura geraizeira.

Vale ressaltar que, apesar do baixo índice de escolaridade, existem ótimos indicadores de capacidade autodidata em um considerável número de assentados, que reproduzem conhecimentos tradicionais, assimilam e disseminam novos conhecimentos, constituindo-se como potenciais gestores e gestoras da implementação de programas e projetos para o desenvolvimento local.

Do grupo de mulheres pesquisado, podemos observar, com relação à escolaridade, que a maioria dessas mulheres não fez nem o ensino fundamental completo. Mas elas estão buscando a educação, a aquisição de outros conhecimentos, seja recomeçando através da EJA, terminando o ensino fundamental ou buscando possibilidades de cursar o ensino superior. Mulheres e jovens estão acessando outras oportunidades de estudo, como os cursos de Pedagogia da Terra e Licenciatura do Campo, oferecidos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Além da educação formal, a quase totalidade das mulheres (99%) participaram ou estão participando de cursos, seminários ou encontros sobre agroecologia, liderança, gênero e outros temas, proporcionados pelo CAA-NM e outros parceiros.

Trabalho, trabalho, trabalho... E renda?

No assentamento, a ocupação da mão-de-obra feminina pode ser observada em três campos: na produção agropecuária, no trabalho doméstico e em atividades sociais. Do grupo de mulheres, com exceção de três que exercem ocupações remuneradas e uma aposentada, as demais retiram da produção agropecuária o seu sustento. E, como elas dizem, fazem de um tudo: “trabalhamos desde o preparo do solo, plantio, limpa, colheita, criação de abelhas, galinha, porco, gado, fazemos de um tudo”.

Os rendimentos do trabalho prestado na lavoura e nas atividades consideradas domésticas compõem a renda familiar, mas não são dimensionados e nem computados.

É preciso que consideremos aqui a questão do trabalho como estrutural na conformação das relações de gênero. Através da análise do trabalho, podemos entender e explicar as bases da lógica de reprodução social capitalista e patriarcal, e encontrarmos elementos estruturantes da exploração e dominação das mulheres.

É a partir desse entendimento que, durante o processo de sistematização, muitas mulheres afirmaram que é preciso tirar o trabalho da mulher da invisibilidade e desvalorização impostas pelo sistema. Porém, o que é perceptível no grupo é que não se discute a questão do trabalho como uma relação de poder entre gêneros, e sim na perspectiva de uma complementaridade entre os sexos – homens e mulheres lutando juntos pelos interesses de todos os membros da família e da comunidade.

Devo esclarecer que não intencionamos aqui aprofundar o debate entre a visão funcionalista, ou seja, dos papéis sociais complementares entre homem e mulher, e a divisão social do trabalho, onde as relações são contraditórias, antagônicas e opressivas, onde impera a exploração, enfim, que são relações de poder. Respeitamos a opinião, autonomia e decisão política das mulheres da Tapera, porém se aponta para a necessidade de aprofundar essa discussão futuramente.

Outro aspecto a ser observado nessa experiência diz respeito à geração de renda e autonomia financeira, e, mais ainda, se as mulheres do grupo têm autonomia para usar essa renda.

A renda familiar vem basicamente da agricultura. Para a maioria das mulheres, a experiência com a produção de sementes crioulas aumentou a renda das famílias,

principalmente com a venda do milho e arroz nas feiras, comércio local e para o Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento - PAA/Conab, a partir da parceria com a Cooperativa Grande Sertão. Atualmente está em fase final a construção de um galpão no assentamento, que será o espaço de comercialização e troca de produtos. A venda de frango, ovos, porcos, farinha, polvilho, amendoim e rapadura também agrega renda familiar.

Das 15 mulheres entrevistadas, quatro não tiveram acesso a crédito. O restante afirma ter feito alguns projetos para produção, viabilizando o crédito.

De todas as mulheres do grupo, apenas uma não participa da venda dos produtos. As outras participam e, às vezes, até bem mais que o marido. Quanto à administração do dinheiro, ela é feita pelo casal, e ele é utilizado principalmente na compra de outros produtos, como sal, macarrão e fósforo, para pagar contas, comprar roupas, calçados, em gastos com a saúde e educação dos filhos. Uma delas disse ainda que o dinheiro também é gasto para comprar batom, esmalte e até uma moto. Outras disseram que quando a produção é boa, e conseguem uma boa venda, depois de suprir todas as necessidades da família o que sobra é investido. É interessante observar que as mulheres do grupo administram todo o dinheiro, ou ficam com parte dele e gastam como desejarem. Vejam que interessantes estes depoimentos:

“[...] a minha parte do dinheiro gasto comprando um tanto de bestage: vasilhinhas pequenas, miniaturas... Eu adoro, faço coleção. Compro chicletes, roupas, calçados.”

(Elisângela Ribeiro de Aquino, “Lô”)

“Hoje tenho autonomia sobre meu trabalho e dinheiro, mas, antes, com meu marido, eu só trabalhava. Hoje eu cuido de mim, de minha casa e de meus filhos. Já tive muitos dos meus direitos negados. Hoje sou autônoma sobre minha vida, administro bem o que ganho.”

(Ivonete)

Pelas entrevistas e depoimentos, a maioria das mulheres do grupo, além de trabalhar na roça, participa da venda dos produtos, da administração e gasto do dinheiro. Não temos condições de afirmar se esta é a realidade de todas as mulheres do assentamento, o que mereceria uma pesquisa com as outras moradoras.

Participação política

Em sua totalidade, as mulheres do grupo têm conquistado espaços tradicionalmente ocupados pelos homens, como cargos de diretoria na Associação do Assentamento, Associação de Agricultores, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, ocupando postos e participando diretamente das decisões. Boa parte participa do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, que vem articulando a luta das mulheres geraizeiras, caatingueiras, quilombolas, indígenas, vazanteiras, trabalhadoras urbanas e rurais do Norte de Minas. Com relação aos partidos políticos, muitas reclamaram que, nas questões político-partidárias, a participação não é satisfatória, pois os partidos não têm aberto muito espaço para as mulheres.

Durante as discussões, elas foram unânimes em afirmar que, para participar desses espaços, são necessárias formação, capacitação e organização das mulheres, para que possam participar efetiva e qualitativamente, e não fazerem somente número ou cumprirem cotas. É importante estarmos atentos à qualidade da participação feminina nesses processos e se estão contribuindo de fato para mudanças significativas nas relações sociais de gênero.

Pesquisadores observam que o processo de redemocratização no Brasil abriu múltiplas possibilidades de participação das mulheres; no entanto, é necessário que se faça o debate em torno da sub-representação feminina no campo político. É preciso ampliar as possibilidades de participação feminina nos processos de tomada de decisão e instâncias de poder, ao mesmo tempo em que se faz necessário compreender os mecanismos de exclusão política das mulheres.

“Muitas vezes ia às reuniões, mas voltava para casa vazia. Hoje melhorou muito o entendimento, aprendi muito, já sei o que vou discutir, a participação é mais qualificada.”

(Jesuilda Celeste de Souza, “Didi”, 42 anos, agricultora, mãe de três filhos)

A experiência do Campo de Sementes Crioulas

Das 15 mulheres entrevistadas, aproximadamente 45% não nasceram no assentamento ou localidades do entorno. Elas vieram para a região por diversos motivos. Algumas vieram para trabalhar nas “firmas de eucalipto”, outras acompanhando o marido ou se casaram com rapazes do assentamento, outras ainda buscando uma vida melhor para a família. Os 55% restantes se compõem de mulheres do próprio assentamento ou da região, que, desde o início, se engajaram na luta pela

conquista da terra, sempre contando com o apoio do STR de Riacho dos Machados, da CPT, da Igreja, através do movimento de Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, e do CAA-NM.

A maioria das mulheres afirmou não ter conhecimento da agroecologia, até se tornarem assentadas e contarem com a assessoria do CAA-NM. Muitas delas participaram de cursos, intercâmbios e começaram a aplicar na roça o que aprenderam com a troca de experiências.

Algumas afirmaram ainda que usavam venenos para conservar as sementes e queimavam antes de fazer a roça, o que enfraquecia a terra, que já era pouca para plantio, sendo a produção muito baixa.

As dificuldades foram muitas, vejam os depoimentos a seguir:

“No início da luta tudo era muito difícil, pois não tinha água, nem luz. Através da união e da associação, do apoio dos companheiros, do STR, Igreja Católica, CAA, Pastoral da Terra e INCRA e outros, as coisas vão melhorando. Hoje temos água de qualidade, luz elétrica, casas para morar e terra para tirar os nossos sustento. Temos uma escola que funciona de 1º a 8º série e uma sala de alfabetização que atende os adultos.

Quando foi para fazer os projetos, foi muito difícil, pois o banco não queria aceitar a proposta dos assentados, que era do plantio consorciado. Com ajuda dos técnicos do CAA, eles aceitaram a proposta. Hoje o banco tem uma admiração pela forma do plantio das lavouras do assentamento e acredita na proposta do plantio consorciado.”
(Ana da Conceição dos Santos, 62 anos, mãe de 11 filhos)

“Antes não tinha água encanada ou de poço, pegava água de barragem, em carro de boi, tambores. Não tinha moradia digna, morávamos em barracos de lona e palha. Com os primeiros créditos, conseguimos construir nossas casas e fez abertura de poço artesianos para encanação de água nas casas. Tudo foi muito difícil. Recebemos também o primeiro crédito, que foi o PROCERA, para o início dos trabalhos na agricultura, como: implantação de pomares, roças, mangas de curral, capineiras e outros. Nesse período foi muito difícil, pois estávamos iniciando, ainda sem muita experiência, e tudo era novo. Hoje nos sentimos melhor devido o apoio do CAA, com cursos e capacitação. Foram nos ajudando e, com os créditos do governo, melhorou muito as nossas condições de vida e a escola para nossos filhos, isso graças à força de luta

deste povo, que foi muito persistente.”

(Maria Senhora dos Santos, “Senhorinha”, 35 anos, agricultora, mãe de dois filhos)

Em meio a tantas dificuldades, ainda tinham uma riqueza que precisava ser recuperada: as sementes crioulas. Foi essa riqueza e o trabalho com a agroecologia que impulsionaram a organização do Grupo de Mulheres.

Contam essas mulheres que a chegada do CAA-NM e sua prática agroecológica, o que se deu aproximadamente em 1984, marca o início de profundas mudanças na relação com a terra e a natureza, no jeito de plantar e cuidar da terra. Cuidando bem da terra, aprenderam a cuidar melhor das pessoas. É na prática, na lida diária que os princípios da agroecologia e do feminismo são afirmados – práticas de agricultura sustentável, autonomia e empoderamento das mulheres. É a partir do trabalho na roça que as mulheres da Tapera estão construindo novas relações humanas no interior de suas famílias e na comunidade.

Conseguir traduzir toda a riqueza representada por essa experiência é um desafio muito difícil, mas os vários depoimentos a seguir expressam a importância da agroecologia e do Campo de Sementes Crioulas para todos e todas do Assentamento Tapera e comunidades vizinhas. Além do resgate e produção das sementes crioulas, estão plantando e colhendo dignidade, organização e qualidade de vida.

“Aprendemos a ser mulher, a participar da coletividade, a plantar fazendo a coisa certa. Antes não tinha conhecimento do que não era certo. Hoje fazemos o que aprendemos, lutar no dia-a-dia, trabalhar com as pessoas, grupos organizados...”
(Didi)

“Esta experiência é importante, porque nos ajudou a descobrir a nós mesmas. Um dos maiores ensinamentos é a preservação da natureza. Além de tudo a experiência deu oportunidade de inserção do homem e da mulher no meio social, e descobrimos o valor do ser humano.”
(Senhorinha)

“Aprendi com essa experiência que a terra precisa ser bem cuidada, pois é dela que tiramos todo o nosso sustento.”
(Maria Aparecida Reis Carvalho)

“Iniciei meu trabalho com agroecologia, tem 15 anos, por neces-

sidade de melhoramento do solo, de melhoria da produção e na qualidade de vida. A gente não tinha terra para plantar, não usava tecnologia, o trabalho era mais pesado, a produção era menor. Mas trocando experiência, participando dos cursos, aprendi a não usar veneno, o que preserva a saúde, a preservar o meio ambiente, o que é garantia de sustentabilidade e equilíbrio do ambiente. Os maiores ensinamentos foram o não uso dos agrotóxicos, cultivo e preparo adequado, evitar erosão, fazer curva de nível, proteção do solo, aproveitamento dos frutos e potenciais locais.”
(Dona Joaninha)

“Iniciei minha participação há aproximadamente seis anos. Moro na comunidade vizinha, Córrego Verde. Antes usava-se veneno para conservar sementes, não se conhecia agroecologia, apenas as sementes eram crioulas. Tomamos contato com a experiência agroecológica junto ao CAA e Assentamento Tapera, participando das organizações do assentamento, dos cursos, repassando o que aprendi. Contribuí repassando essas experiências aos agricultores, como cultivo do solo, não uso de veneno, aproveitamento dos frutos nativos, sistemas agroflorestais, criação de abelhas. A experiência foi iniciada pela necessidade de melhor aproveitamento dos pequenos espaços de produção. As dificuldades eram muitas, água somente do riacho que não corria sempre, em caximbas com água de péssima qualidade e pequenas quantidades. Acesso a crédito não havia. Hoje temos cisternas de captação de água de chuva, financiamento do Pronaf. Mas a terra, a quantidade é cada vez mais limitada, pelo crescimento das famílias. Da minha comunidade estão envolvidas 19 famílias. O envolvimento é bastante expressivo, há uma participação em cursos, reuniões e principalmente na prática nas propriedades. Essa experiência é muito importante, pois garante melhoria na qualidade de vida, sustentabilidade, garantia de produção sustentável, melhoria na organização social da comunidade. Depois dessa experiência, aprendi muito, me senti mais preparada para informar minha comunidade, ser mais autônoma. Na comunidade, melhorou muito o nível de organização, o grupo se uniu mais, as mulheres e jovens passaram a ver seu valor como participantes no grupo.”
(Ivonete)

“Eu aprendi que a terra é como nós, que precisa ser valorizada e bem cuidada, para melhor desempenhar o seu papel, que é produzir e dar bons frutos.”
(Edilene de Fátima)

“Essa experiência melhora nossa qualidade de vida, o maior ensinamento é produzir sem agredir o meio ambiente.”
(Vera Rita)

Plantando e transformando

A experiência com o Campo de Sementes Crioulas não trouxe transformações somente no que se refere à produção, como afirma Didi, uma das componentes do grupo:

“Além do resgate das sementes crioulas, que livra de comprar e livra também das doenças das sementes imunizadas, outro motivo é o valor da feira, que diminuiu muito. A feira que era, por exemplo, de R\$ 300,00, hoje baixou para no máximo R\$ 80,00. E olha que tem famílias aqui no assentamento que compram somente o sal e o fósforo!”

Didi afirma ainda que as transformações são maiores quando se observa o aumento da autoestima das mulheres, a divisão das tarefas domésticas, de criação dos filhos. Ela diz o seguinte:

“[...] hoje me sinto mais valorizada. Não tive muita dificuldade, mas mudou muito na divisão das tarefas de casa, na criação dos filhos, foi uma mudança e aprendizado muito grande. Antes, com meu pai, só a mulher ia para a cozinha. Com meu marido e filhos isso já mudou muito, todos ajudam. Considero que hoje sou mais respeitada, como também aprendi a respeitar. A comunidade cresceu mais, somos mais informados, conhecemos mais dos nossos direitos e cobramos esses direitos. Com a nossa participação na experiência, muitas mulheres entraram para a luta e muitas famílias do assentamento querem aprender mais sobre o plantio, conservação do solo e colheita.”

Outros depoimentos:

“Antes a gente não tinha muita voz ativa, até porque às vezes a gente recuava. Hoje, depois de ler, participar, eu me sinto mais valorizada. Às vezes a própria mulher se desvaloriza, recuando e sem querer participar. Antigamente eu era muito tímida, me

sentia como um objeto sem valor. A partir da participação, senti que era uma pessoa capaz, passei a me valorizar mais. Através do diálogo, e mesmo da convivência, da mudança de vida que muitas pessoas tiveram com essa experiência, muitos outros tomam como exemplo. Hoje tenho mais diálogo, participo mais de minha comunidade, acabei com minha timidez. Tem muita gente que não participa por vergonha, ou achar que não é importante. O diálogo e a troca de experiências faz com que as pessoas aprendam.”

(Elisângela Ribeiro de Aquino, “Lô”, 37 anos, agricultora, três filhos)

“Antes a mulher não tinha direitos de participação. Hoje a mulher tem mais conhecimento sobre seus direitos. Antes a gente não tinha nem coragem de falar nas reuniões. Hoje melhorou muito, através do diálogo, da união. Na relação com a família e na comunidade tem mais conhecimento para passar para os filhos e amigos, na comunidade melhorou muito o trabalho comunitário. É muito importante passar as experiências para outras pessoas. As pessoas acreditam no nosso trabalho e também que a união faz a força.”

(Ana da Conceição)

“Essa experiência trouxe mudanças, mudou meu jeito de pensar e agir, porque pude me conscientizar mais. Fez também com que as mulheres se autovalorizem e fiquem sabendo dos seus direitos. Em minha família e na comunidade, hoje tenho direito de falar o que penso. Quase todas as mulheres já sabem do seu espaço. Hoje quase todos querem experimentar, conhecer nossa experiência.”

(Edilene de Fátima)

“[...] melhorou o convívio na família e trouxe o diálogo e respeito, além de ajudar na conquista de direitos das mulheres, de melhorar o convívio nas comunidades. Juntos podemos construir dias melhores.”

(Vera Rita)

“Com essa experiência, tenho mais autonomia, mais conhecimento e voz nos espaços, procuro dar exemplos para as outras pessoas, converso, valorizo também o trabalho dos outros. Nossa experiência tem servido de estímulo para comunidades vizinhas.”

(Dona Joaninha)

E as tarefas do dia-a-dia, como são planejadas?

Não é leve a jornada diária dessas mulheres. Ao contrário, existe uma sobrecarga. O trabalho não remunerado realizado no espaço da casa e do quintal inclui muitos afazeres cansativos, repetitivos, visíveis e invisíveis. As agricultoras do grupo dividem a maior parte de seu tempo entre o trabalho da casa e da roça, restando pouco tempo para o lazer, que se resume em participar do culto, rezar o terço, assistir televisão, brincar com os filhos, fazer artesanato (que também é trabalho). Vejam só: estudo e reuniões também são considerados lazer por algumas. Poucas têm oportunidade de passear com a família.

A maioria das mulheres afirmou que existe uma divisão de tarefas na família, mas o que observamos é que permanece a clássica divisão sexual do trabalho.

O trabalho doméstico permanece como responsabilidade tipicamente feminina, sobrecarregando as mães e filhas, como uma herança patriarcal.

Das 15 mulheres entrevistadas, dez responderam que o desenvolvimento da experiência aumentou o tempo de trabalho e diminuiu o tempo livre; duas não responderam; e três disseram que a experiência com agroecologia não foi considerada uma sobrecarga. Ao contrário, essas mulheres disseram que conseguem produzir mais, na mesma quantidade de terra, gastando menos tempo e trabalho. O que sobrecarrega, às vezes, é quando têm que sair para participar de cursos, encontros, reuniões. Apesar do esforço de alguns maridos e filhos, às vezes todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço da casa e do quintal ficam por fazer.

O que se observa é que a obrigação com o trabalho doméstico, apesar de muitas o considerarem “naturalmente” responsabilidade das mulheres, continua sendo uma limitação e um entrave para se alcançar relações mais igualitárias de gênero. Precisamos nos esforçar para romper com a dicotomia entre “produção/espaço público” e “reprodução/espaço privado”. Afinal, as mulheres estão presentes em ambos os espaços.

As transformações nas relações de gênero são graduais, progressivas, implicam em mudanças de concepção e visão de mundo, de comportamentos, de valores muitas vezes considerados imutáveis. Por exemplo: poucas mulheres do grupo reconhecem na família os conflitos e disputas de poder existentes; e a maioria opta pela complementaridade entre homem e mulher.

Onde se esconde a violência contra a mulher?

Um olho roxo, uma boca inchada, braço quebrado, óculos escuros... Dizem que foi uma queda – é essa a postura de muitas mulheres que sofrem com a violência doméstica. Escondem o problema, como tentam esconder as manchas do corpo e da alma, a dor, o sofrimento. Falta coragem para denunciar, falta apoio, falta a quem denunciar. Longe, muito longe, nos rincões rurais, nunca nem ouviram falar em Maria da Penha – Quem é essa? A informação não chega, o apoio não aparece, e o medo e o silêncio permanecem.

Minha filha, ruim com ele pior sem ele. Frase clássica, repetida várias vezes, por várias mulheres, compartilhando da mesma dor e sofrimento.

Assunto considerado tabu, delicado de se tratar, afinal “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Às vezes a violência parte também dos pais, irmãos ou agregados. Enquanto isso, são muitas as mulheres violentadas, assassinadas, mutiladas no corpo e na alma. É violência também a violação dos direitos da mulher, a pressão psicológica.

Meu marido jogou veneno na minha roça agroecológica. Isso também é violência, é privar a mulher do exercício das práticas e inviabilizar seus cultivos agroecológicos. É preciso ampliar o conceito de violência e suas diversas manifestações².

A visão das mulheres do Assentamento Tapera sobre a violência

[...] a própria desvalorização do trabalho da mulher é uma violência. Maridos que impedem a mulher de adquirir conhecimento, de se cuidar, cuidar do próprio corpo é violência.

[...] às vezes as palavras são uma forma de violência.

[...] a falta de valorização nos trabalhos da casa é uma forma de violência.

[...] a violência psicológica.

[...] é quando as mulheres são agredidas, espancadas etc.

Tudo que for agressão que seja física ou psicológica é violência. São agressões verbal, psicológica e emocional. Não respeitar o direito da mulher.

Violência é tudo que desrespeita a mulher, que seja psicológica, sentimental ou sexualmente [...].

Impedir a mulher de sair e participar das organizações, impedir a mulher de ocupar outros espaços.

[...] abuso sexual, espancamento, humilhação por racismo [...].

As mulheres têm a compreensão das diversas facetas assumidas pela violência contra a mulher, mas foram unânimes em dizer que faltam instituições de proteção à mulher, o que de certa forma incentiva a violência e reforça a impunidade. Algumas sequer assumiram que existem casos de violência na comunidade, mas quando esses casos aparecem, vejam o que acontece:

Muitas mulheres, em caso de violência, se calam, protegem seus maridos, e muitas vezes nem assumem como agressão.

Aqui na comunidade, quando acontece e a mulher tem coragem, ela procura o pessoal da associação para conversar. Ou então fica calada.

[...] aqui, não existe esse tipo de coisa.

Na maioria das vezes elas se calam, mas já aconteceu casos de separação.

Quando a mulher tem coragem, ela chama a polícia e denuncia, mas é muito difícil.

Geralmente se calam e sofrem sozinhas.

É realmente um assunto que demanda a construção de estratégias para ser abordado e discutido, porém não pode ficar sem tratamento. A violência doméstica e sexual, no campo e na cidade, é fato, e ganha gradativamente importância na agenda política da sociedade civil. Faz-se necessário buscar estratégias de enfrentamento.

² Ver Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. 2006.

A reflexão sobre a sistematização da experiência do Grupo de Mulheres do Assentamento Tapera deixou alguns indicativos. Um deles, o de que é necessário ainda pautar a questão das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, não só nas comunidades, mas no interior das próprias organizações agroecológicas que trabalham, assessoram tais comunidades. E ainda, no caso específico do CAA-NM, permanece o desafio de entender as relações de gênero construídas entre as comunidades tradicionais com as quais trabalha, entendendo-se que essas relações variam de cultura para cultura. Necessária se faz também a construção de estratégias de abordagem do tema da violência contra as mulheres. É preciso, igualmente, que o movimento agroecológico dê conta de refletir sobre a relação que se estabelece entre as esferas reprodutivas e produtivas, e de problematizar o caráter de naturalidade da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

Entrevista com Didi, umas das coordenadoras do Grupo de Mulheres do Assentamento Tapera, que desenvolve a experiência agroecológica do Campo de Sementes Crioulas

Sandra – Didi, por favor, fala um pouco de como você iniciou o trabalho com agroecologia e da sua experiência com o campo de sementes.

Didi - Meu nome é Jesuilda Celeste Souza do Carmo, mas todo mundo me conhece por Didi, e a experiência que venho tendo com agroecologia foi a partir do trabalho com o CAA. Há 12 anos que eu vim para o assentamento, e eu sempre costumo dizer que quando eu morava com meu pai, a gente plantava as mesmas sementes que planta hoje, só que num espaço muito maior que a gente planta hoje, só que colhia menos do que a gente colhe hoje. Hoje, com a experiência que a gente vem tendo com o preparo do solo, como permanecer o solo fértil, a gente não precisa tá mudando todo ano de lugar para poder plantar o milho, o feijão e arroz. A gente planta num espaço menor e colhe mais, com essa experiência do tratamento da terra, porque antes preparava o solo de uma maneira bem diferente. Queimava toda a matéria orgânica, que era aquelas sobra das canela de milho, a palha de feijão, a sobra da roça de mandioca, da roça de cana, ia tudo para o fogo, rastava mesmo de rastelo pra gente poder queimar. E, a partir do momento que eu fui assentada e da experiência que a gente teve com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, a experiência é muito maior. A gente conseguiu uma experiência muito rica, muito grande mesmo. Essas coisas que a gente queimava, levava pro fogo, hoje é esparramada pela terra, aonde dá aquele alimento produtivo para a terra, pra ela gerar mais grãos.

A gente ainda estava fazendo uma experiência numa reunião da associação, com o grupo de jovens. A gente alertando os jovens para dar continuidade em ao nosso trabalho. Um dia que o sol tava bem quente, eu pedi para eles vir pra cá pro sol e tirar o boné e o chapéu da cabeça, e vir para o sol, onde a gente não resistiu. É a mesma coisa que a gente fazia com a terra: tirava toda a cobertura da terra e queimava. Assim também é a mesma coisa de nós, quando vamos sair para o sol a gente veste uma camisa de manga longa, coloca um chapéu na cabeça. Às vezes abre até um guarda-chuva, pra gente resistir. Então, assim também é a terra, aonde a gente dá esse alimento para ela, para ela mais produzir pra nós, devolver pra nós mesmos.

Sandra – E com relação à valorização das mulheres e esse trabalho com agroecologia, você sentiu que houve diferença?

Didi – Senti, Sandra, senti que houve uma diferença muito grande. É, ainda falta, né, a gente completar, porque a gente às vezes não sabe valorizar o nosso trabalho e nem bem o que a gente tem. A gente acha que a mulher lá, assim, não colocando a vida... Isso não é em geral, mas às vezes a gente fica medindo nossa situação aqui na roça com a situação da mulher urbana. Às vezes acha que ela tá lá com a pele mais confortada, mais bonitinha, lá na cidade, com o cabelo mais bonito... Acha que aqui somos desvalorizadas, e aonde que se a gente for fazer essas medidas aí, que a gente também tem que valorizar o próprio trabalho da gente. Às vezes, a gente tem nossa pele mais negra, mas também nós temos como ficar aí até 30 dias sem trabalhar, que nós temos da onde que nós tira, pra poder se alimentar e sobreviver. Eu ainda falo com minhas amigas que nós sai aí para as reuniões, dois, três, dias, quatro dias, uma semana, sem remuneração. E que muitas pessoas da cidade não têm como fazer isso, vim pra cá pra roça pra uma discussão com nós, pra poder ficar aqui três, quatro dias sem remuneração. Porque, senão, volta pra elas em casa e vai ficar vazio lá. E pra nós não, nós volta, assim... É claro que se a gente tivesse um jeito financeiro pra poder tá cobrindo esses espaços da gente, era bom, mas a gente aguenta, a gente ainda aguenta. Enquanto outras não aguentam, né? Então, pra mim foi uma valorização muito mesmo, assim, que eu tenho passado para outras amigas a forma de nós plantar, a forma de nós colher, a forma de nós comercializar também. Nós temos crescido muito, e também até o uso também do dinheiro.

Sandra – E com relação à organização das mulheres, você acha que essa experiência com agroecologia, do campo de sementes crioulas, fortaleceu também a organização das mulheres?

Didi – Fortaleceu sim, porque através do campo de sementes, é, Sandra, nós con-

segue ter um valor mais alto na nossa semente, né. Porque antes que nós plantava, aí, como se diz – aberto, nós vendia aí uma saca de milho igual agora, né, é R\$ 20,00. E, quando esse ano a gente ainda não terminou de fechar o projeto através da Cooperativa Grande Sertão, ainda não fechou o projeto com a Conab, mas nós já vendemos saca de milho aqui, quando ele tava de R\$ 20,00, quem planta o campo de sementes conseguiu vender de R\$ 80,00 o saco.

Sandra – Tem mais alguma coisa, Didi, que você queira falar com relação a essa experiência e sua vivência com esse trabalho?

Didi – Uma outra experiência muito grande, Sandra, que a gente tem vivido, é esse resgate mesmo dessa semente, e da gente não precisar ficar comprando semente todo ano, né. E essas pessoas que planta essa semente híbrida todo ano, ela depende de ficar comprando, e nós não. Nós já temos nossa semente armazenada, que nós vem plantando e melhorando. Todo ano nós separa os grãos, as espigas que deu mais fértil, pra nosso próximo plantio. Aonde não acontece isso com os outros agricultor. Inclusive a gente queria que isso chegasse na cabeça de cada uma pessoa que planta.

Sandra – Tem alguma mensagem que você queira passar para outras companheiras?

Didi – É largar a mensagem de que outras companheiras que ainda não participa, que participa mesmo, pra poder também aprender. E que essa aprendizagem que nós aprendemos, nós não fica só pra nós. E que nós, com a nossa simplicidade, a gente tenta devolver pras outras amigas, pra poder fazer esse equilíbrio na nossa comunidade e no nosso município.

Avaliação do processo de sistematização

“Eu achei muito importante porque, além de conhecer também nossa experiências do passado, coisas que a gente até esqueceu e que você volta a lembrar nesse momento, mas também conhecer as histórias das outras companheiras, as dificuldades que às vezes alguém passou e que eu estou aqui e nem sei. Então, esse momento foi uma experiência muito boa, momento muito gostoso. Que ele possa acontecer outras vezes, melhor ainda, pra gente tá conhecendo também nossos direitos e me-

lhorar a nossa participação.”
(Senhorinha)

“Foi muito positivo, né, é o segundo encontro de mulheres que eu participo. No primeiro deles, eu estava presente e eu acho que, quando esta discussão vem vindo mais pra dentro, mais pra próximo das comunidades, e que você pode ter o acesso de mais pessoas, isso é muito bom. Foi um apelo que eu fiz no primeiro encontro, da necessidade da gente tá trazendo mais pessoas, mais lideranças. Inclusive Didi me convidou para eu tá aqui, e eu fiz um esforço para que Enivalda e Edilene estivessem aqui. Porque são pessoas, companheiras que estão à frente da comunidade junto com a gente, aí na diretoria da associação, e que precisam de estar participando desses espaços, estar mais presentes nessas discussões. Eu acho que o dia de hoje foi muito produtivo. São grandes experiências que a gente vai somando, que vão trazer muitos resultados pra gente.”
(Ivonete – Córrego Verde)

“Eu achei muito bom a reunião, nós tá junto, mulher com mulher. E agradeço vocês também pela boa vontade que vocês teve de reunir com nós, e a paciência que vocês teve de nos ensinar. E aí é vivendo e aprendendo, e aprendendo e vivendo. Foi muito bom, muito obrigada.”
(Dona Joaninha)

“Não dá pro você participar de um encontro desses, como eu falei no início, sempre rola a emoção na hora que a gente faz esse trabalho no encontro das mulheres. [Se emociona e chora]. E assim, apesar das dificuldades que a gente tem, igual ela falou ali, que apesar de não ter sido convidada ela veio, quer dizer a grandeza que é a gente tá sempre se encontrando, os relatos das vidas nossa, das nossas história. E assim, aí eu sinto que apesar da gente, de tá fazendo parte da comissão animadora, eu acho que essa discussão que vocês fazem, essa avaliação que vocês fazem é o gás pra gente. Pra gente saber que tá no caminho certo, pra gente puxar essas outras discussão. Segunda-feira nós vamos estar no sindicato de Porteirinha, tentando conversar com os sindicatos, trazer outros sindicatos para essa discussão, a conversa nossa. Nós estamos falando de igualdade, de direitos das mulheres, mas não é pra a gente ocupar os espaços dos homens. É pra gente poder ter conhecimento dos nossos direitos aprender a nos valorizar. Porque às vezes, a

gente tem um potencial, tem nossos valores, mas a gente não valoriza isso. A gente acha que o nosso serviços de casa, ser dona de casa é humilhante, a gente só sabe fazer aquilo, né. E a gente não valoriza que isso é um trabalho, e que é uma coisa que ficou pra gente fazer. E que, além do nosso trabalho, a gente tem muitos outros que a gente faz e nem percebe. A gente é dona de casa, a gente é agricultora, a gente é mãe, a gente é esposa, e você tem que ter tempo pra tudo isso. E, muitas vezes, assim, os sentimentos que a gente tem fica guardado. A gente não tem com quem dividir. Muitas das vezes a gente tem... eu falo que por eu ser migrante, ser da Bahia, e estar em Minas Gerais hoje, às vezes tem alguns momentos que estou cercada de gente, mas eu tô sozinha. Na hora que cê vai dividir emoção, sentimentos, né, acontecimentos da vida da gente, tem hora que cê tá sozinha. E quando a gente tá num espaço desses, a gente fala besteira, a gente conta piada, você se sente em casa, se sente família. Então eu acho que foi uma das coisas que eu demorei começar, mas eu tô com muito gás pra puxar ela, e discutir, e apoiar e receber o apoio das pessoas, e apoiar onde estiver no meu alcance, de agricultora para agricultora. Mas eu acho que tem outros espaços que às vezes eu tô participando, mas que as outras companheiras não estão participando. Que eu me sinto na obrigação, e aí eu me sinto fortalecida para ir para esses outros espaços e puxar a discussão do que realmente interessa pra gente. Não sei até onde a gente vai, nem o que a gente vai conseguir. Mas vocês podem ter certeza que, no depender de mim, e que o gás que tiver que dar, eu vou dar, pra gente conseguir desempenhar, melhorar nossos conhecimentos, melhorar nosso desempenho, nossa renda. No que for preciso, o que tiver ao meu alcance eu vou fazer, é isso.”

(Lourdes – Diretora do CAA, animadora do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas)

“Bom, na verdade acho que esse momento de avaliação é importante pra gente sentir, é o nosso termômetro. Pra saber se o caminho que a a gente tá trilhando é esse o caminho mesmo, se é o caminho certo. É a resposta que vocês dão pra gente do nosso trabalho, daquilo que a gente se propõe a fazer para fortalecer a organização das mulheres nas comunidades, pra gente tá levando discussões que são às vezes difíceis demais de vocês travarem nas comunidades. Hoje a gente discutiu temas e apareceu nos questionários, também, o tema da violência contra as mulheres. O que acontece? Sempre elas se calam. Então vai apontando pra

gente que a gente precisa tá trazendo mais essas discussões e construindo juntas as estratégias, para que esse assunto venha à tona. E assim o objetivo, que era a gente tá fortalecendo a participação das mulheres, valorizando, dando visibilidade à participação, ao trabalho das mulheres na comunidade, principalmente com agroecologia. Quando a gente vê a experiência da Tapera que está dando certo, deu certo, e, se Deus quiser, vai continuar dando certo, a gente se sente ainda mais fortalecido. Porque é uma história que o CAA tem de muito tempo e trabalho aqui, e que a gente vê que tem dado frutos, e frutos muito bons. E que fortalece de certa forma a gente, de tá uma viagem atrás da outra, sempre indo e vindo, mas presente nas comunidades. E saber que esse é o caminho que a gente tem que seguir mesmo, que é estar nas bases, que estar junto com vocês na luta. E é esta a resposta que a gente quer. Que seja ela positiva ou seja negativa, é a avaliação de vocês que a gente quer. E agradecer muito a participação de vocês neste dia, que foi muito, muito bom.”

(Sandra Maria da Silva – Técnica do CAA-NM)

Gostaríamos de fazer um agradecimento muito especial às guerreiras agroecológicas do Assentamento Tapera que, com sua simplicidade, delicadeza e força, contribuíram imensamente para esta sistematização e para a defesa das sementes crioulas.

Participam do Grupo de Mulheres do Assentamento Tapera:

Jesuílda Celeste Souza do Carmo – Didi

Ana da Conceição dos Santos – Dona Ana

Joana da Conceição dos Santos – Joaquina

Elisângela Ribeiro de Aquino – Lô

Maria Senhora dos Santos – Senhorinha

Ivonete Aparecida Santos Nunes

Maria de Fátima Ruas Silva

Maria Aparecida Reis Carvalho

Edilene de Fátima Mineiro Santos

Enivalda Maria dos Santos Silva

Eva Aparecida Souza Santos

Vera Rita Silva Pereira

Maria Aparecida Silva Santos

Maria Aparecida da Silva Carmo

Maria de Lourdes de Souza Nascimento (Foi entrevistada por ser agricultora, mas não faz parte do Grupo de Mulheres da Tapera; atualmente é Diretora do CAA e animadora do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas).

O trabalho de sistematização foi realizado por Sandra Maria da Silva, socióloga, técnica do CAA-NM, que atualmente coordena o Projeto Enlaçando Experiências, em parceira com a ActionAid, com apoio de Maria de Lourdes de Souza Nascimento, agricultora, diretora do CAA-NM, sindicalista e animadora do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, e com todo o empenho, esforço e carinho das mulheres da Tapera.



▲ Grupo de mulheres de Tapera



ASPTA - Assessoria e Serviços a
Projetos em Agricultura Alternativa

As portas de muitas vidas

Adriana Galvão Freire

Há muitos anos assume-se que a abordagem metodológica de caráter participativo e o enfoque agroecológico de gestão de recursos produtivos se conjugam positivamente, de forma a favorecer a emergência de processos de transformação e emancipação das mulheres, seja no âmbito dos núcleos familiares ou nos espaços de participação comunitária. E, de fato, ao analisar a trajetória do Programa de Formação em Agroecologia do Polo da Borborema, é possível verificar um crescente avanço no envolvimento e na participação das mulheres. Elas se destacam como agentes protagonistas na condução de experiências técnicas inovadoras, na construção e disseminação de novos conhecimentos, na gestão econômica de suas propriedades e na atuação política, contribuindo para a afirmação da identidade de agricultora-experimentadora. Para compreender melhor como essas mudanças se concretizaram na prática e aprimorar sua estratégia voltada à promoção do empoderamento das mulheres agricultoras, ao final de 2007 o Polo passou a olhar para o tema de forma mais sistemática.

Esse trabalho foi inaugurado com uma oficina sobre as relações sociais de gênero na agricultura familiar. A hipótese que orientou os estudos foi a da existência de uma correlação positiva entre as dinâmicas de inovação agroecológica – fundamentalmente vinculadas a processos de aquisição, experimentação e transmissão de conhecimentos – e a trajetória de empoderamento das mulheres. Tomando como foco a sustentabilidade dos sistemas em processo de transição agroecológica, a oficina se baseou na sistematização de três casos familiares significativos, nos quais as mulheres agricultoras assumiam papéis de destaque na promoção da Agroecologia. Os processos de emancipação das mulheres foram analisados de forma integrada às trajetórias de transição agroecológica verificadas no âmbito dos sistemas produtivos. Finalmente, a análise coletiva desses casos permitiu uma reflexão sobre os mecanismos responsáveis pela paulatina superação das desigualdades nas relações sociais.

As principais lições que pudemos tirar desses esforços coletivos de sistematização foram:

- As práticas tradicionais das mulheres, tais como a gestão do arredor de casa, passaram a ser mais valorizadas como fruto de uma nova percepção sobre a importância desse trabalho para o bem-estar e a economia das famílias.
- As dinâmicas de inovação em redes sociotécnicas locais favoreceram a criação de espaços de interação social essenciais para construção e a partilha de saberes, bem como para a emergência de novas identidades em torno a um projeto orientado pelos princípios da Agroecologia.
- A importância da criação de novos canais de acesso aos mercados e de geração de renda para as mulheres.
- A participação das mulheres em espaços coletivos (Catequese Familiar, MST, Comissão de Saúde e Alimentação etc.) tem sido fundamental para a promoção de sua autoestima e empoderamento, bem como para a mudança das relações em família.

Foi nesse contexto que, em março de 2008, a AS-PTA e o Polo da Borborema sentiram-se motivados a participar do processo de sistematização promovido pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, em parceria com a ActionAid.

Para que a sistematização fizesse parte desse processo, foi elaborada a seguinte programação:

- Reunião da coordenação ampliada do Polo da Borborema, para o debate sobre o objeto de análise das sistematizações.
- Mutirão para a realização das sistematizações, com foco na análise do desempenho econômico de sistemas em transição agroecológica. Uma atenção especial foi dada, nessa oportunidade, às relações sociais de gênero no âmbito das famílias.

Entretanto, se as iniciativas do Polo da Borborema coincidiam com a proposta, não coincidiam com o cronograma da Oficina de Sistematização da ActionAid/GT Mulheres da ANA. Diante disso, e após uma discussão com o grupo que estava coordenando o trabalho e a equipe técnica da AS-PTA, optou-se pela sistematização da experiência de Vanda, uma agricultora de Remígio, que viria subsidiar a construção metodológica do processo em curso na região. Para tanto, foram conduzidas as seguintes atividades:

- Realização de uma discussão entre a equipe da AS-PTA e lideranças do

Polo que acompanham o processo sobre a temática;

- Realização de uma primeira entrevista com a agricultora;
- Leitura do caso e continuidade da visita exploratória;
- Reunião para sistematização das informações;
- Elaboração do texto;
- Antes do encontro realizado em dezembro de 2008 (Suape-PE), foi feita ainda uma reunião com a coordenação ampliada do Polo da Borborema e os técnicos da AS-PTA, para socialização e aprofundamento dos conteúdos.

A discussão e o aprofundamento do caso tiveram continuidade no ano seguinte. Os elementos de análise construídos durante o processo de sistematização foram fundamentais para a condução do trabalho na região. Sete sindicatos do polo se organizaram para elaborar uma programação comum para o Dia Internacional da Mulher, buscando dar visibilidade ao papel da mulher na agricultura familiar, em seus municípios. Como regra geral, os eventos foram preparados a partir das experiências sistematizadas. Como os municípios realizaram atividades comemorativas em dias diferentes, as agricultoras e as lideranças tiveram a oportunidade de participar de eventos em mais de um município. As lideranças do sindicato de Remígio, por exemplo, apresentaram uma palestra sobre violência contra mulher no encontro de Lagoa Seca; já as lideranças de Massaranduba se fizeram presentes no evento de Remígio, e assim por diante. Nesses encontros, estiveram presentes aproximadamente 600 agricultoras e agricultores.

Para subsidiar esses momentos de formação, foi produzido um material audiovisual sobre o caso sistematizado, a vida de Vanda. Esse instrumento foi apresentado durante uma visita de intercâmbio à própria Vanda, no evento do município de Remígio. Nesse momento, as 40 mulheres participantes se identificaram com as portas da vida de Vanda e, após um misto de comoção e alegria, sentiram-se motivadas a conhecer, a visitar, a experimentar.

O vídeo sobre a vida de Vanda também foi apresentado numa discussão da coordenação ampliada do Polo da Borborema, com a participação de 30 lideranças. Como encaminhamento, ficou decidido que seria feita uma visita regional à propriedade de Vanda, com a participação das lideranças do polo e a reprodução e distribuição desse material audiovisual para realização de discussões municipais. E já está agendada uma data para que o vídeo seja apresentado e discutido dentro da Comissão Ampliada de Saúde e Alimentação do Polo da Borborema. Na região, Vanda abriu portas para muitas vidas.

As muitas portas da vida de Vanda

Adriana Galvão Freire
Maria Leonia Soares da Silva
Roselita Vitor
Gizelda Bezerra Lopes

Vanderli Florentino da Cruz, ou simplesmente Vanda, como é mais conhecida, é uma mulher caririzeira valente. Sua vida é marcada por grandes dificuldades, mas também por muitas, muitas superações. Sua trajetória e o despontar como liderança no município de Remígio, na Paraíba, fizeram com que fosse lembrada pela Comissão de Saúde e Alimentação do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema¹ como uma mulher cuja vida deve ser observada e contada. Vanda ensina que, além das dificuldades, a vida nos oferece portas que se abrem e revelam as oportunidades para uma vida nova, um mundo novo.

A pequena Vanda

Vanda nasceu em 1973, em Serra Branca, no Cariri paraibano². Ela, seus pais e seus cinco irmãos viveram nas terras de um fazendeiro, no sítio Serrotão, até Vanda completar sete anos de idade. Depois a família mudou-se para uma casa com um pequeno roçado, no sítio Pau Ferro, também em Serra Branca, onde sua mãe vive até os dias de hoje. Porém, as terras novas ainda eram insuficientes para garantir o sustento da família.

¹ O Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, ou Polo da Borborema, é um fórum que reúne sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações de agricultores e agricultoras de 14 municípios paraibanos do Agreste da Borborema, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, em bases agroecológicas, na região.

² O Estado da Paraíba é dividido em três grandes regiões climáticas: a faixa atlântica úmida; a superfície do planalto da Borborema, onde se situam os Cariris, com clima semiárido acentuado; e o sertão, também dentro do semiárido, mas duas vezes mais chuvoso do que os Cariris.

Mesmo morando no sítio Pau Ferro, Vanda trabalhou dos nove aos 13 anos nas terras do fazendeiro. Lá ela fazia de tudo um pouco, trabalhava na casa dos patrões, cuidava dos animais de terreiro, fazia doce, limpava o queijo e o que mais precisasse. Por seu trabalho, ganhava um litro de leite por dia para alimentar os irmãos menores.

Trabalhava todas as manhãs na casa do patrão e, depois do serviço, andava por hora e meia para assistir suas aulas em um sítio vizinho, na Serrinha. Chegava na escola suada, cansada e tarde. Mesmo assim, a professora a recebia todos os dias, pois sua mãe havia pedido permissão para que Vanda chegasse atrasada e não perdesse a escola. Quando voltava para casa, ela ainda ia ajudar a mãe a cuidar da água, a tratar dos bichos, a cuidar dos irmãos, mas às vezes dormia direto na casa dos patrões.

Vanda vivenciou desde muito cedo a desigualdade da divisão social do trabalho entre os sexos, em sua própria casa e quando se responsabilizava por cuidar e servir a casa dos patrões. Desde pequena, sofreu com a falta de reconhecimento do trabalho doméstico e sua exploração econômica, pois, mesmo contribuindo para o sustento da família, ela não era remunerada por essa atividade, ganhando apenas o litro de leite para ajudar na criação dos irmãos. Na situação de extrema pobreza em que vivia, o leite era, contudo, parte fundamental da dieta da família.

Seu pai trabalhava em São Paulo³, pouco ficava em casa. Sua mãe cuidava sozinha da criação dos seis filhos. Entre os 13 e 14 anos, Vanda largou o trabalho para assumir a casa da família, para que sua mãe pudesse trabalhar na agricultura. Nessa época, sua irmã mais velha, que completara 15 anos, foi morar no Rio de Janeiro, de onde passou a mandar dinheiro para ajudar na criação dos irmãos mais novos.

Em casa, Vanda era responsável por lavar a roupa, varrer os terreiros, plantar e colher algodão, e trabalhar no roçado. Ela também pastorava os bichos da vizinha, que tinha mais condições e mais animais, em troca de um litro de leite. Além disso, arrumava tempo para ajudar as vizinhas na lavagem de roupas e era sempre procurada pelas mulheres da comunidade para ajudar no resguardo e cuidar dos bebês recém-nascidos. Normalmente não recebia nada por isso. *Era sempre essa coisa de ajudar mesmo*, explica Vanda.

“Meu pai ficava mais no Sul. Ele bebia muito e mandava dinheiro quando podia. Nessa época, saiu um dinheiro do banco para

³ O pai de Vanda migrava temporariamente para São Paulo, onde trabalhava como pedreiro para prover parte da renda familiar.

os fazendeiros desmataram a caatinga para plantar algaroba e palma. Eles traziam dois tratores e derrubavam tudo. Deixavam só a terra para plantar. Foi quando a mãe ganhou mais dinheiro, porque ela ajudava a plantar a palma ou molhar as mudas de algaroba. As mulheres é que faziam esse trabalho. Carregavam latas de 20 litros de água na cabeça para molhar e estabelecer as mudas. A mãe mantinha os filhos com esse dinheiro.”

Do sul, o pai mal mandava notícias. A comunicação era mais difícil nessa época. Quando podia, uma irmã dele escrevia para casa, avisando onde e quando deviam pegar o dinheiro. *Quando meu pai voltou, viveu muito pouco*, conta Vanda. *Fez algum serviço de pedreiro ainda, mas em regime de mutirão, não ganhava nada. Minha mãe tinha que continuar na luta para aguar as algarobas e ganhar dinheiro para a casa.* Os irmãos, agora mais velhos, ajudavam plantando a palma e também recebiam pelo serviço.

A precoce experiência do casamento

Apesar de nem sempre estar presente fisicamente, o pai de Vanda mantinha de longe a rigidez da hierarquia, impondo uma criação muito austera e severa, que, por respeito (ou submissão), todos obedeciam. Vanda afirma que cursou só até a 4ª série, porque seu pai a impediu de continuar estudando, por ser mulher. Ele acreditava que suas filhas não precisavam estudar. Sair de casa e ir à missa só era consentido se fosse em companhia de uma família conhecida. Quando presente, gostava de falar que os namorados das filhas estavam todos “presos no torno”. Era uma vida muito difícil, pobre e extremamente controlada.

Logo que completou 14 anos, Vanda se casou com Ednaldo, um tio seu. Ele nasceu em Campina Grande, mas foi morar com a irmã mais velha em Serra Branca, quando Vanda tinha apenas 11 anos. Vanda só sabia que tinha um irmão de seu pai morando por ali, mas não sabia quem era. Quando conheceu Ednaldo, conta que veio uma paixão louca. O tempo era outro, tinha pouca informação, começaram a namorar escondido e logo ela ficou grávida. Vanda conta que nunca havia namorado antes e, quando engravidou não tinha outra coisa a fazer senão casar. Seus pais só ficaram sabendo da gravidez quando já estava no sétimo mês.

Linaldo, o filho mais velho, nasceu na comunidade de Pau Ferro. *O início da vida de casada foi muito difícil*, conta Vanda. *Eu era muito apegada às crianças de que cuidava na comunidade, mas ter um filho seu é bem diferente. A transformação*

é muito grande. Além de muito nova, não tinha quase informação. Meu primeiro filho nasceu bastante doente. Quando estava quase morto é que arrumamos uma jumenta, e foi com o leite dela que ele se criou. Essa jumenta manteve meu filho por nove meses, lembra com tristeza.

Quando a criança ainda se recuperava, pegou sarampo que lhe deixou sequelas para o resto da vida. Hoje, Linaldo é um rapaz de 20 anos que tem a mentalidade de uma criança, sua mente não desenvolve. Eu não sabia que doença era aquela, eu nunca tinha visto, eu era muito nova, revela com sofrimento.

Quando ele ainda tinha poucos meses de vida, eu engravidei novamente da minha menina. Aí veio a doença do meu pai. Quando o levamos para Campina Grande, soubemos que estava com câncer em estágio avançado. Nessa época, muito jovem, casada, com um filho pequeno, outro na barriga, ainda tinha que cuidar da minha irmã mais nova, de um ano e meio. Tinha também que lavar a roupa do meu pai todos os dias, pois ele ficou quase uma criança. No dia que completei cinco meses de gravidez, ele faleceu. Aí foi minha mãe viúva que ficou completamente aérea. Tive que cuidar do filho doente, da barriga e da minha mãe, uma luta, lembra. E, assim, ainda criança, Vanda teve que rapidamente se tornar uma mulher.

Do Cariri ao Brejo

Aos poucos, o casal foi reorganizando a vida. Passaram a morar na casa de uma amiga da família, no sítio Pau Ferro, onde criavam gado e viviam da venda do leite. Ednaldo, que é 17 anos mais velho que Vanda, assumiu seu papel de pai e todos os poderes para organizar o sistema produtivo, bem como as oportunidades e os benefícios que dele poderiam tirar.

Quando já estavam com os três filhos, um primo de Ednaldo, que pouco conheciam, veio visitá-los. Ele morava no município de Remígio e contou, longa e detalhadamente, como eram boas as terras desse lugar e que logo compraria um sítio na comunidade Caiana, região de brejo, uma parte mais úmida e com fartura de água. Um mês depois, Ednaldo foi até Remígio para conhecer o lugar que o primo havia adquirido e gostou muito. *Com tanto mato, não viu as ladeiras*, brinca Vanda. *Ele ajitou o sítio do primo e mandou nos buscar. A gente trouxe tudo num caminhão só, as coisas de casa e o gado. O primo do Ednaldo acabou nos convencendo a levar o gado para outras terras, enquanto eles se instalavam, e nunca devolveu os animais. Foi um período difícil. Ficamos até sem o leite dos meninos. Nessa época não tinha dinheiro para nada, nem para colocar uma carta no correio para minha mãe, para mandar notícias, para acalmá-la*, lembra Vanda.

Depois que a família limpou um olho d'água que havia nas terras, o primo chegou e despejou um caminhão de gado nesse mesmo lugar, deixando-os sem água de beber novamente. Logo Ednaldo foi ver outra casa, também no Brejo, e gostou muito. *Mudamos para a casa de outro patrão e, quando saímos, o primo acabou pagando pelo gado, mas o dinheiro havia desvalorizado tanto (ou má-fé do primo) que só deu para comprar uma perua*, conta Vanda.

Mudaram-se para o sítio Jenipapo, onde viveram por dez anos. Plantavam roçado de tudo, cuidavam de gado, de vaca de leite e vendiam leite para o patrão. *Na época, a gente recebia um pagamento por semana. Começou com R\$ 10,00 e, no último ano, recebíamos R\$ 50,00 por semana*. Mas esse dinheiro remunerava o trabalho de todos, Ednaldo, Vanda e os filhos. *Era um dinheiro da família*, explica. Morando nesse lugar, Ednaldo ainda tomava conta de mais cinco sítios do mesmo patrão. Saía às cinco horas da manhã e chegava às dez horas da noite. *Quando não era de carro com o patrão, ia a cavalo, o rojão era quente*, brinca Vanda.

O que era meu era liberado. Eu mesma vendia galinhas, ovos e patos. Era um dinheiro para ir ajudando na casa, para comprar o caderno dos meninos, o chinelo para ir à escola. Enquanto os meninos estudavam, eu ficava em casa trabalhando. O roçado era nessa mesma propriedade. No primeiro ano, a gente ainda dividiu com o patrão. Depois ele liberou, mas a gente sempre dava alguma coisinha para ele. E só depois de seis anos é que ele liberou para a gente criar, e foi a semente que a gente trouxe para cá, conta Vanda. Contudo, tinham que trabalhar duas vezes mais para dar conta dos afazeres do patrão e do sustento da casa.

Vanda relembra que esse foi um período muito triste, de muitos conflitos com o marido, que costumava beber. A família mal se encontrava, porque Ednaldo saía muito cedo para dar conta de todo o trabalho. Já os filhos e, principalmente, Vanda eram responsáveis por dar continuidade às atividades produtivas das terras onde moravam. Mesmo aos domingos era raro todos sentarem à mesa para fazer uma refeição juntos. Vanda considera que a família era escrava do trabalho. Ela e os filhos viviam subjugados ao marido e ao patrão, que era o dono da terra e de quase todo o trabalho deles. Ela diz ainda que, nessa época, não tinham qualquer relação com a vizinhança, o que o marido achava até bom.

A doença do filho: a porta do amor

Em casa era tudo comigo, eu tinha que tocar o barco, conta Vanda. Saindo do sítio Caiana para Jenipapo, veio novamente a doença do filho mais velho. Ele brincava normal, mas, quando se sentava, dormia, era como se apagasse. Pegou seu filho nos braços e começou a procurar médicos para tentar entender o que

estava acontecendo. *Os médicos de Remígio fizeram minha cabeça para levar meu filho para Campina Grande, onde eu não conhecia nada. Passei a ir com o patrão. Nesses dias, Ednaldo ficava em casa para eu poder ir a Campina Grande. Eu saía uma hora da manhã para entrar na fila do médico e fazer a ficha, e muitas vezes éramos atendidos só à tarde. Depois voltava a pé para a casa do patrão. Foi andando que eu aprendi tudo de Campina Grande*.

Depois do problema do sono, ele começou a ter queda de cabelo. Acordava com faixas inteiras sem cabelo. Um médico chegou a falar que era peladeira de cachorro, que eu tinha que matar os cachorros de casa. Descobrimos com uma pediatra de Campina Grande, que é a médica de Linaldo até hoje, que era uma carência de vitamina.

Mas a saúde de Linaldo continuava muito frágil. Passou então a ficar roxo até desmaiar. Começou a ficar extremamente agressivo. Linaldo cobrava cuidado e tempo, que Vanda não dispunha. *Tinha hora que ele me deixava louca e eu também reagia com muita agressividade*, confessa Vanda. *Até que a diretora da escola me chamou e me aconselhou a procurar a Apae em Esperança, município vizinho*.

Foi uma nova luta para conseguir uma vaga para seu filho na escola especializada. *Procuramos então um promotor para nos ajudar e ele fez uma reunião na escola com as mães dos colegas, que Linaldo havia agredido em seus momentos de raiva. Foi feita uma carta com o resultado dessa reunião e encaminhada para a Apae, que logo aceitou Linaldo como aluno*. Vanda passou a frequentar também o espaço para aprender a lidar com um filho especial. Lá, passou a rever seu jeito de tratar e de conversar com o filho. *A Apae ajuda o aluno e ajuda a família*, revela Vanda.

Mas logo enfrentaram mais uma dificuldade. A Apae passava por uma forte crise financeira e, como os alunos não contribuía para a manutenção do espaço, foi recomendado que os alunos de Remígio deixassem a instituição.

Inconformada, Vanda começou a procurar as mães de todos os alunos da Apae que moravam em sua cidade, na época, eram sete crianças, para juntas solicitarem ajuda ao prefeito de Remígio. *Procurei todas as mães, de casa em casa; não as conhecia. Consegui os endereços na Apae e conversei com uma por uma, para que cobrássemos do prefeito o passe escolar. Expliquei a elas que era uma obrigação do prefeito e que, com o dinheiro do passe que nos sobraria, passaríamos a colaborar com a instituição. E deu certo, mas tão certo, que agora a própria prefeitura também colabora com a Apae*, conta Vanda, que se tornou membro do conselho fiscal da instituição.

Nessa época, ainda nas terras do patrão, Vanda era responsável por todo o trabalho doméstico, pelo trabalho produtivo das terras onde moravam e pelo cuidado com os filhos, principalmente Linaldo. Não era dado a ela o direito de ter um tempo

para o descanso, o lazer ou para cuidar de si mesma. Quase não saía de casa, mal tinha tempo de se relacionar com a vizinhança e raro era seu acesso à informação. Mas, sem dúvida, o amor que sentia por seu filho foi a primeira porta por onde, nesse caso, foi obrigada a passar. A necessidade e a vontade de proporcionar uma vida mais digna para seu filho especial fizeram com que rompesse seu isolamento e aprendesse, no espaço público, a se relacionar, a andar, a se informar, a se formar politicamente e a buscar seus direitos. Não foi negando seu papel de mulher, mas foi reafirmando sua condição de mãe, que Vanda, pela primeira vez, e não mais mediada por Ednaldo, começou a construir novas capacidades individuais que mudaram definitivamente sua relação com o mundo. Mas, como ocorre em todo exercício de aprendizado, Vanda passou por um momento de grande dificuldade, um tempo de muitos conflitos domésticos. Diante desse contexto, no entanto, Ednaldo também teve que aprender com Vanda e com Linaldo.

A conquista da terra: a porta da liberdade

Em 2001, surgiu a oportunidade do assentamento na vida do casal, a segunda porta. O antigo proprietário da fazenda queria vender suas terras. Quando soube, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Remígio indicou sua desapropriação ao Incra. *Essa era uma área de Afonso Macedo que foi bem fácil desapropriar, porque tinha mão-de-obra escrava e exploração do trabalho infantil, conta Vanda. Ednaldo ficou sabendo da desapropriação no sindicato do município, participou de uma reunião no assentamento e depois levou uma cópia de todos os documentos para a inscrição no Incra. Aqui não teve ocupação, foi preciso apenas inscrever as famílias e logo saíram os lotes.*

No começo tive muito medo de vir para cá, porque os sem-terra para mim eram igual bicho. Falava assim: Ednaldo, você está doido, o que a gente vai fazer lá?! Eu morria de medo de não ter patrão, achava que a gente ia passar fome, tinha medo de não dar certo, admite Vanda.

Ednaldo também lembra que teve medo de morar em sua própria casa. Pensava: *Como vou fazer a feira de domingo? Esse foi o maior medo! Quando eu parava para pensar, tinha muito receio. A decisão de vir para cá foi muito rápida. Tive que aprender a viver e lidar sozinho. E Vanda termina: Mas o STR veio conversar e foi abrindo um outro mundo.*

Nunca antes, na vida em comum, haviam possuído um pedaço próprio de terra capaz de prover o sustento da família. Além da relação de trabalho, contavam com o dinheiro semanal e a segurança da casa do patrão. Aos poucos foram adquirindo confiança para ir ocupando a terra de morada de uma forma mais duradoura, pas-

sando a plantar árvores, criar animais e investir o tempo e o trabalho familiar no cultivo de produtos de subsistência, nas antigas terras do patrão. Desfrutando de uma relativa estabilidade e de uma relação de proximidade com o patrão, acreditavam que lhes faltavam qualidades e capacidades para assumir um pedaço de terra por conta própria, e a luta pela terra não estava no universo do casal, até o primeiro contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Assim, tiveram, juntos, que superar seus receios e adquirir confiança. Nos primeiros anos, vivenciaram um período de transição: moravam nas terras do patrão e cultivavam as novas terras para o sustento da família. Dessa forma, foram se desligando do antigo trabalho e ganhando a confiança e a liberdade de viver e trabalhar na terra conquistada.

Vanda e Ednaldo iam trabalhar depois que os meninos saíam para a escola. Vanda voltava na hora do almoço para sua casa, no Brejo, para cuidar das crianças. E Ednaldo terminava o dia nas suas próprias terras, com que tanto sonhara.

Em 2002, saiu o crédito fomento e, em 2003, saiu o de moradia. Fizemos essa casa aqui, trabalhávamos aqui, participávamos das reuniões da associação, mas ainda morávamos nas terras do patrão. Eu até passei a ser tesoureira aqui, na época, mesmo morando lá no Brejo, conta Vanda. Só em 2004 é que se mudaram definitivamente para as novas terras.

Com as novas terras, Ednaldo conta que para ele a vida mudou completamente. *Primeiro, eu não tenho mais patrão. É uma liberdade muito grande poder fazer o que quer, na hora que quer. Outra coisa foi aprender a conviver nessa região, para mim isso foi uma experiência nova.*

Mudou tudo! Antes a correria era tão grande, que a gente não tinha tempo para nada, só para trabalhar. Antes a gente não tinha tempo sequer de sentar para conversar. Hoje a gente tem condição de se reunir para jantar, conta Vanda. Quando cheguei aqui, ganhei uma vida nova, um mundo novo, foi como uma porta aberta para mim, com instituições novas, novas pessoas, a convivência no assentamento em si já é uma coisa muito diferente. Tudo melhorou!

Ainda me lembro que no dia em que a associação foi fundada não havia pessoas preparadas para assumir os cargos. Para a presidência foi escolhido um assentado que mora na cidade até hoje, e a filha de um assentado que sabia ler um pouco mais foi escolhida como tesoureira. Mas com três meses ela foi embora para São Paulo, tentar a vida. Ninguém queria assumir, então me escolheram para ser a tesoureira da associação. Era uma experiência muito nova para mim e foi quando comecei a aprender a lidar com gente. Era todo mundo estranho no assentamento, não conhecia ninguém. Conhecia apenas uma família que também morava nas terras do antigo patrão, no Brejo.

Lembro que foi difícil, porque a responsabilidade é bem grande. Assim que entrei, começaram a sair os créditos. Nessa época eu nem conhecia o STR de Remígio direito. Fiquei com medo de fazer algo errado e de ser presa, por isso saí perguntando para todo mundo como se fazia.

O presidente era uma pessoa formada, membro do sindicato, tinha um mundo diferente do meu, continua Vanda. Ele sempre me deu força e tudo o que eu fazia era em parceria. Quando começaram a entrar os créditos, ele foi me ensinando e fui aprendendo a resolver. Tive muita vontade de aprender. E, praticando, fui perdendo o meu medo de fazer. Até 2004 nos demos muito bem.

Até que chegou um dia em que eu não quis mais ser tesoureira. O presidente passou a vender as coisas do assentamento (sisal ou palma, que são plantados em terras coletivas) resolvendo tudo sozinho. Eu ainda morava no Brejo e ele na cidade. Aí decidi: Homem, quer saber de uma coisa, vou sair fora! Os associados fizeram então uma nova eleição e elegeram outra tesoureira.

A luta contra o lixão: o despontar da liderança política

Logo que cheguei no assentamento para morar havia poucas famílias, lembra Vanda. Tinha um problema com o lixão da cidade, que ficava muito próximo ao assentamento. Para diminuir o volume do lixo, a prefeitura colocava fogo 24 horas por dia. Mas teve um dia que o fogo passou os limites do lixão e queimou sete lotes do assentamento. Lembro que era um feriado, em outubro, Ednaldo tinha saído para pescar com uns amigos num tanque de pedra aqui perto, e nesse dia o fogo chegou até a minha porta, queimando os caibros da casa. As chamas atingiam mais de 20 metros de altura. Quase que morro queimada, para salvar o gado que ia em direção ao fogo. Só sobrou mesmo o terreiro de casa. Ficamos sem pasto para o gado, sem ração nenhuma, sem o sisal que ajudava os assentados a iniciar a vida, as moscas comendo a gente, porque o lixo continuava chegando. Aqui a gente ficou sem nada!

Deu três dias e comecei a falar com as outras famílias assentadas para irmos atrás do prefeito, mas o pessoal não quis saber. Eles falavam que na época do patrão era assim também. Mas ele não morava aqui, lembra Vanda, vinha pegar o dinheiro dele e voltava para João Pessoa.

Fui procurar Euzébio⁴, então secretário do STR, que me orientou a falar com o

prefeito, garantindo que o sindicato ajudaria com o advogado. Quando fui falar com o presidente da associação (também membro da direção do STR) sobre essa proposta, ele disse que era para eu ficar calada, para não prejudicar seu partido político. Foi quando recebemos visitas de vereadores da cidade, que ficaram horrorizados com o que viram e fizeram um laudo. Quando fui conversar com o prefeito, ele consultou um advogado e me aconselhou a levar o caso para a promotoria, onde está até hoje. Foi convocada uma primeira audiência que não teve, porque o promotor não foi. Daí a oito dias, convocaram outra audiência, mas o prefeito estava fazendo corpo mole, porque logo deixaria o cargo.

Então marcamos uma audiência e conversamos uma tarde inteirinha numa mesa de negociação, sendo que a única coisa que eu tinha na mão era o laudo da Câmara de Vereadores. De mulher, havia eu e dona Lindalva. Além de nós, estavam mais cinco assentados atingidos pelo fogo. Expliquei a nossa situação e o prefeito não estava querendo resolver. Quando não havia mais saída e os assentados estavam todos calados, já se levantando para ir embora, propus:

“Paulinho [o Prefeito], a partir de sexta-feira que vem irei passar toda a semana em sua porta ou na porta da prefeitura, para pegar uma cesta básica. Pode esperar que eu estarei lá. Ele me olhou com desdém e falou que não poderia ser assim, que não resolveria só para uma família e levantou-se para ir embora. O promotor então falou que ele deveria fazer o mesmo para todas as famílias atingidas. Foi então feito um documento, informando que as famílias que sofreram com o incêndio do lixão receberiam uma cesta básica por semana e o distribuíram para todos os presentes.”

O fim do lixão

Mas o lixo continuava sendo depositado no lixão. As moscas continuavam a invadir as casas. Lá em casa, passamos a usar remédio para matar as moscas. Era muito remédio, era tanto, que minha filha apareceu doente. Lindaelma passou a engordar do meio para baixo, surgiu um cansaço, ela não aguentava mais tanto veneno. Mas não tinha outra saída, precisávamos usar o veneno, pois tinha dia que a gente tirava as moscas de dentro de casa com a pá, de tanta mosca que era. Levei minha filha ao cardiologista que apareceu aqui na comunidade. Ele fez muitas perguntas e descobriu que a causa da doença era o uso exagerado de veneno. Era o veneno que estava matando a minha filha!

Estávamos a 500 metros do lixão, e a paisagem era azul, pela fumaça. Vivemos assim 2004, 2005 e 2006. Domingo era o pior dia. As moscas vinham procurando

⁴ Euzébio Cavalcanti era secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio em 2004. Em 2005, elegeram-se presidente do STR, cargo que ocupou até junho de 2009.

comida e onde batesse água elas ficavam zunindo. Teve um dia que cheguei em casa e fiquei tão doída, que comecei a jogar pratos, copo, tudo no terreiro. E pensei: Quer saber de uma coisa, vou tomar meu rumo. Vou embora para Serra Branca, vamos embora, disse para Edvaldo. E saí andando, sem saber para onde ia.

Vanda foi parar a pé no STR de Remígio e começou a contar o que estava se passando para Euzébio, agora presidente do sindicato. Com tanta chateação, ainda viu no caminho que tinha um trator revirando o lixo. *Arrumamos uma máquina fotográfica e fomos todos para o lixão fotografar. O carro da prefeitura estava lá para levar o tratorista para almoçar, e não queria deixar a gente entrar. Respondi que eles podiam fechar o cadeado, porque lá no Cariri eu estava acostumada a pular porteira e portanto nenhuma cerca iria me parar. Começamos então a fazer visitas e o que encontramos foi triste, era mosca comendo crianças nas casas dos assentados vizinhos ao lixão.*

Fiquei sabendo que haveria uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Rural na Câmara de Vereadores. Nessa reunião eu estava no extremo dos extremos, revela Vanda. Pedi para falar com os vereadores e comecei a contar a situação, comecei a chorar, disse que ia embora para Serra Branca, mas que queria denunciar o descaso. Fui então para a rádio, junto com o pessoal do STR. Chamamos uns agricultores assentados e declarei no programa de rádio que o que queríamos era marcar uma reunião.

Fizemos uma reunião que envolveu muita gente: Incra, Prefeitura, STR, AS-PTA, Embrapa, MST. Por fim, o Incra decretou que a prefeitura deveria tirar o lixão de perto do assentamento e que tinha que pagar o aluguel, na cidade, para aqueles moradores atingidos, até o problema ser liquidado. Só minha família saiu. Passamos 90 dias fora, esperando aterrarem o lixão. Ednaldo não saiu de tudo, trabalhava aqui durante o dia e ia dormir na cidade à noite. E o lixão foi para outro canto, onde fizeram tipo um aterro sanitário.

Retirado o lixo, acabou a mosca, acabou o veneno, acabou a fumaça, abriu-se uma porta e começou um trabalho de renovação. Hoje Lindaelma está com a doença controlada. Livre da poluição, pude redirecionar todo o conhecimento e a vontade de lutar, conta Vanda.

A presidência da associação

Com a luta para retirar o lixão, o presidente da associação passou um ano sem aparecer no assentamento, para não se comprometer politicamente. Essa época coincidiu com o roubo à casa da tesoureira que me substituiu, sendo que ela guar-

dava todo o dinheiro da associação em casa. O povo foi perdendo a confiança na gestão da associação e começou a se organizar para me colocar como presidente. Vieram conversar com Ednaldo, para também convencê-lo da minha participação, chamaram o MST, fizeram uma reunião na associação e me elegeram em 2005.

A doença do filho fez com que Vanda descobrisse os meandros dos espaços públicos, e foi a partir da sua luta por direitos e por uma vida com mais qualidade, que ela passou a ser reconhecida e legitimada como uma liderança local. Como tesoureira da associação, Vanda exercitou sua participação política, aprendendo a enfrentar seus medos e limitações, para mais tarde ser eleita pelos(as) assentados(as) e assumir com propriedade a função de presidente da associação.

Vanda também passou a ser membro do Conselho de Desenvolvimento Rural de Remígio, do qual vem participando em articulação com o sindicato local, de forma que sua atuação nesse espaço possa construir um projeto político que traduza os anseios e as necessidades dos(as) agricultores(as) familiares e dos(as) assentados(as) do município.

Mesmo ocupando espaços de poder conquistados pela legitimação de suas capacidades, Vanda confessa que no começo ouvia muitas críticas. Dona Vanda é muito afoita, relembra. Tinha homem que dizia: *“Deixa de ser besta, porque ela é da prefeitura.”. Teve um outro que chegou a me falar que vestiria saia, se o lixão saísse do assentamento. Sofro com esses comentários. Muita gente acaba usando meu nome porque sou meio atrevida, mas sou atrevida porque sei que consigo resolver. Atualmente faço parte do Conselho de Desenvolvimento Rural, do Conselho da Criança e do Adolescente, do Conselho Fiscal da Apae, da Comissão de Saúde e Alimentação e da Comissão de Criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio, da Feira de Produtos Agroecológicos do município e sou militante do MST.*

Agroecologia: a porta do conhecimento

Ainda fortemente marcada pela emoção da história de vida da família, Vanda conta como a Agroecologia também foi uma grande porta para ela, sendo o espaço onde teve a oportunidade de acessar, construir e compartilhar conhecimentos. O espaço para aprender a conviver, como resume Ednaldo.

Em 2004, quando começamos a luta com a questão do lixo junto ao sindicato, logo surgiram várias discussões novas sobre agricultura para o assentamento. A primeira delas foi sobre silagem. Eu fui ver como se fazia um silo na comunidade de Gruta Funda, em Remígio. Foi a primeira visita de intercâmbio de que participei, mas só sei que depois não parei mais, lembra Vanda.

No início, Ednaldo não gostou que Vanda saísse para as reuniões. *Ele não estava acostumado, releva. Na primeira vez, avisei que iria sair, aí ele perguntou: “É o almoço?” Ah! Você cuida aí, respondi. No começo, ele reclamava que eu andava muito. Mas quando eu voltava, contava tudo o que tinha acontecido, e ele foi se interessando. Quando passei a assumir a presidência da associação, era só reunião, e foi assim que ele foi se acostumando e eu não parei mais nunca, reafirma Vanda.*

Com o tempo, meus filhos também passaram a gostar da minha participação. Ficam contentes, porque agora eu saio de casa, encontro pessoas, vejo o mundo. Quem não gostou muito foi o Linaldo, que é muito dependente, mas aí deixo tudo arrumado para ele. Separo a roupa que irá colocar no dia seguinte, aí Lindaelma ou Ednaldo o ajudam a se vestir. O Galego, o filho mais novo, já é pau para toda obra. Ele me ajuda em tudo. Quando eu passei 15 dias em Brasília para participar de um evento de formação do MST, ele se preocupou com a roupa. Fiz então um trato com ele, deixei toda a roupa limpa e disse que não se preocupasse, porque eu daria um jeito quando voltasse. Mas quando eu cheguei, tive uma surpresa, pois não tinha nem um copo sujo na casa. Ele tocou o barco sozinho. Agora ele está na escola, só passa os finais de semana em casa. Galego está fazendo um curso técnico do MST, promovido pela Universidade Federal da Paraíba, no Campus Bananeiras.

Para mim, sair foi tudo, uma experiência nova, porque antes não tinha quase acesso à informação. Morando no assentamento passei a ter liberdade e ter conhecimento. Para mim, tudo isso é muito novo. Antes, não tinha tempo nem de conversar, era só trabalhar para o patrão. Quando comecei a participar das reuniões, não conhecia as plantas medicinais, as mudas, as plantas de forragem, os silos, os fundos rotativos, a máquina de tela, a cisterna de placas. Tudo isso é conhecimento novo. Quando viemos morar aqui, só havia a cisterna da sede da associação. Ter cisterna em casa foi como ganhar uma vida nova, conta Vanda.

Vanda acredita que a melhor forma de convencer a família sobre a importância de sua participação é partilhar o conhecimento. *É a liberação, vamos dizer assim. Tudo o que a gente aprende, faz e ensina é por conta de visitas de intercâmbios. Quando aprendi a fazer os silos, eu cheguei em casa e ensinei para Ednaldo, mas ele não entendia muito bem como fazer. Aí fomos juntos a uma visita à Embrapa, para ver como se fazia e funcionava um silo para armazenamento de forragem. Hoje o casal possui terras para resgatar a tradição de criar animais que trazem do Cariri, mas o negócio com a criação só passou a dar lucro depois que começaram a armazenar a ração em silos. Antes, eram obrigados a vender os animais a partir do mês de julho, início da época de estiagem. Com o silo, agora podem vender a um melhor preço. Com exceção das vacinas, não compram nada para dar aos animais. Toda a forragem é produzida nas terras da família.*

Depois começamos a desenvolver a experiência dos Fundos Rotativos Solidários, junto ao Polo da Borborema. Ninguém no assentamento tinha, conhecia e nem queria cisternas, porque não queria ficar devendo. Ednaldo foi o primeiro a se inscrever e foi o último a ser sorteado, conta Vanda.

Ednaldo foi mudando seu temperamento aos poucos, mas a mudança foi efetiva quando também passou a participar, a aprender e a ter valorizada a sua capacidade de inovação. *Antes não saía mais porque não tinha conhecimento. Se eu saía, Vanda não podia sair, porque ela ficava responsável pelo sítio. Depois que a gente pôde tomar conta da gente, ela vai e eu vou para onde eu quero, quando eu quero. O roçado aqui é nosso e, se está atrasado como agora, por causa das reuniões da Vanda, é por uma decisão nossa. Se Vanda sai assim é para arrumar alguma coisa para o assentamento. É bom sair para conhecer, para saber desenvolver as coisas. Eu mesmo ainda não vi, mas meu desejo é fazer uma barragem subterrânea na minha propriedade. Vou lutando aos poucos, até conseguir tudo o que eu quero, conta Ednaldo.*

Atualmente, Ednaldo é membro ativo dos mutirões para armazenamento de forragem do assentamento, mutirões que são coordenados por Vanda. Ele apresentou junto com Vanda a experiência da família, no Encontro Municipal de Criação, participou do ofertório da festa da colheita, promovida pelo Polo da Borborema, e participou junto com os filhos da Marcha das Mulheres em Remígio, pela comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Antes da luta contra o lixão, não havia contato entre o assentamento e o sindicato. Depois, a associação abriu as portas para o STR, a AS-PTA, a Embrapa, o MST. E sempre que o povo me convida para conhecer algo, eu vou e, quando dá para organizar, Ednaldo vai também. Quando começaram a sair para participar dos encontros, Vanda e Ednaldo aprenderam a conhecer e descobriram o valor de seu trabalho, descobriram que poderiam aprimorar o exercício de suas práticas, aprenderam a ensinar, aprenderam que poderiam construir uma vida com mais qualidade.

Quando sai cedo de casa, Vanda deixa o café pronto e Ednaldo e Lindaelma tomam conta do resto. *O almoço é por conta de Ednaldo, conta Vanda. Ednaldo acabou aprendendo a cozinhar ainda no Brejo, devido aos inúmeros problemas de saúde da família (dos filhos e da própria Vanda, que passou por quatro cirurgias: rim, laqueadura de ovário, perineo e garganta). Minha mãe sempre ajudava, mas passava um tempo e logo tinha que voltar para sua casa, aí ele acabou assumindo. Agora, tudo da casa é com eles. Lindaelma e Linaldo limpam o terreiro, enquanto Ednaldo ajuda a cuidar das galinhas. – Mas elas são da mulher, ele completa, em tom de brincadeira. Lindaelma rega as plantas do arredor de casa, mas é Ednaldo quem faz as mudas. Ele tem uma mão boa de plantar, brinca Vanda.*

No quintal, cultivam inúmeras plantas que são utilizadas como remédio (malva-rosa, acôndido, cana-do-brejo, sabugueira, alecrim, manjerição, arruda, hortelã-gordo, erva-cidreira, rosedá, penicilina, hortelã-amargoso, rosa branca, mamão, laranja, romã, acerola, limoeiro, azeitona e nim). Vanda conta que sempre se interessou em conhecer as plantas medicinais, desde quando ainda morava no Brejo. Curiosa, quando não conhecia uma planta, perguntava sobre ela e logo pedia uma muda. Depois que começou a participar das reuniões do sindicato, pôde aprender mais. *Com esse arredor de casa, diminui muito o gasto de dinheiro com remédio para gripe, para dor. Não preciso ir mais à farmácia*, conta Vanda orgulhosa. *Só vou para comprar os remédios controlados dos meninos, mas, se eu soubesse, se conhecesse alguma planta para substituí-los, trocaria na hora*. Para melhor aproveitar a água, Ednaldo fez um buraco ao final do cano do banheiro e da cozinha, onde acumula a água do banho e da louça. Após assentar o sabão, toda a água é usada novamente para molhar as fruteiras do quintal.

Vanda é ainda a pessoa da família que participa da feira agroecológica do município de Remígio. No início, participava só quando a família tinha coisas verdes em casa. Porém, desde o mês de setembro de 2008, eles decidiram participar de forma mais regular. Vanda avalia que a feira é uma experiência importante para a família, porque podem vender os produtos agroecológicos diretamente para os consumidores, livrando-se assim dos atravessadores, que pouco se importam se o produto é ecológico ou não. *O valor conseguido por produto é muito melhor e sempre tem uma freguesia certa*.

Na feira, vendem o doce de mamão feito semanalmente por ela e sua vizinha, galinhas vivas, ovos e, na época de milho verde, pamonha, além de maxixe, quiabo, feijão verde e mudas de plantas que fazem sob encomenda. Ednaldo é o responsável pelo plantio e pelo cuidado das mudas. Eles se divertem ao pensar que, em pleno Curimataú, uma região muito seca do município, conseguem produzir e vender mudas de plantas medicinais, ornamentais e frutíferas, na feira. Vanda lembra que no Brejo havia mais água, mas não tinham o conhecimento de hoje e, por isso, não produziam nem vendiam.

O casal planeja, mais adiante, organizar a criação para que possam fazer e vender queijos todas as semanas. *Já fiz alguns testes com a receita que trouxe do Cariri e do que fiz não sobrou nada*, diz orgulhosa, apostando no novo negócio. Vanda e Ednaldo ainda contam que estão organizando a propriedade, para vender de tudo um pouco. *Em breve meu filho pode ir para universidade e vamos precisar de um dinheiro extra sempre*, fala animada.

Desde que assumiram a banca em definitivo, Vanda participa mensalmente das reuniões da feira no STR. Nessas reuniões discutem sobre a organização, a produção e os fundos rotativos solidários, que vêm permitindo que os novos feiran-

tes possam ir se equipando, para apresentar melhor seu produto. *É diferente de quando a gente ia para feira só quando tinha produto, ficando mais longe das discussões, dos conhecimentos, avalia Vanda*.

E para o futuro? Vanda sonha em voltar a estudar, para continuar aprendendo mais. A família também está se organizando para que os filhos frequentem a universidade.

As muitas lições da vida de Vanda

Ao observar a trajetória da vida de Vanda, podemos perceber algumas transformações no interior de sua família motivadas por processos que colocam em permanente tensão os mecanismos sociais de dominação e emancipação. Contudo, são várias as “portas” que podem ser abertas pela Agroecologia, de modo a alterar positivamente as relações sociais, potencializando as capacidades individuais de mulheres e homens.

- Ao favorecer a reorganização do espaço produtivo, o enfoque agroecológico intensifica as sinergias internas dos sistemas e promove a valorização agrônômica e econômica de atividades geridas, tradicionalmente, apenas pelas mulheres. Hoje a família de Vanda sabe o valor do espaço do arredor de casa para a segurança alimentar, para a segurança hídrica, para a saúde da família, além de reconhecer sua importância no fornecimento de produtos para a feira agroecológica. Atualmente, observa-se nesse espaço a conformação de uma estrutura de gestão diversificada e de ação simultânea de vários membros da família. Um aprendizado para a construção de novos equilíbrios. Da mesma forma, Vanda tem reconhecido seu papel de experimentadora no sistema de criação. Resgatou práticas, aprendeu, inventou, ensina e pratica, junto com sua família, várias formas de produzir e armazenar forragem para os animais. Vanda é uma agricultora-experimentadora ativa na Comissão de Criação do sindicato, assim como ajuda a coordenar o processo de experimentação na associação do assentamento.
- A valorização dos produtos do arredor de casa e a regularidade de Vanda na feira agroecológica vêm permitindo, ainda, ampliar sua participação na gestão econômica da produção familiar. Como responsável por parte importante da geração da renda, Vanda pode planejar a produção e construir com Ednaldo projetos futuros, como o financiamento do estudo universitário dos filhos.
- As práticas agroecológicas são bastante intensivas no uso de conhecimentos. Portanto, o resgate, a valorização, a conquista e a partilha democrática desses conhecimentos colocam-se no cerne da construção de novas relações de poder dentro da família. Quando Vanda rompe seu isolamento social para buscar e



construir novos conhecimentos (novos saberes e novas relações), ela consegue exercer uma função ativa nos processos produtivos e reprodutivos dentro da família, e tem reconhecida sua capacidade de inovação e liderança nos ambientes públicos. Dessa forma, ao assumir seu papel de agente nos processos de gestão do conhecimento e intensificar sua inserção nos espaços públicos, Vanda acabou trazendo benefícios para toda a família e para a comunidade.

- A partir da valorização do trabalho que Vanda cumpria dentro de casa e do seu novo papel público, suas constantes saídas acabaram impondo um rearranjo na divisão sexual do trabalho familiar, manifesto na quebra da especialização funcional das atividades. Eles aprenderam que a divisão sexual do trabalho não é parte constituinte da natureza do feminino e do masculino. O marido e os filhos passaram a dividir as responsabilidades pelas atividades produtivas geridas por Vanda, assim como o cuidado da casa e do filho/irmão especial. Esses valores, sem dúvida, estão sendo construídos e serão repassados por seus filhos.

Vanda ensina ainda que as mudanças na vida das mulheres são muito importantes, mas não se fazem sem conflitos, tanto no espaço familiar, quanto nos espaços coletivos, principalmente quando entram em confronto com valores culturais pré-estabelecidos. Para muitas mulheres, essa pressão social pode inibir sua participação. A própria Vanda sempre diz para si mesma que vai mudar, que vai parar, mas não consegue. *Não consigo ver e não ajudar. Se sou assim, é porque consigo resolver.* E Vanda seguirá resolvendo! Continuará abrindo muitas portas, as portas para um mundo melhor.

Adriana Galvão Freire | Assessora técnica da AS-PTA
adriana@aspta.org.br

Maria Leonia Soares da Silva | Integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massaranduba e da Coordenação do Polo da Borborema
leoniastrm@yahoo.com.br

Roselita Vitor | Integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio e da Coordenação do Polo da Borborema
roselitavitor@yahoo.com.br

Gizelda Bezerra Lopes | Integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio e da Coordenação do Polo da Borborema
polodaborborema@uol.com.br



SASOP - Serviço de Assessoria a
Organizações Populares Rurais



Construindo a nossa história em rede

Rede de Mulheres de Remanso

O Projeto Mulheres e Agroecologia, que faz parte do Projeto Agricultor a Agricultor, estimulado pela ActionAid e pelo GT Mulheres da ANA, tem representado para nós, da Rede de Mulheres de Remanso, uma grande oportunidade de reflexão sobre a nossa existência, nossos desafios e nossos avanços. As trocas de experiências estimuladas pelo projeto têm permitido discussões políticas sobre o que fazemos, para onde caminhamos e onde queremos chegar.

Nesse sentido, apresentamos o resultado de uma das oficinas que estamos realizando. Trabalhamos com os seguintes objetivos: construir a nossa história de forma coletiva; conhecer o surgimento da história da Rede de Mulheres; rever a motivação inicial e avaliar se ela ainda está inserida no desenvolvimento do trabalho da Rede; e visualizar e contar a nossa história, a partir de registro fotográfico e documentos.

Dessa forma, de 20 a 22 de fevereiro de 2009, a Rede de Mulheres de Remanso se reuniu em oficina para sistematizar a sua história. A metodologia abordada foi dinâmica e participativa, a partir da construção de uma linha do tempo.

As comunidades presentes na oficina foram Caldeirão do Café, representada por Julieta, Maria, Raimunda, Andrelina e Marina; Maravilha, com Zulmira, Genézia e Beró; Xique Xique, representada por Domingas, Eleneide e Gicelia; Ponta da Serra II, com Marleide e Marilene; Lagoa do Garrote, com Valdeni, Evanea e Ana Luiza; e Sede do Município, representada por Socorro, Lise e Lourdinha.

As expectativas das mulheres que estavam presentes eram:

- Que construemos a nossa história com tranquilidade;
- Ajudar a construir nossa história;

- Encontrar as informações certas para a sistematização;
- Contribuir com informações para a sistematização da história;
- Conhecer a história da Rede, para poder contá-la;
- Contribuir com entusiasmo e aprender mais sobre a história da Rede;
- Aproveitar as coisas novas;
- Que as mulheres não desistam da Rede;
- Que o encontro seja maravilhoso;
- Completar a história da Rede;
- Melhor entendimento para todas;
- Crescer a Rede;
- Coisas bem planejadas;
- Melhor entendimento para o grupo;
- Trocar experiências;
- Avaliar o programa de rádio, para melhorar.

Fizemos uma tempestade de ideias sobre o que é sistematização. E hoje, nós da Rede de Mulheres acreditamos que sistematizar é falar, contar, escrever sobre a história da Rede, refletindo e avaliando os acontecimentos. Sistematizamos nossa história a partir de um processo de construção do registro da história da Rede. Desta forma, descobrimos benefícios e a origem da Rede. Isso tudo permite botar pra frente o crescimento da Rede, com a participação de todas as mulheres. Foi muito importante pra gente organizar a nossa história por fases, anos, fotos e documentos.

A partir da construção da Linha do Tempo, organizamos nossa história por períodos.

A história da Rede de Mulheres de Remanso se inicia no ano de 1983. Primeiro como Movimento de Mulheres e mais tarde Rede de Mulheres. O movimento começou com um ato público em repúdio à violência contra mulheres assassinadas por seus companheiros, sem que nenhuma providência judicial fosse tomada.

Na época, o Movimento de Mulheres pôde contar com o apoio da ONG Centro de Educação Popular Luiz Nunes, da Paróquia, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remanso e de lideranças de outras entidades.

Para manter o Movimento, a partir dessa data até o ano de 1990, algumas atividades foram desenvolvidas pelo grupo. Como reflexão de temas: história do dia

8 de Março; saúde da mulher; previdência social; documentação; trabalho com rendeiras (confecção e exposição de bonecos de panos); oficinas para trabalhar a beleza feminina (manicure, pedicure, maquiagem e cabeleireiro), com o objetivo de contribuir com a autoestima e gerar renda para das mulheres.

Durante esse período foi realizada formação com os membros da equipe e alfabetização de adultos, com a criação de Círculos de Cultura nas comunidades e nos bairros periféricos da sede, em parceria com o Centro de Educação Popular Luiz Nunes - CLN.

Surgiu também o trabalho de mulheres em duas comunidades: Malhadinha e Bom Princípio. O trabalho era realizado através de visitas e estudos sobre a saúde da mulher.

No final de 1989, a ONG CLN foi desativada. Essa desarticulação causou perdas de referência, formação e financiamentos para as atividades do Movimento.

No ano de 1990, o grupo enfrentou muitos desafios! Contudo, conseguiu manter suas atividades e alcançar conquistas.

As mulheres perceberam a necessidade de trabalhar com artesanato, que era muito forte na região, e também era uma maneira de valorizar o aprendizado de muitas que já o faziam, como forma de sustentação do grupo. Nesse sentido, foi enviado um projeto para o fundo de pequenos projetos da Federação de Órgãos para o Apoio Social e Educacional - FASE, com o objetivo de comprar uma máquina para costura e bordado, e materiais para confecção.

Foram confeccionados trabalhos com pintura, bordados manuais, bolsas, tapetes, colares, enfeites com pedaços de madeira e arranjos de flores. Esses produtos foram apresentados e vendidos numa feira realizada no festejo da padroeira da cidade. Ao finalizar a feira, as mulheres tiveram dificuldade de continuar com as vendas. Com o tempo, já não havia mais tanto interesse em trabalhar com artesanato, pois ele não estava gerando a renda que o grupo esperava.

Mas o Movimento não parou por aí. Algumas mulheres das comunidades rurais fizeram convites para iniciar um trabalho. A Comissão aceitou, buscou parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores e a Paróquia. Eles aceitaram e contribuíram não só com a infraestrutura, mas também na reflexão sobre alguns temas, como cidadania, previdência social e outros ligados à classe trabalhadora.

Era de grande necessidade refletir sobre o tema Saúde da Mulher, pois muitas mulheres sofriam de problemas nos órgãos do aparelho reprodutor. Naquela época, a solução imediatista da medicina era a histerectomia.

Indignada com a atitude dos médicos, a Comissão resolveu fazer um trabalho de sensibilização e orientação, para ajudar as mulheres a fazerem um tratamento mais adequado, inclusive usando a medicina naturopata.

Os encontros ocorridos nas comunidades Maravilha, Bom Princípio e Malhadinha eram bastante animados: místicas, cartazes, dinâmicas de grupo e debates. Só que esses encontros eram realizados a partir da disponibilidade da Comissão de Mulheres da cidade.

Nessa mesma época, foi realizado um programa na Rádio Serra da Capivara AM, junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Remanso. O objetivo era melhorar a comunicação com as comunidades, fazer divulgação das atividades e dar visibilidade ao Movimento de Mulheres.

Em 1994, inicia o processo de construção de cisternas para consumo humano nas comunidades, através de parceria com a Paróquia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Houve uma paralisação dos trabalhos entre 1996 e 1997. Alguns membros foram morar em outras cidades e a Comissão ficou desestimulada.

No ano de 1998, o Movimento retoma as suas atividades, com o retorno das integrantes e com a chegada da Irmã Dominga. Desta vez o movimento se fortalece e cria um perfil mais organizativo.

Nesse ano o marco é o trabalho iniciado com mulheres pescadoras que aderiram ao movimento, criando assim um grupo, assessorado pela Irmã Dominga. Para o acompanhamento das atividades foram eleitas representantes para compor a coordenação do Movimento.

Os encontros eram específicos e realizados para refletir sobre vários temas, entre as mulheres pescadoras e trabalhadoras rurais: regularização de documentos para obter seus direitos (seguro desemprego, auxílio à maternidade ou doença e aposentadoria), autoestima, previdência social, preservação do meio ambiente, 8 de Março, estímulo à afiliação à Colônia de Pescadores, e outros assuntos ligados às categorias.

Ainda nesse ano, para melhor divulgar os trabalhos, estimular a participação de outras mulheres, dar dicas domésticas, contribuir no processo de sensibilização e interagir, principalmente com o público feminino, foi criado o programa de rádio Desperta Mulher. O programa era feito ao vivo, na rádio comunitária da cidade; a Zabelê FM. Tudo ia muito bem até que, um dia, fecharam-na, pois a rádio não era regularizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Numa reunião da Diocese de Juazeiro, Irmã Dominga incentivou as mulheres que ali estavam a desenvolver um trabalho regional, pois já faziam isso em seus municípios.

A Comissão de Remanso, juntamente com Irmã Dominga, elaborou um projeto pedindo ajuda às Irmãs da Congregação São José, na Província do Maranhão, para ajudar o grupo de Remanso nas despesas da Assembleia Regional. O projeto foi aprovado e as irmãs se comprometeram a ajudar, sempre que fosse possível. Além dessa ajuda, o grupo também fazia bingos e sorteios.

No final do mesmo ano, os grupos municipais de mulheres se reuniram em assembleia no município de Casa Nova, onde se conheceram, trocaram experiências, avaliaram os trabalhos e criaram o nome para o grupo regional. Por unanimidade, decidiram o nome do grupo, que ficou sendo Rede de Mulheres.

Quanto aos encaminhamentos, foi decidido que aconteceria uma assembleia regional anualmente, com as representantes escolhidas nos municípios, para estudar temas, avaliar e planejar as ações. Vale salientar que os companheiros cuidaram da alimentação, cozinhando e contribuindo na limpeza do espaço.

Nessa assembleia foi criada uma Coordenação Regional composta por uma representante de cada município, totalizando oito componentes. Até hoje elas se reúnem três vezes ao ano, para avaliar e organizar as atividades de forma coletiva.

A partir da criação da Rede, cada município se organiza conforme suas necessidades. O grupo de mulheres em Remanso, que se chamava Movimento de Mulheres, passou a ser Rede de Mulheres de Remanso.

Em 1999, se intensifica o desenvolvimento das atividades formativas, com as comunidades rurais e com o grupo de pescadoras. Foi realizada a primeira assembleia de pescadoras da região, em Pilão Arcado.

Quando tudo parecia estar se firmando, surge mais uma perda: a saída de Irmã Dominga. Dessa vez não causou tantos danos, pois a equipe estava fortalecida, com mais formação e experiência, e ainda podia contar com o apoio da Coordenação Regional.

A chegada do ano de 2001 é marcada com a parceria entre a Rede de Mulheres e o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP. O trabalho foi iniciado com a realização do Diagnóstico Organizacional Participativo - DOP. O resultado do DOP contribuiu para a organização da Rede, apontando as fraquezas, oportunidades, fortalezas, ameaças e desafios. Foi percebida a importância de se criar uma equipe de apoio, elegendo representantes nas comunidades, chamadas de animadoras comunitárias. Nesse período há o surgimento de mais comunida-

des com trabalhos de mulheres: Ponta da Serra II, Lagoa do Garrote, Caldeirão do Café e Lagoa do Barro dos Baios. Continua o acompanhamento ao trabalho das pescadoras.

Numa das reuniões de planejamento, foram traçadas estratégias para continuar o trabalho em algumas comunidades rurais, como: Maravilha, Pimenteira, Salina do Brejo e Malhadinha. Nessa reunião também houve uma profunda reflexão sobre a missão que nortearia o trabalho da Rede: contribuir no resgate da dignidade da mulher, a partir do incentivo à sua participação na sociedade e elevação de sua autoestima.

Em parceria com o SASOP, em 2002, formam-se três grupos comunitários no município de Campo Alegre de Lourdes (Tamboril, Barreiro do Espinheiro e Pitomba), com a discussão das relações de gênero.

A Rede participa pela primeira vez do Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, realizado no Rio de Janeiro. O objetivo foi aprofundar os conhecimentos sobre o tema da concepção e relações de gênero.

Participou também do primeiro Seminário da Diversidade Local, realizado pelo SASOP, apresentando a história da Rede de Mulheres, a partir do resultado do DOP.

A equipe do SASOP se colocou à disposição da Rede para que ela pudesse desenvolver melhor suas atividades nas comunidades. Além da orientação nas atividades, cedia a infraestrutura para as viagens e equipamentos.

Mais uma vez, a Rede sofre com a saída de um membro da Comissão, Miranda Araújo, que precisou ir à luta em busca de emprego.

Com a realização das atividades, foi surgindo a necessidade de reforçar a parceria com as entidades: Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Congregação das Irmãs de São José, SASOP, a Articulação Sindical do Lago de Sobradinho - ASS e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso, que muito apoiam e contribuem nos trabalhos com a Coordenação e grupos nas comunidades.

Nesse ano a Rede atuou com estudos de formação, encontros trimestrais nas comunidades de Maravilha, Ponta da Serra II, Malhadinha, Pimenteira, Lagoa do Garrote, Caldeirão do Café, Lagoa do Barro dos Baios e Salina do Brejo, no município de Remanso. E, em parceria com o SASOP, no município de Campo Alegre de Lourdes, nas comunidades de Barreiro do Espinheiro e Tamboril.

Além dessas atividades nas comunidades, houve também reuniões de planejamento das atividades, seminários regionais, oficinas e intercâmbios entre as comunidades.

Para ampliar os seus conhecimentos, a coordenação buscou momentos de capacitação: curso de Segurança Alimentar, com apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais - CERIS; visita de intercâmbio ao grupo Origem em Recife/PE, que faz um trabalho com manipulação de alimentos e aleitamento materno, com acompanhamento a gestantes e crianças recém-nascidas; e visita de intercâmbio à experiência de beneficiamento de couro e de leite de cabra, na Paraíba.

Ainda em 2002 foi elaborado, com a ajuda do SASOP, um projeto para o Serviço Alemão de Cooperação Técnica Social (DED), entidade parceira alemã, para trabalhar a geração de renda nas comunidades, com as melíponas (abelhas sem ferrão).

Com a aprovação desse projeto, foi possível iniciar um trabalho com criação de abelhas nativas, embora em apenas três comunidades escolhidas pelo grupo: Ponta da Serra II, Lagoa do Garrote e Caldeirão do Café.

Em cada uma delas havia um grupo composto por seis mulheres, sendo que a família também era envolvida no trabalho. Cada mulher recebeu, além da capacitação e acompanhamento, quatro caixas de abelhas nativas, num total de R\$ 240,00. Esse valor, segundo o acordo feito inicialmente, deve ser devolvido à Coordenação na forma de Fundo Rotativo, para ser aplicado na integração de novas participantes. Elas são selecionadas dentro das comunidades em que a Rede atua. E a devolução é feita de acordo com a produção de cada uma.

O objetivo da Rede, com esse trabalho, é integrar as ações de sensibilização e geração de renda em uma única proposta, onde os grupos acompanhados possam, ao mesmo tempo em que são politizados, encontrar alternativas concretas de renda familiar.

Além da atividade produtiva com a criação de abelhas, foi trabalhada a autonomia e elevação da autoestima dessas mulheres. Isso porque a Rede entende que se trabalhar apenas com a geração de renda pode até trazer recursos para as mulheres, mas não garante uma mudança na mentalidade; e isso pode reproduzir uma relação de dependência e desigualdade.

Esse trabalho possibilita aos grupos formados a produção de mel, própolis e pólen, que podem ser usados tanto para o autoconsumo quanto para comercializar na região.

Durante esse ano, se começou a perceber o desestímulo das pescadoras com o trabalho formativo.

Em 2003, se iniciou a preparação do Estatuto da Rede, que teve o incentivo de entidades parceiras e de membros da Coordenação Regional.

Sempre que possível, a coordenação da Rede procurou participar e colaborar com os eventos, cursos, oficinas e seminários promovidos no município e região.

A Coordenação continua se capacitando nas questões de gênero. Nesse ano, um membro foi ao Recife participar de curso com a ONG SOS Corpo. Virtualmente, outro membro fez curso de cultivo orgânico de plantas medicinais, com a Universidade Federal de Viçosa/MG. Com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, foram realizados o curso de beneficiamento de frutas nativas e de leite de cabra, e visita de intercâmbio a um grupo de melíponas na Paraíba. No decorrer desse ano, se constatou que as pescadoras não demonstravam mais interesse pelo trabalho. Sendo assim, ficou decidido continuar o trabalho apenas com as comunidades rurais.

Iniciou-se o trabalho com apicultura em 2004, na comunidade de Ponta da Serra II, com a participação de seis mulheres, também envolvendo suas famílias. O processo foi o mesmo usado na meliponicultura. Cada mulher recebeu cinco caixas de abelhas com ferrão, num total de R\$ 300,00. A devolução do recurso é feita através de Fundo Rotativo.

Em 2005, se inicia o trabalho com abelhas africanizadas, em outra comunidade, Lagoa do Garrote, através dos projetos de Arranjos Produtivos Locais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (APLs/CODEVASF).

No dia 22 de junho, se realizou uma assembleia com o propósito de legalizar a Associação Rede de Mulheres. Nessa assembleia, a coordenação foi composta por uma coordenadora, Maria do Socorro dos Santos; uma secretária, Maria de Lourdes Antunes Bastos; uma segunda-secretária, Otávia Rodrigues Lopes; uma tesoureira, Beronice Ferreira da Silva, e uma segunda-tesoureira, Valdeni Crencio da Silva. Foram Titulares do Conselho Fiscal: Iranilde de Andrade Amorim, Zenilde Neres de Oliveira e Zulmerinda Ferreira Silva Farias e as Suplentes: Maria Rodrigues Rocha e Ivonas Lopes de Oliveira.

Os objetivos foram avaliados: combater todas as formas de discriminação racial étnica e de gênero como obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais; estimular as mulheres na luta por igualdade de oportunidades e de tratamento; incentivar melhores condições de trabalho, assistência e aperfeiçoamento profissional.

A Rede reassume o programa de rádio na Zabelê FM (agora regularizada) e continua com o mesmo nome: Desperta Mulher.

Quanto ao conteúdo trabalhado no programa, são abordadas várias temáticas: gênero, autoestima, saúde da mulher (prevenção), documentação, cidadania, e segurança alimentar e nutricional.

A partir desse ano, é desenvolvida a Campanha de Apoio à Agricultura Familiar, em comunidades de Campo Alegre de Lourdes. É um trabalho de parceria entre o SASOP e a Rede de Mulheres. Essa campanha tem contribuído com a aquisição de equipamentos para as Unidades de Beneficiamento de Frutas, estruturação de quintais agroecológicos, investimentos na construção de cisterna de produção de 16 mil litros, plantio de fruteiras, entre outros. Quem apoia é a ActionAid.

Em setembro do ano de 2006, a 7ª Assembleia Regional é sediada em Remanso, com o tema Gênero e Etnia. No último dia da assembleia foram elaborados, coletivamente, três elementos básicos que ajudam a reestruturar a Rede Regional e nortear seus caminhos: identidade, objetivo e atribuições.

A Campanha de Apoio à Agricultura Familiar se amplia para as comunidades em que a Rede atua, em Remanso.

Com o apoio do SASOP e da ActionAid, nos anos de 2007 e 2008 foram realizados muitos intercâmbios que fortaleceram nossos trabalhos como em Conceição das Crioulas/PE, para conhecer experiências de artesanato com fibra de caroá e argila. Foi também promovida a troca de experiências culturais e de geração de renda, além de oportunizar às participantes a um debate sobre gênero e a Lei Maria da Penha. Visitas foram feitas ao município de Campo Alegre de Lourdes e à experiência de quintais, na comunidade Barreiro do Espinheiro, pelas comunidades Lagoa do Garrote e Maravilha, do município de Remanso. Entre as apicultoras de Remanso, foi realizado um intercâmbio entre as comunidades Ponta da Serra II e Lagoa do Garrote.

No município de Camamu, um grupo de mulheres de Remanso participou do processo de sistematização das experiências das mulheres do Assentamento Dandara.

Através da parceira ActionAid, foi convidada uma agricultora (Maria Domingas, da comunidade Xique Xique) a participar de intercâmbio em Moçambique, na África. O objetivo foi conhecer as experiências com hortaliças e produção de cachaça. A agricultora percebeu que as mulheres vivem numa realidade muito sofrida. São submissas aos homens e ao contexto social e político local.

Em 2008, se inicia o projeto de criação de galinhas e cabras na comunidade Lagoa do Garrote. Além das cabras, a comunidade recebeu um reprodutor para melhorar o rebanho. Esse projeto funciona com o sistema de fundo rotativo, onde a devolução será feita com a primeira cria fêmea, para a inclusão de outra família no projeto.

Em 2007, já se havia iniciado a construção de cisternas para produção familiar, nas comunidades de Caldeirão do Café e na Lagoa do Garrote. Foram distribuídas mudas frutíferas para quintais nas mesmas comunidades. Em 2008, foi realizada a construção de cisterna de produção com calçadão, na comunidade Maravilha. Junto, aconteceu a primeira capacitação de pedreiros para cisterna calçadão. Aconteceu ainda a construção de barragem subterrânea, na Ponta da Serra II.

Houve a comemoração do dia 8 de Março, com palestras sobre os temas: DST/ Aids, câncer no colo do útero e mama, e a história do Dia Internacional da Mulher, além de exames e consultas.

No desenvolvimento de suas ações de geração de renda, principalmente na meliponicultura e apicultura, a Rede de Mulheres de Remanso se articula com ao movimento de apicultores e apicultoras do nordeste, tornando-se sócia da Rede Abelha Nordeste. Também passa a ser membro do Fórum do Território do Sertão do São Francisco e da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, e participa do Movimento de Economia Solidária, em âmbito regional, estadual e nacional.

Mulheres que participaram da Comissão do Movimento de Mulheres de Remanso, desde o ano de 1983:

Maria do Socorro Santos

Maria de Lourdes Antunes

Marilene Passos

Débora Rodrigues

Lise Guimarães

Valdete Batista

Irmã Dominga

Maria Miranda Araújo



▲ Oficina de Manejo de Galinha - Comunidade Maravilha

Grupo de mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos

Roça agroecológica das mulheres
Camamu – 2008

Introdução

A ideia da sistematização surgiu a partir da participação do grupo de mulheres do assentamento Dandara dos Palmares, no Grupo de Trabalho - GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, onde foi discutida a invisibilidade com que são tratados os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres agricultoras.

Nesse sentido, a sistematização de experiências surge como forte elemento para a valorização do papel das mulheres na agroecologia e da contribuição delas para a construção da agroecologia.

Nessa perspectiva, a sistematização da experiência da roça agroecológica das Mulheres de Dandara, situada no município de Camamu/BA, completou 9 anos em 2008.

A sistematização tem possibilitado levantar e aprofundar reflexões importantes sobre questões fundamentais na caminhada das agricultoras do grupo. Como exemplo, a organização em torno da temática de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, para diminuir a escassez de alimento, principalmente para as crianças, medida fundamental no momento do início do assentamento das famílias na Dandara dos Palmares.

Esse momento proporcionou também uma reflexão sobre os avanços e os desafios dessas mulheres rumo à construção da agroecologia, dentro do contexto da agricultura familiar da região do Baixo Sul da Bahia.

Contexto da experiência

O Projeto de Assentamento Dandara dos Palmares, onde está localizada a experiência, é mais uma consequência de uma crise cíclica da cacauicultura. A região

é formada por restinga, mangues e florestas de Mata Atlântica.

O processo de organização das comunidades ou assentamentos do município de Camamu/BA se dá em torno das associações comunitárias, que são formas de organização jurídica, muitas vezes estimuladas por agentes externos, como políticos locais e bancos de financiamento. Elas são implantadas pela comunidade com o objetivo de possibilitar o acesso a benefícios disponíveis através de políticas públicas.

Em geral, esse processo é encabeçado pelos homens e, muitas vezes, a participação das mulheres nos cargos diretivos é muito frágil. Costumam assumir papel de secretárias, relações públicas, etc. Os cargos como os de presidente, tesoureiro, entre outros, normalmente são exercidos por homens.

O nível de participação das mulheres nas assembleias da associação, onde são tomadas as decisões coletivas, também é muito baixo. Mesmo quando estão presentes, elas têm dificuldades para expor suas opiniões.

Outra forma de organização bastante comum são os mutirões. São grupos constituídos para execução do serviço da roça, que se reúnem normalmente uma ou duas vezes na semana para trabalhar, e cada dia trabalham na roça de um dos componentes do grupo. São muito valorizados localmente, porque aceleram a execução dos serviços e tornam o trabalho mais divertido. Além disso, são importantes espaços de convívio social e troca de conhecimentos.

As estradas de acesso às comunidades, em geral, estão em péssimo estado e não existe transporte regular. Isso dificulta muito a vida de homens e mulheres, tanto para o seu deslocamento como para a comercialização de seus produtos na cidade. Quando existe problema de saúde, o deslocamento para o posto médico é muito difícil, e quase sempre são as mulheres que levam as crianças ao médico. As mulheres têm muita dificuldade de se deslocar para fazer o pré-natal, especialmente nos últimos meses da gravidez, o que se torna um forte desestímulo.

A situação da educação no município segue o padrão do Nordeste do Brasil, com um alto índice de analfabetismo entre os adultos. A educação na zona rural fica somente no Ensino Fundamental I, muitas vezes com classes seriadas, por falta de professores ou de salas de aula.

A região tem abundância de água, porém sua qualidade nem sempre é satisfatória. O relevo acidentado faz com que muitas famílias tenham que andar por ladeiras íngremes para buscar água, o que em geral é feito pelas mulheres.

Os sistemas de produção das famílias são compostos por diversos subsistemas, cujas características podem variar conforme a comunidade. A maioria dos produ-

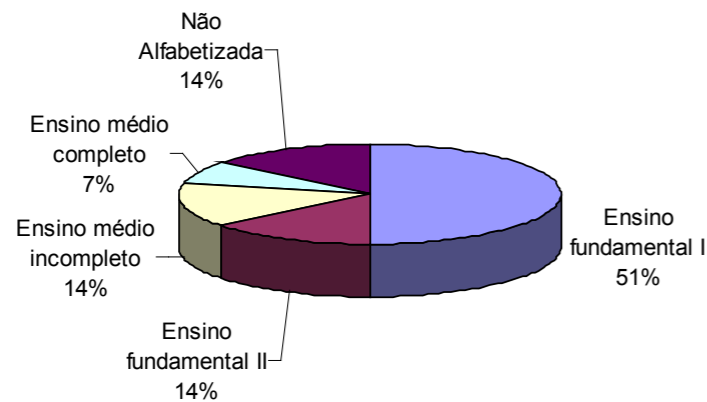
tos – cacau, seringa, cravo, guaraná, entre outros – é direcionada para a comercialização, que é dominada pelo homem, apesar de toda família estar envolvida no processo de produção. E esse nem sempre incorpora uma série de culturas que são valorizadas pelas mulheres. O acesso a recursos como crédito, assistência técnica, entre outros, para o manejo do subsistema, é muito direcionado aos homens pela forma de atuação dos órgãos em atividade na região. As mulheres nem sempre têm o poder de decisão sobre o manejo do sistema, a forma de comercialização do produto e o destino da renda gerada.

Diagnóstico sociocultural

Perfil das mulheres envolvidas na experiência

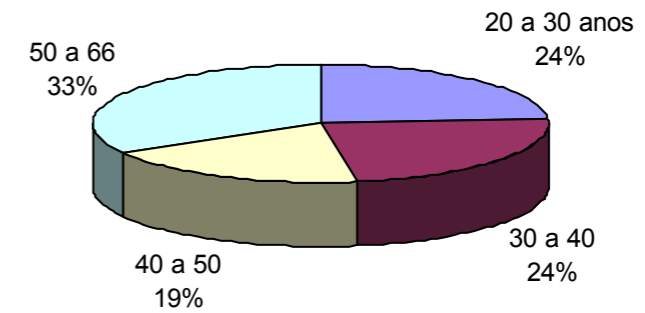
No PA Dandara dos Palmares há um atendimento mínimo, porém precário, à demanda educacional de crianças, jovens e adultos. Não há infraestrutura específica para abrigar uma escola. Para suprir essa carência de espaço físico adequado, o PA Dandara utiliza algumas instalações preexistentes à ocupação e que funcionavam na antiga fazenda, como sede e centro administrativo para o Ensino Fundamental I e a alfabetização de jovens e adultos. O Ensino Fundamental II e o Ensino Médio funcionam na sede do município.

No grupo de mulheres tem aumentado o número de integrantes que retornam à escola ou que estão iniciando o processo de alfabetização no próprio assentamento. O gráfico abaixo mostra a situação educacional das mulheres que participam do grupo.



A faixa etária das mulheres do grupo está distribuída de maneira bastante uniforme, com mulheres jovens, de meia-idade e algumas bem mais idosas. Essa situação dá

ao grupo uma característica bem diversificada na construção da organização.



Um fato importante na dinâmica do grupo de mulheres é a articulação com os jovens do assentamento, no intuito de contribuir para o fortalecimento organizativo da juventude.

O número de filhos é maior entre as mulheres mais velhas.

Número de filhos por família:



A religião predominante no grupo é a Católica e, em segundo lugar, a Evangélica. Todas as mulheres do grupo se consideram negras.

Atualmente, as mulheres colocam que o que mais gostam de fazer no dia-a-dia de agricultoras são os trabalhos desenvolvidos em grupo (mutirão), como o da roça coletiva, do artesanato, do beneficiamento etc. Além de ser um momento para trocarem experiências, se sentem mais estimuladas para trabalhar.

Os trabalhos considerados por elas como os piores são aqueles em que precisam buscar água para serem realizados, pois, devido à falta de distribuição, o transporte de água para abastecer a casa é feito por elas e pelas crianças, com latas, em estradas bastante acidentadas e íngremes.

Metodologia

A primeira etapa para a elaboração foi reunir todo o grupo de mulheres e socializar a proposta da sistematização da roça agroecológica das mulheres do Projeto de Assentamento Dandara dos Palmares.

Após essa etapa, foram feitas oficinas com o grupo, utilizando ferramentas e dinâmicas diversas para coleta de dados como raça, escolaridade, religião, e para conhecer o dia-a-dia das mulheres agricultoras.

O Diagrama de Venn¹ foi utilizado com o objetivo de identificar instituições que têm desenvolvido trabalhos no assentamento e sua respectiva atuação, ou parcerias voltadas para o fortalecimento das discussões sobre gênero e para o próprio fortalecimento do grupo de mulheres, como organização.

Para que as mulheres resgatassem a história do grupo, se usou a linha do tempo, onde foi descrita a trajetória da organização das mulheres, suas principais conquistas, desafios e perspectivas para o futuro do grupo. Como, por exemplo, a conquista da terra para a roça agroecológica, ponto de partida para a formação do grupo de mulheres.

Houve também um resgate das relações de opressões e desigualdade de gênero no processo de construção da proposta, assim como a identificação de formas de violência vivenciadas pelas agricultoras.

¹ O Diagrama de Venn é uma ferramenta de diagnóstico que tem o objetivo de refletir sobre a relação entre instituições da região e o grupo de mulheres abordado nesta sistematização. As instituições são classificadas em círculos de três tamanhos (grande, médio e pequeno), de acordo com o poder de atuação que possuem. A proximidade indica o grau de atuação que a instituição tem dentro do grupo.

Como tudo começou

No início do acampamento, em 1997, as famílias passaram momentos difíceis com a falta de alimentos. As crianças eram as mais atingidas, sofrendo com desnutrição, diarreia e outras doenças, que puderam ser observadas por uma agricultora que, na época, era a líder da Pastoral da Criança.

Então, em 1998, o grupo de mulheres se organizou e pediu para a associação um lote de quatro hectares para poder produzir alimentos em culturas de curto, médio e longo prazos. A estratégia era disponibilizar alimentos principalmente para as crianças, que eram as mais afetadas pela insegurança alimentar.

Em assembleia, em 1999, foi aprovada a doação da área para as mulheres. Com o apoio de alguns companheiros e de algumas entidades, como o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP e a Pastoral da Criança, começaram a trabalhar o roçado.

Como a maioria das famílias do assentamento veio da comunidade da Pimenteira, onde os mutirões são muito comuns, ficou mais fácil organizar a dinâmica do trabalho.

No início o trabalho foi desenvolvido por 20 mulheres. A proposta foi apoiada pela Pastoral da Criança, em 2000, com o projeto de geração de renda através de um fundo rotativo, utilizado para compra de insumos, sementes e ferramentas.

O SASOP, entidade parceira, apoiou dando assessoria na produção do viveiro de mudas de frutíferas e no manejo agroecológico. A roça foi implantada com uma grande diversidade de vegetais: mandioca, aipim, cupuaçu, banana-da-terra, feijão, batata-doce, café, gergelim, milho, abacaxi, urucum, entre outras.

Metade da produção foi vendida, para o grupo pagar o projeto, e a outra metade foi dividida entre as famílias do grupo e entre outras famílias mais necessitadas ou que ajudaram na época da colheita.

Durante o processo de situar todas essas culturas, devido ao trabalho duro, à falta de apoio de alguns maridos, e, principalmente, pelas dificuldades enfrentadas pelo grupo e pela falta de recursos financeiros, algumas mulheres foram desistindo. Mas o trabalho na roça comunitária, em mutirão semanal, não parou.

Na área já havia sido plantado cacau antes, mas já tinha virado capoeira, pelo tempo de abandono. Então, resolveu-se implantar um roçado com o manejo agroflorestal. De início houve certa resistência por parte das companheiras, por não conhecerem esse tipo de manejo.

O viveiro foi implantado para a produção de mudas de frutas, com sementes conseguidas na própria comunidade com o apoio das famílias.

O grupo discutiu sobre as diversas possibilidades de manejo. Foram feitas experiências com queimadas da terra, numa parte, e roçando o mato em outra parte da terra sem queimar, até que as companheiras se convenceram que o melhor manejo era o agroflorestal. O manejo é feito roçando o mato e cobrindo a terra, deixando algumas plantas nativas para protegê-la. Na área existia uma constante presença de formigas cortadeiras, mas o maior desafio, segundo conta uma agricultora, foi convencer as companheiras sobre o manejo com plantas ajudantes, como o comigo-ninguém-pode, roxinho, e com água de mandioca (manipueira). Com o tempo, elas foram acreditando, se convencendo, e o problema foi controlado sem a necessidade de usar veneno.

No começo, sofreram muito com o descrédito por parte dos homens, que não acreditavam que elas iriam dar conta de derrubar o “carrasco”² sozinhas e diziam que não tirariam nem um caroço de feijão da área, por conta das formigas. Porém, o grupo persistiu e atingiu seu objetivo.

A participação das mulheres na Associação Comunitária foi uma luta muito grande. No começo, foi negada a participação, como sócias, principalmente para as mulheres que não eram titulares do lote, não tendo direito a votar e serem votadas. Como a maioria era de homens, poucas participavam das decisões do assentamento. Outro problema verificado por elas era com relação aos benefícios, pois sem a documentação necessária, e isso incluía a ata de participação na associação as mulheres, ficavam atreladas aos maridos na hora de acessar direitos como auxílio maternidade. A sugestão de um grupo de homens era de que as mulheres continuassem sem se associar, usando o argumento que lá não era lugar de mulher. Sendo assim, toda vez que a mulher acessava algum tipo de benefício, o marido exigia a sua parte, alegando que a documentação tinha sido a dele.

Dois anos depois as mulheres conseguiram se associar. Mas, por conta de não obterem dinheiro com a venda dos produtos da roça, as mulheres não pagavam a mensalidade e ficavam inadimplentes, sem direito a votar e serem votadas. Com muita luta junto à associação, o grupo pressionou e conquistou o direito de à família corresponder uma única mensalidade.

² Carrasco – terra degradada, de difícil manejo.

O grupo foi reduzido devido às dificuldades de participação de algumas mulheres, devido à grande quantidade de filhos e de não terem com quem deixá-los, pois a distância da roça é muito grande. E porque outras precisam trabalhar fora (em outra propriedade), para garantir renda para a família. Segundo relatos, algumas também eram desestimuladas e pressionadas pelos companheiros a deixarem o trabalho, alegando não dar resultado e ser perda de tempo.

Em 2001, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento - PDSA, foi feita a medição e definição final da área da roça das mulheres. Esse momento envolveu todo o assentamento para pensar o desenvolvimento da comunidade e quais ações seriam potencializadas pelos assentados e assentadas. A roça também foi estimulada como iniciativa de produção para as famílias, principalmente de alimentos e com avanço da proposta agroecológica.

A construção do plano foi um momento importante para a história do assentamento. A partir da elaboração do Diagnóstico dos Quintais e Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, em 2002, em parceria com o SASOP, a comunidade reforçou a estratégia de produção de alimentos.

Em 2004, a comunidade deu início aos trabalhos, com produção de alimentos nos quintais, criação de pequenos animais, resgate das plantas medicinais através dos remédios caseiros e reeducação alimentar. A dinâmica gerada na comunidade, em torno da construção e resgate do conhecimento sobre os diversos temas, oportunizou principalmente às mulheres do assentamento um processo intenso de mobilização, capacitação, intercâmbios com outras experiências em torno da temática de SAN, tornando-se momento importante para o empoderamento das mulheres.

Durante todo o processo de experimentação dos princípios da agroecologia no manejo da roça, houve várias visitas de intercâmbio de organizações que traziam agricultoras e agricultores para construir o processo de transição agroecológica, em suas propriedades.

É interessante observar a capacidade de multiplicação das práticas agroecológicas e o domínio do manejo dos recursos naturais, demonstrando as vantagens dessa nova maneira de cultivar pelas agricultoras do grupo.

No dia 8 de março de 2005, as mulheres do assentamento foram convocadas para mais um momento de reflexão, sobre o Dia Internacional da Mulher, estimulado por uma liderança que sentia a necessidade de envolver politicamente as mulheres. A data tem sido um momento em que as mulheres do município vêm sempre se reunindo para refletir sobre o papel da mulher na sociedade, contando sempre com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR de Camamu, do SASOP e da Escola Agrícola Margarida Alves - EACM, de Ilhéus.

Foi a partir daí que as mulheres resolveram rearticular as companheiras do assentamento e formar o grupo “Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos”, com o objetivo de criar uma dinâmica de reuniões, encontros e oficinas para discutir diversas temáticas que interessem as mulheres, como, por exemplo, saúde, documentação, gênero, eleição e agroecologia. Esse processo mobilizou 32 mulheres no Assentamento Dandara. O coletivo foi formado por dois subgrupos produtivos, o grupo da roça agroecológica e o grupo de artesanato.

Esse momento se tornou importante para o grupo, por envolver e organizar as mulheres do assentamento através do processo de formação política, promover iniciativas de geração de renda e potencializar a participação das mulheres na experimentação agroecológica.

Com o grupo organizado e sendo referência na comunidade, muitas mulheres foram convidadas para participar de encontros fora da Dandara, tanto para se formarem, quanto para trocarem experiência com outros grupos. Um destaque foi o encontro sobre fortalecimento da organização de mulheres, promovido pelo SOS Corpo, em Recife, onde o grupo recebeu a quantia de R\$ 4.000,00 da fundação FORD, o que proporcionou experimentar a autonomia financeira para decidir em quê e como investir. A experiência serviu também para fortalecer a produção do grupo, com a compra de materiais para o artesanato e equipamentos (facão, enxada, capa de chuva etc.) para o grupo da roça.

A participação das mulheres nas secretarias do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu - STTR está, de certa forma, preenchida pela cota de mulheres exigida. Mas o grande problema é a falta de qualificação para assumirem as diversas secretarias, pois são eleitas e nem sequer conhecem o papel e função que cada secretaria tem. Existem no grupo muitas mulheres associadas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e este teve papel fundamental na formação de algumas lideranças.

Os encontros na comunidade são momentos importantes de capacitação e criação de autonomia para que as mulheres exponham pensamentos, ideias, desabafos e aflições, e essa é a ideia desse espaço. O grupo sente a necessidade das mulheres terem espaço específico para que possam resgatar e reconstruir sua cidadania, como tentou contar a agricultora Del. Quando começamos a falar sobre a autoestima e os maus tratos que as mulheres sofrem... ela ficou quieta, colocou a mão no rosto e chorou, como forma de desabafar alguma angústia!

O grupo entende que é fundamental que a mulher tenha seu próprio espaço para discutir, encaminhar suas demandas específicas e aprender a expor opiniões em público.

A violência psicológica, por exemplo, nem sempre é identificada pela mulher como violência, mas gera muitos resultados negativos na sua vida, como frustração, tristeza, irritação, choro, desânimo, zanga e baixa estima. Um exemplo concreto dessa violência é quando a família trabalha a semana toda e, chegando o dia de vender os produtos, o dinheiro fica só com o homem, que decide sozinho como deve gastar. As mulheres e os filhos não recebem nem um centavo.

As mulheres, em seu processo de construção política, apontam a violência psicológica como um dos principais problemas vividos no dia-a-dia. Para elas esse tipo de violência, além de outras questões, inibe a participação ativa das mulheres nos diversos espaços, por se acharem incapazes e serem sempre tachadas com negatividade. Dentro do processo de reflexão, pouco a pouco aparecem depoimentos sobre algum tipo de violência vivida na família. A violência psicológica é identificada por elas como uma das mais comumente cometidas pelos maridos; e que muitas mulheres não se dão conta de que isso também é uma violência. Algumas formas de violência apontadas por elas:

- Falta de autonomia para decidir o que plantar e como manejar a propriedade;
- Falta de participação no recurso financeiro proveniente da venda da produção familiar;
- Dependência financeira do marido;
- Críticas destrutivas;
- Autoritarismo;
- Sobrecarga de trabalho da mulher.

As mulheres afirmam que foi participando de vários processos, como encontros de trocas de conhecimento agroecológico, viagens de intercâmbio, reuniões, entre outros, que começaram a se desenvolver mais, falar mais, aprender mais. Pois viam outras companheiras que, como elas, já estavam na luta e já tinham superado várias barreiras, tanto a da produção como as das relações com o marido.

*“Nos intercâmbios aprendemos e trocamos muitas experiências.
Cresci muito.”*
(Jacinta)

A partir dessa insatisfação coletiva a respeito da violência psicológica, o grupo tem como proposta apostar nos momentos de reflexão coletiva, para proporcionar condições, nos espaços de discussão, de que seja colocado por cada uma que tem

sofrido algum tipo de violência. E que juntas reflitam sobre as possíveis saídas e enfrentamento para esses problemas.

Há também a preocupação em ampliar o processo de formação política para outras comunidades e, para isso, tem-se construído uma dinâmica entre as comunidades, em torno dessa discussão.

A jornada das mulheres no Assentamento em Serra de Areia, município de Ibirapitanga/BA, em 2007, que reuniu mulheres de dez comunidades de quatro municípios das regiões sul e baixo sul da Bahia, discutiu a valorização da mulher produtiva no processo de reforma agrária.

A dinâmica de intercâmbio a nível comunitário, regional, estadual e nacional, a exemplo do GT de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, da Rede de Mulheres em Remanso, do Quilombo de Conceição das Crioulas, dos Encontros sobre Agroecologia, dos fóruns e feiras, tem sido algo constante para o grupo. E tem tido importante papel na troca de experiências agroecológicas, na articulação entre mulheres e na organização comunitária.

A discussão sobre a geração de renda é colocada como forma de criar autonomia para as mulheres, diante da realidade vivida na unidade familiar, onde os recursos dos produtos vendidos são sempre administrados pelos homens.

O Dia de Campo, promovido pela Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira - CEPLAC, no Assentamento Dandara, onde as mulheres comercializaram frutas, verduras, doces, sucos, geladinho, bolos, beiju, cocada etc, estimulou o processo de beneficiamento e comercialização de produtos que são de maior domínio da mulher, o que gera renda administrada diretamente por elas.

A recomposição da roça, com a entrada de novas mulheres, tem ajudado a dinamizar a produção e a organização, por exemplo, com a venda de produtos in natura e beneficiados para a o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA/CONAB, em parceria com a Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul - AACAF, em 2008. Houve também uma reformulação no regimento interno, com o intuito de orientar as regras de convivência no grupo, organizar, dar transparência na gestão e guiar as decisões coletivas, visando sempre a sustentabilidade do grupo.

O grupo de mulheres vem sentido a necessidade de obter um espaço próprio na área da roça, através da construção de uma Unidade de Beneficiamento e Armazenamento. Pois a roça fica a 3 km da sede do assentamento e, devido à distância, é preciso, todos os dias em que acontece o mutirão, carregar as ferramentas de trabalho, os alimentos, entre outras coisas. A unidade servirá também para guardar a produção, as sementes, proporcionar um pré-beneficiamento de alguns



▲ Horta

Momentos de reflexão do grupo ▼



produtos e abrigar as crianças pequenas, que não podem ficar em casa sozinhas ou que ainda mamam no peito.

Para concretizar a iniciativa, o grupo acessou, em 2008, o fundo rotativo solidário, através do SASOP.

Marcaram o processo

- Desnutrição das crianças no início do assentamento, fato que deu estímulo às mulheres para resolver o problema da falta de alimentos;
- Conquista do roçado coletivo na associação;
- Projeto de geração de renda da Pastoral, que deu apoio inicial para a roça;
- Apoio de instituições como o SASOP e a CEPLAC, que contribuíram com o manejo agroecológico do roçado;
- Queima de uma parte do roçado por companheiras que não acreditavam no manejo agroecológico e achavam difícil executá-lo;
- Disseminação de tecnologias para as roças individuais;
- Herança do trabalho coletivo, que veio da Comunidade da Pimenteira;
- Apoio do presidente da associação para a conquista da terra;
- Críticas dos homens do assentamento às mulheres do grupo, colocando em dúvida a capacidade delas para tocarem a roça e resolverem o ataque das formigas;
- Investimento no controle das formigas, através do uso de recursos locais e plantas, como roxinho e comigo-ninguém-pode;
- Apoio dos esposos na abertura da roça;
- Beneficiamento da mandioca em farinha dificultado, com a ausência de casa de farinha no assentamento, o que as obrigava a transportar a mandioca para outra comunidade;
- Dificuldade de muitas mulheres com filhos pequenos para cuidar da roça coletiva, devido à distância da roça, fazendo com que se afastassem, restando apenas quatro mulheres: Marilene, Del, Jacinta e Lúcia;
- Pagamento do projeto de geração de renda para a Pastoral da Criança;
- Momentos de convivência que proporcionaram o conhecimento sobre o processo de transição agroecológica;

- Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento - PDSA;
- Reorganização e mobilização das mulheres do assentamento;
- Participação em intercâmbios com o SOS Corpo, o que ajudou o grupo a pensar sobre sua identidade.

Contribuições da agroecologia para a vida do grupo

- Valorização do grupo e reconhecimento do papel da mulher;
- Qualidade e diversificação dos alimentos que são consumidos;
- Cultivo com proteção da (preocupação com a) natureza, pois o clima está mudando, a água diminuindo;
- Trabalho com e pelo mesmo objetivo;
- Valorização dos recursos locais;
- Geração e aumento da renda devido à diversificação de produtos;
- Aprendizado para vencer dificuldades coletivamente;
- Produção de adubação orgânica, potencializada através dos intercâmbios.

Obstáculos

- Falta de distribuição de água na agrovila;
- Falta de momentos de lazer;
- Falta da autoidentificação e reconhecimento de seu papel como mulher – baixa estima;
- Superação das diversas formas de violência contra a mulher.

Sonhos

- Concluir a Unidade de Armazenamento e Beneficiamento, na roça agroecológica;
- Aumentar a participação do grupo de mulheres e da consciência sobre a



▲ Assentamento Dandara dos Palmares

- importância do trabalho coletivo;
- Continuar as visitas nas roças individuais e os mutirões para disseminação dos princípios agroecológicos;
 - Apoiar a produção de adubo orgânico;
 - Construir uma horta coletiva;
 - Continuar o processo de capacitação em formação política e direitos das mulheres;
 - Organizar melhor o grupo e resgatar o regimento interno;
 - Ter mais respeito nas relações interpessoais;
 - Melhorar o desenvolvimento/a organização do grupo de artesanato;
 - Concluir espaço para produção de artesanato;
 - Resgatar as companheiras da comunidade que deixaram de participar do grupo;
 - Articular-se com mulheres de outras comunidades para troca de conhecimentos;
 - Fortalecer a geração de renda para as mulheres;
 - Acessar políticas públicas voltadas para mulheres;
 - Participar de espaços de decisão, como a associação, STTR, Território, entre outros.



MMTR-NE - Movimento das Mulheres
Trabalhadoras Rurais do Nordeste

Sistematização de duas experiências de mulheres, em Inhapi - Alagoas

1. O processo de intercâmbio de experiências e a sistematização das experiências das mulheres

A ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, através do seu Grupo de Trabalho de Mulheres, está fazendo uma ação de sistematização do trabalho das mulheres na agroecologia. A sistematização é importante pois, quando estamos envolvidas numa experiência, nos falta tempo para refletir sobre o trabalho que estamos fazendo, porque passamos o tempo todo nas tarefas e na organização do trabalho. Mas, às vezes, é preciso parar para ver por que estamos fazendo essas coisas, se podemos melhorá-las, ganhar mais dinheiro com a atividade, diminuir os custos, dividir melhor as tarefas etc. Para isso, é preciso ver como aconteceu tudo, resgatar a história do grupo: por que começou, como começou, o que a experiência mudou na vida das mulheres. Enfim, parar para ver se é possível melhorar. A sistematização desse trabalho também é útil para que outras mulheres que estão fazendo um trabalho parecido possam refletir sobre os seus grupos e aprendam com a nossa experiência.

Para iniciar esse processo, o GT Mulheres da ANA, em parceria com a ActionAid, fez uma oficina de sistematização de experiências de mulheres, em Afogados da Ingazeira/PE, no mês de março de 2008. Foram 60 mulheres, de 20 organizações femininas ou mistas, representando experiências de agroecologia protagonizadas por mulheres. Primeiro, cada grupo apresentou a sua experiência e refletimos sobre o que cada um deles estava fazendo. Depois, visitamos três experiências de mulheres com agroecologia e também refletimos sobre essas experiências. A partir disso, discutimos quais são as questões que precisam aparecer numa sistematização de experiências de mulheres com agroecologia. Desse encontro, saiu um roteiro para sistematização que foi construído coletivamente pelas mulheres que estavam naquela oficina.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE, fez parte desse processo e decidiu sistematizar os dois projetos de Inhapi. Foi assim que se organizaram dois encontros com as participantes dos dois grupos empreendedores.

2. Contexto da experiência e perfil das mulheres envolvidas

Em Inhapi, pequeno município do Sertão de Alagoas, dois grupos de mulheres estão tomando os seus destinos nas mãos. Elas decidiram que não podiam mais viver só diante do fogão e decidiram que deviam aproveitar o que elas tinham à disposição: leite das vacas, frutas dos sítios, e a sua força de vontade. Foi assim que nasceram dois grupos: o grupo Mãos de Mulheres, que faz doce de leite e prepara a merenda escolar, e o grupo Unidas Somos Mais, que vende polpa de frutas.

O contexto

As mulheres dos grupos vêm de dois sítios de Inhapi: o sítio Baixa do Galo, e o Sítio Chá, situados a alguns quilômetros do centro da cidade.

A cidade foi criada no local onde existia uma aldeia Koiupanká e os indígenas se espalharam pela zona rural do município. Há uma retomada indígena no município, a partir dos movimentos sociais, com recuperação da cultura e da língua. Criaram uma escola diferenciada indígena na comunidade da Baixa do Galo, onde estudam crianças de todo o município. Algumas das mulheres do grupo se reconhecem como indígenas da etnia Koiupanká.

Há uma forte cultura patriarcal no município, onde as mulheres rurais, mesmo as jovens, quase nunca saem de casa, enfrentam a resistência dos pais e maridos ao estudo das mulheres e não têm acesso à renda da lavoura. A escolaridade das mulheres é baixa, pois têm dificuldade de acesso à escola na zona rural, onde só é oferecido ensino até a 4ª série. Para estudarem na cidade, algumas sofrem com a reação dos pais e, depois, dos maridos.

A agricultura do município é de subsistência, com a venda de excedentes, principalmente do feijão. Durante os meses de seca, não há quase oportunidades de trabalho e renda, ocasionando um movimento migratório dos homens para os grandes centros urbanos, como São Paulo. Muitos não voltam, impondo às mulheres a condição de “viúvas de maridos vivos”. Também há dificuldade de acesso à água e problemas de saneamento básico.

O município também se caracteriza pela cultura de muitas fruteiras. Porém, não se tem o hábito de vender o produto. A maioria dá as frutas aos familiares ou amigos, que vêm buscá-las. Uma das razões para essa doação é que, em época de safra, há uma produção que ultrapassa a demanda, o que causa dificuldade de vender a um preço justo e que cubra as despesas de transporte. Dona Maria Janaite, do grupo Unidas Somos Mais, conta que, muitas vezes, os produtores que tentam

vender os seus produtos fora nem mesmo têm o dinheiro para pagar o transporte para trazerem de volta o que não venderam, para os seus sítios.

3. Resgate histórico da experiência

Os dois grupos se iniciaram com o apoio do MMTR, assim como de outras organizações.

A maioria das mulheres que encontramos começou a participar dos grupos de mulheres faz uns três ou quatro anos. Antes, a maioria delas não tinha muita atuação fora da casa e da roça. Inclusive, elas dizem que, antes de participar das reuniões, estavam deprimidas e com pouca autoestima. Uma das razões dessa participação foi para gerar uma renda extra, mas se ouve também que foi para sair de casa e ter outras atividades entre mulheres e para elas mesmas. Antes de entrarem nos grupos já formados em Inhapi, as mulheres da Baixa do Galo começaram se reunindo, e conversando entre si sobre as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de cada uma delas. Nas conversas, cada uma contava sua história.

Maria Clara, mais conhecida como “Maria do Barraco”, disse para as companheiras que elas tinham a necessidade de estarem unidas, para ver uma saída para tantos problemas, e que tinha que ter alguma saída.

Em Inhapi já existia um grupo de mulheres organizado, onde Maria foi convidada a participar de uma reunião. Depois, foi a vez do grupo da Baixa do Galo. Foi após esse encontro que se constituiu um grupo de geração de renda, principalmente para encontrar uma solução quanto ao problema da entressafra, que na região é um período durante o qual as mulheres não têm muito que fazer.

Assim, continuaram participando das reuniões. Sempre que precisava, elas se reuniam. Foi quando viram a necessidade de formarem uma organização, onde pudessem discutir mais os direitos das mulheres trabalhadoras rurais. O grupo de mulheres se reúne uma vez por mês, na sede, e em Maceió para o encontro de coordenação. Entre outras atividades, elas fazem denúncias.

Depois desse contato com as mulheres de Inhapi, as da Baixa do Galo resolveram criar um grupo de mulheres também. Para isso, elas se articularam com a CEA-PA para realizar um encontro de mulheres. Tiverem divergências com a CEAPA e buscaram o apoio e assessoria do MMTR/NE. Uma das primeiras atividades foi uma oficina realizada pela Maria José, do MMTR de Alagoas.

Em seguida, elas começaram a discutir a organização das mulheres e desen-

volveram um projeto para fomentá-la entre as mulheres na região. Depois disso, aconteceu no município um fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DELIS, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, de onde tiraram como encaminhamento realizar um curso de doces para o grupo de mulheres da Baixa do Galo.

É importante ressaltar que as mulheres apontam as oficinas e os cursos como grandes aprendizados para elas, pois esses cursos abriram seus olhos para as suas capacidades, e também sobre as possibilidades que tinham com os produtos locais. Em particular, as mulheres que formam o grupo Unidas Somos Mais, que produzem a polpa de fruta, dizem que, na região, como ninguém estava vendendo polpas, elas nem imaginavam que podiam fazer isso.

Também se ressalta que, para muitas mulheres, apesar de terem conhecimentos técnicos tradicionais, como o de fazer doce de leite, ou doces caseiros, foi necessário um impulso externo, para que valorizassem esses conhecimentos.

O Grupo do Sítio Chá foi constituído depois que Maria Clara, participante do grupo da Baixa do Galo, e muito ativa nos grupos de mulheres, assim como no MMTR, veio falar com elas da experiência com o doce de leite. Isso mostra que é importante dar o exemplo, e que experiências bem-sucedidas devem ser valorizadas e difundidas. Ver uma vizinha conseguir montar um negócio, mesmo de tamanho reduzido, dá mais energia e coragem para iniciar a sua própria experiência.

4. Processo de organização e desenvolvimento da experiência

Grupo de Doce: Mãos de Mulheres

A história

O grupo se iniciou realmente depois que elas fizeram um curso promovido pelo SENAR.

A alimentação, durante o curso, foi na base da contribuição: elas levaram arroz, feijão e outros produtos necessários, mas, para a carne, as mulheres tiveram que juntar dinheiro. Para isso, elas fizeram um rateio e sobraram R\$ 23,00. Depois do curso, 13 mulheres sentaram para conversar e pensarem no que fazer com esse dinheiro. Então elas se lembraram do doce de leite. Das 13 mulheres, dez decidiram formar um grupo para produzir doce de leite, de goiaba e mamão.

A produção

Cada mulher levou panelas e utensílios de casa e, com os R\$ 23,00, compraram leite e açúcar. Depois de algum tempo, elas decidiram fazer uma coleta para comprar um fogão. As mulheres tiveram algum temor de não poderem pagar o fogão, que compraram por parcelas. Mas o negócio deu tão bem que, depois de apenas 30 dias da compra do fogão, elas já tinham dinheiro para comprar mais dez quilos de açúcar e pagar a prestação do fogão.

Elas iniciaram a produção nas suas casas, para seguir produzindo na sede da associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Foi só depois que a associação doou um pedaço de terra para elas construírem seu próprio espaço. Para construir a sede da fábrica de doces, elas fizeram um projeto do Pronaf B¹, em nome de três mulheres, e levantaram o salão, em mutirão. Esse salão ainda precisa ser melhorado.

Elas tiveram uma oficina para definição do preço do produto. Definem o preço a partir da soma dos gastos que elas têm, incluindo as despesas de gás, de material, produtos de limpeza e de manutenção, assim como o valor do trabalho delas. Elas compram o leite produzido pelas mulheres do grupo, quando essas o têm. Mas quando nem as mulheres nem as famílias têm leite, o grupo precisa comprar de outros fornecedores. Elas conseguiram negociar com os três fornecedores um preço fixo de R\$ 0,50, independente da variação do preço de mercado. Mas esse valor também é dependente da temporada, pois, no verão, os preços são mais altos, porque as vacas produzem menos leite.

Elas buscam também comprar os outros produtos – frutas, açúcar etc. – com as mulheres ou em lojas de gente conhecida. A variação dos preços é bem importante e faz uma grande diferença no custo do produto. Integrar essa variação no cálculo do preço é um verdadeiro desafio para o empreendimento.

¹ O Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda de agricultores familiares, remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que residam na propriedade ou em local próximo, não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais; obtenham renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; obtenham renda bruta anual familiar até R\$ 1.500,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

O grupo produz atualmente: doce de leite cremoso, em balinhas e granulado: doce de goiaba, doce de banana e cocada. A produção é feita duas vezes por semana, nas terças e sábados.

A produção dos doces de leite e de frutas é feita por três mulheres. Maria Clara fica responsável pela cocada, porque só ela sabe fazer. Também fica responsável pela busca de novas receitas. Quando têm encomendas extras, as quatro mulheres trabalham juntas.

As mulheres trabalham coletivamente de 8 a 15 horas, no seu próprio local, na Baixa do Galo. A média de produção é de cinco panelas por dia de trabalho. Uma ideia era a de tentar fazer em um dia só os doces produzidos nas terças e sábados. (começando mais cedo e terminando mais tarde). Porém, isso não é possível porque, muitas vezes, as mulheres não têm condição de fazer uma jornada grande de trabalho fora de casa.

A comercialização

A princípio, elas não sabiam como vender. Havia mulheres para fazer os doces, mas não tinha quem comercializasse. Elas não queriam vender de porta em porta, porque tinham vergonha de vender os seus produtos. Foi Maria, que é mais “desenrolada”, quem começou a vender na rua, nas escolas, casas, secretarias etc.

Daí, criaram uma estratégia de comercialização que era vender de porta em porta – nas casas, escolas e comércio local. E escolheram Maria para desempenhar esse papel, pois ela já tinha aptidão para isso. Nenhuma outra mulher se vê desempenhando esse papel.

Atualmente a comercialização dos produtos é feita um dia por semana, nas quintas-feiras. Maria Clara e Maria Aparecida ficam responsáveis por fazer as vendas, indo para as escolas do município, prefeitura, secretarias, posto de saúde e outros lugares públicos. A ideia é vender em lugares onde se pode atingir uma grande quantidade de pessoas, ao mesmo tempo.

No futuro, a vontade é de poder fazer depósitos em lojas, restaurantes, mercados, mas para isso é preciso melhorar a embalagem e o tempo de prateleira dos produtos.

Outro objetivo é o de poderem vender em feiras. E também de aumentar o número de encomendas privadas (sobretudo das bolinhas, que se vendem muito bem por encomenda). Mas precisam melhorar a embalagem das bolinhas em particular, porque são o que vendem de melhor.

A repartição do lucro

No início, elas reinvestiam todo o dinheiro que ganhavam, para comprar matéria-prima. Agora dividem o lucro igualmente, independente dos dias trabalhados, pois algumas mulheres às vezes têm problemas para cumprir seu dia na escala, por causa de doença dos filhos e outros contratemplos. Mas estão percebendo que precisam reinvestir uma parte, pois precisam de mais utensílios.

Esse modo de funcionar e de repartir a renda é bem interessante, pois mostra uma grande solidariedade entre as mulheres e uma forma coletiva de criar um “seguro social”. Elas também falaram que quando uma tem um problema mais grave, ou deve enfrentar uma despesa importante, o grupo todo participa.

A renda gerada até agora ainda é pequena e algumas mulheres desistiram, porque o empreendimento não gerava o rendimento esperado. Algumas sofreram pressão dos maridos por causa disso. Das dez, ficaram quatro mulheres, três na produção e uma na comercialização.

Dificuldades atuais

Elas perceberam que o consumo de doces é maior no verão do que no inverno. Não sabem o motivo, no entanto acham que as pessoas comem mais doces no verão para terem vontade de beber água. Mas desconfiamos também que, no verão, que é a época da safra, as pessoas têm mais dinheiro para comprar doces. Além disso, o fim de ano é um pico nas vendas, pois muita gente que vive no sul do país vem passar as festas em Inhapi. Essas pessoas têm mais dinheiro, assim compram muito doce.

Outra dificuldade na venda do doce é que muitas pessoas não querem comprar, porque fazem dieta ou porque têm diabetes. Mais um limite para a comercialização, no município, é o preconceito que as pessoas têm pelos produtos “do sítio”. Também enfrentam dificuldades técnico-sanitárias.

O maior problema é a falta de embalagem e etiquetagem adequadas para os doces. Já perderam clientes e lojas se recusaram a ter os doces em depósito por causa da falta de etiqueta, e também por falta de uma certificação sanitária. Elas estão num processo de fazer etiquetas indicando claramente a data de produção, assim como a data de validade do produto. Estão também num processo de colocar cerâmica no salão de produção, pois é um requisito da vigilância sanitária. Para essas duas razões, o grupo mandou o projeto, para se beneficiarem do fundo rotativo da ONG Volens, que lhes vai dar R\$ 1.000,00, para a compra de

cerâmica e a impressão de etiquetas com a logomarca do grupo. Essa logomarca permitirá dar maior visibilidade para o grupo.

O segundo problema importante, decorrente do primeiro, é o tempo de prateleira do doce, que é muito pequeno (quatro dias), o que as obriga a vender a produção bastante rápido. O único produto que tem um pouco mais de tempo de prateleira são as balinhas de doce de leite. Uma das ideias é de valorizar esse produto e de lhe dar uma embalagem mais “chamativa”, para poder vender mais.

O grupo da merenda escolar

O grupo da merenda escolar é uma emanção do grupo do doce. Foi fazendo a venda de porta em porta que surgiu a possibilidade de fazer a merenda escolar. A proposta foi feita para Maria, que falou que sim, elas podiam fazer a merenda. Maria sempre conta que, na realidade, elas tinham muita ansiedade e esse foi mais um desafio que aceitaram. No princípio, elas começaram fazendo a merenda só um dia por semana e com um só cardápio. Não tinham certeza de que os meninos gostariam. Mas os meninos gostaram e elas continuaram. Depois foram dois dias por semana, e agora são quatro. O grupo que faz a merenda compreende as mulheres do doce, assim como outras mulheres. São seis, no total. Elas se organizam em turnos de duas mulheres para preparar e servir a comida aos meninos. Elas recebem R\$ 0,18 por aluno matriculado na escola, que fica na cidade.

Para fazer a merenda, tentam comprar produtos orgânicos das agricultoras, para dar melhor qualidade. Elas também compram do comércio local. Uma coisa para ressaltar é que as mulheres conseguiram entrar no “círculo” das merendas escolares, que é um mercado importante para a agricultura familiar. Porém, o grupo enfrenta a dificuldade de não ter existência legal, de não ser formalizado. Assim elas não podem emitir nota fiscal, o que, para mercados públicos, é uma exigência absoluta.

O grupo do Sítio do Chá: Unidas Somos Mais

Foi a partir do grupo do Baixo do Galo que o grupo de Chá iniciou. Esse grupo se formou com a impulsão do MMTR-NE. Ele existe desde abril de 2008 e se constituiu depois que as mulheres participaram de uma formação sobre as polpas de fruta, com o acompanhamento do MMTR-AL.

A região de Inhapi é boa produtora de frutas, embora não tenha mesmo uma tradição de consumo de polpas. O empreendimento das mulheres é o único que vende a polpa

de fruta no município. O que fazem é importante por várias razões: elas vendem um produto regional totalmente natural e saudável, e compram as frutas da região, valorizando a produção fruteira. De um modo geral, o grupo faz um trabalho de valorização da produção local, assim como promove uma alimentação mais saudável.

No início, elas quiseram aproveitar as frutas que não se tinha o costume de vender e se perdiam muito. São frutas para a produção: manga, caju, umbu, graviola, goiaba e acerola. Uma das dificuldades que as mulheres encontraram foi a própria falta de costume de vender as frutas produzidas. Para a maioria da gente do sítio, as frutas que tinham nas suas propriedades eram para dar, não para vender.

Um apoio exterior importante

Rapidamente, o projeto recebeu o apoio da Visão Mundial, que lhes deu recursos para comprar um freezer, a liquidificadora industrial e uma coladeira. De outro lado, um senhor amigo de algumas delas começou a lhes dar frutas. Até agora, a maioria das frutas foram dadas, mas aconteceu que algumas foram compradas, ao preço pedido pelo vendedor. Uma ideia é dar uma ajuda percentual às mulheres que trazem frutas dos seus sítios. Por exemplo, se daria 10% do valor da fruta. Isso poderia ajudar as mulheres e valorizar a sua produção, mas também ajudaria o grupo a tomar em conta o preço real das frutas.

Elas também receberam emprestado um local, que era uma casa de herança. O que significava que elas podiam ser expulsas, a qualquer momento, se a casa fosse vendida. Para evitar isso, elas procuraram e encontraram outro lugar, para implantar a sede do grupo e produzir. Outra vez foi uma doação de um terreno. Juntando os lucros que elas tiveram com a venda de polpa desde abril de 2008, conseguiram construir a sede do grupo e já começaram a produzir nela. Mas ainda falta colocar cerâmica nas paredes e no piso.

A organização

No grupo são 15 mulheres, que se reúnem a cada terceiro sábado do mês, pela tarde. Tem uma coordenadora, uma vice-coordenadora e uma tesoureira. Essas funções são decididas por votação entre todas as mulheres do grupo. Como o grupo é novo, ainda não foi decidido o prazo de duração para esses cargos.

A coordenadora tem como papel de fazer o enlace entre o grupo e o exterior. Não lhe cabe tomar todas as decisões, mas facilitar o bom funcionamento do grupo, assegurar que as mulheres possam se expressar, que as decisões sejam toma-

das. A vice-coordenadora é uma mulher que vive no sítio e que articula as outras mulheres quando a coordenadora não pode ir ou fazer essa tarefa.

A tesoureira é responsável por receber o dinheiro e pelos detalhes das finanças. O grupo não abriu conta bancária ainda porque é preciso muito dinheiro só para abrir a conta, e as mulheres preferem guardá-lo para fazer os investimentos.

Para tomar as decisões, todas se juntam e dão as suas opiniões. A decisão é coletiva.

A produção

A produção está dividida em três grupos de cinco mulheres, que trabalham nas terças, quintas e sábados. Elas anotam a produção do dia, as mulheres presentes e quanto foi produzido. Têm uma fiscalização das presenças nas reuniões e nos dias de produção e comercialização.

Tem mulheres que trazem as frutas, outras que fazem a polpa. Mas todas fazem um pouco de tudo. Depende do momento e das oportunidades.

O grupo fiscaliza quem participa mais, ou menos, para poder distribuir o dinheiro em função da participação.

Processo de produção

1. Escolher as frutas;
2. Lavar com cloro;
3. Descascar as frutas;
4. Colocar na despoldadeira;
5. Coar a polpa;
6. Colocar nas bolsinhas;
7. Colocar no freezer.

A comercialização

As mulheres comercializam nas lojas de Inhapi e também para particulares, fazendo venda de porta em porta. A Visão Mundial também compra para consumo na sede, assim como durante os eventos organizados pela ONG. Também vendem para familiares. As vendas acontecem quando têm disponibilidade de um grupo de mulheres para essa tarefa.

O objetivo também é de poder vender durante eventos no município, na prefeitura, na merenda escolar etc.

A repartição do lucro

Até hoje, o grupo só dividiu os benefícios entre as sócias uma vez. Quase tudo foi reinvestido no empreendimento. Agora, as mulheres vão se beneficiar de um apoio do fundo rotativo da Volens, como o grupo da Baixa do Galo. Com esse fundo elas vão comprar outro freezer. A possibilidade de produzir e guardar mais polpa dá esperança de poder vender mais. O objetivo seria de poder dividir o dinheiro mês sim, mês não, guardando uma parte para reinvestimento ou reembolso de empréstimo, também em meses alternados. A médio prazo, querem poder, além de dividir entre as sócias e devolver o dinheiro ao fundo, ter uma sobra para investir na cerâmica do local de produção. A longo prazo a meta seria de poder, a cada mês, ter sobras para dividir entre as sócias, mas também para fazer os investimentos necessários.

Os problemas e dificuldades

Como para a maioria dos grupos de mulheres que ainda estão informais, o problema para comercializar em lugares oficiais, como órgãos municipais, escolas, lojas etc, é que precisa haver uma garantia de produção o ano todo, e também poder emitir nota fiscal. Duas coisas que as mulheres do Unidas Somos Mais ainda não podem garantir.

Outro problema nas vendas é a conservação das polpas. Os locais de comércio onde as mulheres querem deixar as polpas têm que ter condições de manter a polpa congelada, o que não é sempre o caso.

5. Mudanças na vida das mulheres: conquistas e dificuldades

A primeira coisa que se pode dizer é que as mulheres dos dois grupos encontram muita felicidade em se reunir. Elas estão muito contentes de passarem o dia trabalhando no grupo. Achem também que aprendem muito (por exemplo, elas não sabiam o que era polpa de fruta, e já sabem). Agora elas têm muita motivação para continuar participando do projeto, porque é divertido, mas também porque mudou a vida delas. Elas querem desenvolvê-lo mais.

Outra mudança que veio com os projetos foi a autoestima das mulheres. Elas eram pessoas deprimidas; hoje aquelas tímidas já falam, dão entrevista, perderam a timidez e não tiveram depressão nunca mais. Elas também se deram conta, com as reuniões, de que podiam se defender, que eram capazes de coisas, e que também podiam valorizar o sítio. Começaram a acreditar no seu potencial.

Hoje estão realizando seus sonhos, conquistando seus espaços, e algumas já estão concluindo seus estudos, pensando no futuro.

Algumas mulheres que estão nos grupos têm certas dificuldades com as tarefas domésticas (fazer almoço para marido e filhos, arrumar os meninos para o colégio). Antigamente era pior, pois elas ainda tinham que colocar a comida nos pratos dos maridos. Conversaram sobre isso no grupo e reforçaram a importância dos maridos colaborarem, servindo sua própria comida. Hoje algumas mulheres saem de casa depois de fazerem as tarefas domésticas e só voltam no fim do trabalho.

Mesmo aquelas que continuaram sofrendo pressão dos maridos para saírem do grupo, já identificam essa pressão como violência e discutem-na de forma coletiva, no grupo.

Também mudou a questão da renda. Antes dos projetos, elas estavam completamente dependentes dos pais ou dos maridos. Agora já têm o seu dinheiro, que dá para comprar as suas coisas ou fazer estudos.

Há uma preocupação do grupo de que a renda das mulheres sirva para a autonomia delas, mesmo que tenham que contribuir para a renda familiar nos períodos de seca. Mas é fundamental que elas usem esse dinheiro para comprarem aquilo que querem, no período das águas.

A renda delas é pequena, mas tem sido importante para as mulheres comprarem as “suas coisas”, como roupas e calçados para elas e para os filhos, e para voltarem a estudar. Uma delas conseguiu custear a volta aos estudos, terminou o Ensino Fundamental contra a vontade do marido, e se formou em agente de saúde. Hoje ela até saiu do grupo para trabalhar como agente de saúde, mas reconhece que foi através do grupo de doces que ela se formou e conseguiu emprego.

Outra coisa que mudou para elas é que aprenderam que podiam plantar para vender. Antes, na região, as pessoas dos sítios só plantavam para comer, e raramente vendiam a sua produção. Agora já valorizam a produção delas e, em vez de plantar um canteiro, plantam dois. Um para consumir, outro para vender.

6. Identificação de temas que surgiram a partir dessas conquistas, temas para aprofundamento e desenvolvimento de formas de superação

As temáticas levantadas pelas mulheres, durante as entrevistas, estão descritas a seguir.

Elas ressaltaram que participar dos grupos produtivos lhes deu mais autoestima e orgulho, e que também puderam entender melhor qual era o seu papel na sociedade. Fazer uma atividade coletiva também lhes deu muita felicidade, pois antes elas tinham mais o costume de ter atividades individuais. Os nomes dados aos empreendimentos mostram bem essa felicidade: Unidas Somos Mais.

Eles puderam valorizar a produção das suas roças, assim como da agricultura orgânica. Produzir doces e polpas de boa qualidade, com o que elas tinham nos seus sítios, foi uma grande vitória também.

Esse trabalho lhes permitiu alcançar mais autonomia, graças à renda que está sendo gerada.

7. As expectativas para o futuro

Entre as duas visitas a Inhapi, os grupos evoluíram bastante. Algumas coisas que as mulheres queriam para o seu futuro já aconteceram, como encontrar dinheiro para poderem construir o salão do grupo Unidas Somos Mais. Também já puderam comprar o freezer e ter um material melhor. Elas já conseguiram fazer etiquetas e bolsas, assim como outro salão.

O mesmo aconteceu com as mulheres dos doces: conseguiram melhorar o salão e vão ter dinheiro para colocar cerâmica e fazer uma logomarca, para poderem ter uma imagem do grupo.

Elas também querem conseguir melhorar o trabalho do doce, porque têm mais controle sobre ele (mais do que com as merendas). Melhorando e aumentando a produção, elas poderiam ter mais dinheiro. Para isso, já diversificaram a produção e conseguiram encontrar um jeito de vender diferente.

Ainda tem outras coisas que elas sonham poder alcançar, como desenvolver a merenda noutras escolas e estimular mais pessoas a plantarem na roça, para poderem vender parte da produção. Ou encontrar uma maneira de plantar hortaliças,



▲ Merenda Escolar

Grupos de mulheres ▼



para não terem mais que comprar nas feiras, e possuírem mais cisternas para armazenar água para o ano todo.

Algumas também sonham com melhorar e terminar os seus estudos, ou ver os seus filhos na faculdade, terem uma vida digna e continuarem na sua terra, lutando, trabalhando, tirando o sustento de sua família com dignidade e qualidade de vida.



MST-MA - Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra

Sistematização de experiência sobre as quebradeiras de coco babaçu da Vila Diamante

Maria Ecicleude do N. Almeida
José Osman Silvino Santos

Contextualização

A experiência com as quebradeiras de coco babaçu se desenvolve na comunidade Vila Diamante, que é uma agrovila do Assentamento Diamante Negro Jutai. Está localizada a quatro quilômetros da sede do município de Igarapé do Meio/MA, em uma região na baixada maranhense em que a vegetação predominante é a mata dos cocais, mais precisamente os babaçuais. Assim sendo, apresenta um grande potencial para produtos derivados da palmeira do coco babaçu, a exemplo do mesocarpo¹, do óleo, da torta do babaçu², do carvão e outros.

É difícil precisar quando a atividade de quebradeira de coco começou, pois a história das mulheres pobres da baixada maranhense se mistura com a exploração do babaçu. Desde cedo, elas aprendem um ofício que é passado de mãe para filha: o de quebradeira de coco. No Maranhão, cerca de 300 mil pessoas vivem da extração do coco do babaçu, e 90% são mulheres. É um trabalho árduo, que reflete em pouca renda para as famílias, mas de fundamental importância para muitas delas, pois pode representar cerca de 60% ou mais da renda familiar.

¹ Uma farinha amilácea usada para produzir bolos, biscoitos e outros alimentos.

² Resíduo da produção do óleo do babaçu, muito usado no preparo de ração para animais.

A quebra do coco babaçu ainda hoje é associada à pobreza, mas essa tendência vem aos poucos se modificando, graças a ações de Organizações Não-Governamentais - ONGs, que têm realizado trabalhos de acompanhamento junto às quebradeiras de coco. Graças a esse trabalho, as quebradeiras de coco têm se organizado e conquistado as pequenas fábricas, onde elas passaram a beneficiar o coco. Extraem dele o mesocarpo, que é um ótimo alimento, e o óleo, que pode ser usado na culinária ou como matéria-prima na fabricação de sabonete e na produção de cosméticos como: hidratante, óleo corporal e batom. Deixando, assim, de simplesmente vender as amêndoas para atravessadores, que depois as entregavam para as indústrias beneficiadoras.

Na comunidade Vila Diamante, a atividade de quebra do coco babaçu vem desde muito tempo. Antes da ocupação da terra, as mulheres já realizavam essa atividade nas comunidades onde moravam. Depois de virem para o assentamento e quando já haviam conquistado terra, continuaram desenvolvendo a atividade de quebradeira de coco.

Existe, por parte de muitas mulheres, uma vergonha de se identificarem como quebradeiras de coco, porque é um trabalho pouco valorizado.

A partir do encontro promovido pela ActionAid, a coordenação do MST se reuniu com as mulheres da comunidade e técnicos agrícolas, para debater sobre o tipo de sistematização a ser utilizada.

A partir desta reunião, dois técnicos definiram uma proposta, modificada e aprovada em nova reunião. Os tópicos estabelecidos foram:

- Como dar visibilidade ao trabalho, nas condições locais, e à organização;
- Quais recursos, instrumentos e tecnologias seriam utilizados.

A coleta de informações e o acompanhamento do projeto são feitos por uma equipe técnica. Vale ressaltar que essa equipe é formada por jovens do assentamento. Ecicleude, técnica responsável pelo acompanhamento dos resultados, é filha de assentados.

Surgimento do grupo das quebradeiras de coco babaçu da Vila Diamante

Há muito tempo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST do Maranhão buscava uma forma de auxiliar as quebradeiras de coco da Vila Dia-



▲ Produção da torta do babaçu

▼ Produção do óleo babaçu



mante, por conhecer como era penoso o trabalho e a pouca renda gerada por ele, uma vez que as quebradeiras quebravam o coco babaçu e vendiam as amêndoas para atravessadores por um preço irrisório. Da quebra do coco, as mulheres conseguiam uma pouca renda monetária, com a venda das amêndoas, e uma renda não monetária com a produção do carvão, que é feito da casca do coco. E, às vezes, com a extração do azeite (óleo). Então, por meio de um convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, através do projeto Centro Irradiador do Manejo da Agrobiodiversidade - CIMA, se conseguiu recursos para a implantação de uma Minifábrica de Beneficiamento do Coco Babaçu, possibilitando que as mulheres extraíssem do coco babaçu o maior número possível de produtos e subprodutos. A partir da instalação da minifábrica, as mulheres começaram a se organizar para conduzir o funcionamento da unidade beneficiadora.

Então as mulheres, que durante muito tempo estiveram alheias às decisões tomadas referentes à comunidade, à medida que começaram a se organizar passaram a ser personagens importantes na condução da comunidade. Um fato que demonstra essa participação das mulheres é com relação à derrubada de palmeiras de babaçu dentro do assentamento. As mulheres convocaram algumas reuniões para discutir sobre o assunto, chegando, em uma dessas reuniões, a pedir que um assentado tomasse uma providência referente à derrubada de palmeiras no lote dele, que estava sendo feita por um agricultor a quem ele tinha cedido um pedaço do lote, para que esse agricultor fizesse sua roça.



MIQCB - Movimento Interestadual
das Quebradeiras de Coco Babaçu

A

As mulheres e a agroecologia Uma experiência em Angelim - Luzilândia

Experiência desenvolvida pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, na regional do Piauí

Roça orgânica do assentamento Angelim, Luzilândia - PI

A comunidade de Angelim fica localizada no município de Luzilândia, a 14 km da sede do município, onde moram 21 famílias que desenvolvem seus trabalhos na roça e pequenos trabalhos artesanais e de pesca.

A experiência da roça orgânica começou no ano de 2006, quando o MIQCB decidiu desenvolver uma experiência-piloto de produção orgânica em uma de suas regionais. A Regional do Piauí fez uma discussão e decidiu que ela seria desenvolvida na comunidade Angelim. Inicialmente a experiência contou com 20 famílias, no entanto algumas desistiram, permanecendo à frente do trabalho 12 famílias. Elas desenvolvem a experiência em uma área de dez hectares. Dividiram a área, para facilitar o trabalho, e cada família cuida de um hectare, fazendo um rodízio. Num período eles trabalham meio hectare, depois o outro, mas desenvolvendo um trabalho permanente na área.

A metodologia foi definida pela coordenação do MIQCB e a assessoria técnica regional.

Foram utilizados dados já obtidos através de relatórios e documentos produzidos anteriormente.

A coleta de informações sobre a experiência das mulheres, bem como a articulação das reuniões, foi feita por uma consultora do MIQCB, Maria Luiza, que analisou:

- Os produtos cultivados na roça orgânica;

- Os benefícios da roça orgânica;
- Dificuldades encontradas pelas mulheres.

O acompanhamento, após a implementação da roça orgânica, é feito por assessores do Centro de Educação Popular Esperantinense - CEPS, através de parceria com o MIQCB.

Não há assessoria de técnicos do Movimento nas experiências. Essa foi uma das dificuldades apontadas pelas mulheres.

A participação das mulheres é efetiva, estando elas sempre à frente. Mesmo quando os maridos não podem contribuir, o trabalho não deixa de ser desenvolvido. São, no total, 12 mulheres. Um elemento interessante é a participação de toda a família. As crianças, desde cedo, já demonstram interesse pela produção da roça orgânica, e isso faz com que despertem a consciência ecológica.

Um dos grandes desafios para o grupo foi o período inicial da derrubada. Tendo em vista que a mata era muito grande, esse fato causou a desistência de algumas famílias, o que prejudicou, pois a área, que era prevista para 20 famílias, ficou reduzida a 12. O primeiro ano foi o mais desafiador, pois o período da derrubada não coincidiu com o período da folhagem e não contribuiu para a formação da cobertura morta.

Outro elemento prejudicial foi a detecção de um capim nocivo ao plantio. Ele se desenvolveu de forma tão rápida que não teve como controlá-lo do período do plantio para a etapa da primeira capina. Isso levou um certo tempo e contribuiu para evolução do referido capim.

Mais um elemento prejudicial, no primeiro ano, foi que, no período do plantio, as chuvas cessaram, gerando algumas perdas.

As dificuldades apresentadas pelas mulheres foram:

- Área grande para o pequeno número de famílias;
- Desistências de algumas famílias;
- Período longo entre o plantio e a capina;
- Falta de acompanhamento técnico no momento crucial;
- Necessidade de queimar, no primeiro ano;

- Descaso do governo para a experiência, através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Benefícios de se trabalhar a roça orgânica, segundo as mulheres:

- O fato de se estar cuidando da terra, que é escassa;
- Não usar agrotóxico;
- Comer um produto que sabemos que é puro;
- Sentimento de alívio de saber da possibilidade de se trabalhar na terra, sem prejudicá-la;
- Produzir alimentos que vão contribuir para nossa boa saúde;
- A certeza de se comer um produto seguro, produzido por nós;
- A alegria de podermos expandir esta experiência para outros.

“Atualmente produzimos melancia, feijão, arroz, milho, mandioca e outros produtos. Produzimos para nós e nossa família, e comemos felizes, por sabermos que estamos comendo um produto de qualidade, plantado em nossa terra e livre de agrotóxico.”

As mulheres e a organização do grupo

Um elemento essencial, neste trabalho desenvolvido com a experiência da roça orgânica, é a organização das mulheres, pois elas começam a perceber o quanto é importante se fortalecerem, através do desenvolvimento de seus trabalhos.

Algumas já conseguem se desprender de suas atividades diárias e saem em busca de novos conhecimentos, por meio de cursos de capacitação.

Com o trabalho desenvolvido através da experiência agroecológica, as mudanças na comunidade de Angelim fornecem uma alternativa, no jeito de novo de plantar. Mas as mulheres começam a perceber o quanto pode se ampliar o papel delas, dentro da própria comunidade.



▲ Produtos cultivados na roça orgânica

Produtos cultivados na roça orgânica ▼



As mudanças de hábito, do jeito de intervir e se expressar, e a possibilidade de uma mudança nas próprias relações dentro da comunidade começam a ser percebidas no dia-a-dia das mulheres.

“Cultivar a roça orgânica é preservar a vida de todos que dependem da terra e das plantas para viverem.”



CTA - Centro de Tecnologias
Alternativas da Zona da Mata



mercado solidário de Divino/MG: A comercialização de produtos agroecológicos segundo as mulheres

Ana Beatriz Machado Cordeiro¹
Auxiliadora Aparecida Feital²
Elisabeth Maria Cardoso³
Gilvânia Domiciano de Amorim⁴
Renata Vilhetes de Amorim⁵

O Início

A experiência do “Mercado Solidário de Divino” iniciou-se em 2003, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divino completou 15 anos. O mercado foi aberto cheio de produtos, na maioria, das mulheres. Para articular isso, a Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Divino fez várias reuniões para

¹ Estudante de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa, estagiária do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.

² Pedagoga – UFV, integrante da equipe técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.

³ Engenheira Agrônoma – UFRRJ, integrante da equipe técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.

⁴ Estudante de Agroecologia – Escola Latino Americana de Agroecologia/UFPR, integrante da Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Divino.

⁵ Agricultora Familiar, integrante da Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Divino.

organizar quem iria colocar as coisas no mercado. Para começar, procuraram conhecer outra experiência, o “Mercado do Agricultor”, da Associação de Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais - APAT, que comercializa produtos também.

Antes do mercado solidário, o espaço, ao lado do Sindicato, foi aberto para a venda de calcário e sementes, através da Associação dos Pequenos Agricultores de Divino e Orizânia. A partir dessa experiência é que veio a necessidade da associação abrir um mercado para que os agricultores e agricultoras pudessem vender seus produtos.

Os agricultores e as agricultoras se animaram, no início, mais as agricultoras do que os agricultores. *Um grupo ficou responsável por manter o mercado, cada um com determinados produtos, porém poucos conseguiram fazer isso*, conta Vitalina, agricultora familiar e fornecedora do mercado, que se preocupava em não deixar o mercado sem bananas, produto que pelo qual ela e seu marido ficaram responsáveis. Boa parte das(os) fornecedoras(es) do mercado não era sócias(os) da associação. O mercado não pagava luz, nem água e nem aluguel. O sindicato cedeu o local e pagava as despesas.

“Decidimos: vamos organizar! Daí ficou a coisa mais linda, porém só deu prejuízo.”

(Lúcia, agricultora familiar e fornecedora do mercado)

A Experiência

No princípio, o trabalho no mercadinho era voluntário, as pessoas ficavam atendendo no mercado um dia por semana e se revezavam. No começo era um pouco mais organizado, tudo era anotado e faziam prestação de contas, no final do mês. Tinha mês em que não ganhavam nada, mas, quando ganhavam, ficavam satisfeitas.

As fornecedoras e os fornecedores levavam as mercadorias, que eram anotadas, e recebiam depois pelo vendido. Muitas vezes aconteciam trocas no mercado mesmo; deixavam um produto para vender e levavam outro que estivessem precisando. Os produtos eram livres de agrotóxicos.

Os produtos que não eram vendidos ou ficavam perdidos (estragados), não eram pagos. No início eles não faziam muita conta das perdas, pois perdiam em casa, mesmo, mas depois foi ficando complicado.

Quando ocorriam os revezamentos, o controle dos produtos era feito com uma ficha-cadastro. Ficavam para a associação, para pagar os custos do mercadinho, 20% do valor vendido de produtos não perecíveis e 10% dos perecíveis. Porém,

tinha a perda, que acabava diminuindo o valor do lucro. Mas o funcionamento do mercadinho sempre foi complicado; e as trocas constantes de funcionárias(os) ajudavam a piorar ainda mais o controle. Uma produtora relata:

“As coisas já não estavam bem, e colocaram alguém que não tinha experiência, daí ajudou a fracassar. Nós, da associação e do sindicato, não tínhamos tempo de ajudar. Ninguém se preocupava com o pagamento da funcionária, muito menos em cobrar organização e fechamento do caixa.”

Em março de 2004, uma funcionária conta que começou a trabalhar no mercado, e uma das tarefas era fazer também “calda viçosa” para vender para as(os) agricultoras(es) pulverizarem o café. Nos meses de outubro e novembro, vendia-se muita calda, segurando o orçamento para o ano todo. Rendia uns R\$ 2.000,00 nesses meses, e nos outros meses não passava de R\$ 200,00.

“A calda viçosa que vendíamos para os produtores é que mantinha o mercado. Os produtos das produtoras não dava lucro, nem rendimento. 50% das vendas era calda viçosa e 30% do álcool de cereal.”

Uma funcionária relata que era cobrada a anotar a chegada dos produtos e as saídas, além do fechamento do caixa. Daí, as coisas caminharam melhor, porém cada pessoa que participava do rodízio anotava de um jeito.

Por três meses, a funcionária assumiu o controle do aluguel do trator da associação, e ela ganhava pela associação, pois o mercado não conseguia manter o salário dela. Depois tiveram outra funcionária fixa, que anotava nas fichas das(os) produtoras(es) as entradas, mas tinha dias em que ela não abria o mercado, assim perdiam muitos produtos dentro do mercado fechado.

Com a constante mudança de funcionárias(os), a falta de motivação e a falta de um responsável pelo pagamento, se desorganizaram as contas do mercado e os rendimentos. A última funcionária recebia a partir das vendas dos produtos. Assim, quando entrava dinheiro no caixa, ia tirando para ela, sem um controle certo e acompanhamento. No final do mês, ela tinha o seu dinheiro, porém muitas(os) fornecedoras(es) não recebiam. Era para serem retirados de 10% a 20% das vendas para o pagamento da funcionária, mas não havia um controle.

A associação e o sindicato tiveram que pensar em outra maneira de pagar a funcionária. Uma alternativa foram as duplas de medicina alternativa. Combinaram

que as duplas que atendiam no sindicato é que iriam pagar a funcionária, mas as consultas também diminuíram, quase não dando para pagar os custos da própria dupla, para os atendimentos. Uma funcionária ficou sem receber por dois meses, e foi o sindicato que pagou.

A situação era a seguinte: o controle dos produtos era feito em cadernos, muitas vezes esquecidos em casa ou perdidos. Assim, as anotações eram muitas vezes feitas em guardanapos, gerando dificuldade de controle; os produtos eram vendidos, porém as(os) fornecedoras(es) chegavam e não tinha dinheiro para pagá-las(os). Muitos fornecedores somente entregavam os produtos e iam embora, não participavam de reuniões ou na ajuda para organizar o mercado. Não existia propaganda para o mercado, de nenhuma forma (rádio, jornal, folheto), mesmo precisando, por funcionar em uma rua de pouco movimento. Resultado: em julho de 2008, o Mercado Solidário de Divino fechou.

O fechamento do mercado foi uma decisão do sindicato e da associação, devido à falta de organização administrativa e da produção, além da ilegalidade em que ele funcionava. O sindicato ficou preocupado, pois, em junho, a fiscalização do Ministério do Trabalho estava batendo nas portas. Tiveram orientação do advogado, que avisou para colocarem, pelo menos, uma faixa dizendo o que era o mercado e sua intenção. Pretendiam fechar por um mês para organizar melhor essas coisas. Mas foi se arrastando a situação e, até o fim de 2008, o mercado ainda estava fechado.

O Mercado das Mulheres

Os produtos vendidos no Mercado Solidário eram, na maioria, produtos fornecidos por mulheres: banana, fubá, amendoim, artesanato (boneca de palha, crochê, ímã de geladeira, bucha para cabelo), licores, doces, broas, caçarola, quibe, verduras, legumes, frutas da época, sabão, semente de girassol, mandioca, quiabo, ovos, feijão, milho verde, limão e cipó-cravo.

A maioria dos produtos era sobras da horta, do pomar, e artesanatos, que as mulheres cultivavam ou faziam em casa. A renda mensal dependia muito do que levavam. As rendas variavam nas faixas de 10 a 20 reais por mês, de 40 a 80 reais e, no máximo, de 100 a 120 reais por mês. A intenção da comissão de mulheres, com o mercado, era ajudar as mulheres a saírem do campo e mostrarem o que sabiam fazer, trazendo seus produtos e artesanatos para o mercado.

“É uma necessidade das mulheres de antes e de hoje. Tem mulher que trabalha com agroindústria e artesanato, mas ninguém

conhece. Nas casas das mulheres tem pilhas de artesanatos e bordados, que poderia ser complemento de renda, além de exposto e valorizado o trabalho.”

A maioria das fornecedoras eram mulheres e, segundo elas, os homens dão “o grosso do rendimento”, e as mulheres dão “o complemento”, o dinheiro extra. As mulheres se preocupam com as hortas, ovos, galinhas, elas cuidam do complemento alimentar e de renda.

As fornecedoras relataram que, no princípio do mercado, tinha a valorização das pessoas, das(os) produtoras(es), mas deixaram isso acabar. O mercado é importante e sua localização ajuda, pois o ele fica próximo de uma das entradas/saídas da cidade, o que facilita a chegada das pessoas, para comprar lembranças e presentes. As mulheres não sabiam que o trabalho delas era valorizado, só quando acabou é que perceberam isso. Os clientes perguntavam no sindicato onde poderiam encontrar aqueles produtos que o mercado vendia. Com o fechamento do mercado, acabaram desvalorizando o que os outros valorizavam.

“Tinha as coisas em casa, e não sabia onde apresentar. Eu vendia na rua os doces. Daí eu falava que tinha no mercadinho. Agora eles perguntam onde que acham meus doces”, relata Lúcia.

Agora as ex-funcionárias e fornecedoras sabem que é até mais fácil, pois, se faltar algo, é possível ligar e encomendar os produtos. Antes era difícil a comunicação com as(os) produtoras(es), dificultando a reposição dos produtos.

Assim, as mulheres acham que vale a pena vender no mercado, pois ali elas expunham seus produtos, vendiam o que poderiam perder em casa. Algumas mulheres, por não poderem sair de casa, achavam facilidade de expor no mercado. Além de fazerem trocas, pois compravam coisas para a casa, sendo também uma forma de complementar a renda da família. Porém elas argumentam que só valeria a pena se tivessem retorno. Da forma como funcionou, não é viável.

A renda adquirida pelas mulheres através da venda no mercado era gasta com coisas para a casa. Compravam produtos do mercado mesmo, ajudavam no orçamento da casa, como na luz ou o que precisasse, além de algumas comprarem material para a produção do artesanato.

As fornecedoras de banana agora vendem para mercados e uma fábrica de doces, mas, no geral, sem o mercado, os fornecedores vendem seus produtos na rua, de casa em casa, e na feira. Algumas vendem para os vizinhos, ou dão para outros e

para a criação. Na feira, a melhor demanda é para ovos caipiras, galinhas e frangos. Vender verduras na feira não é bom, pois já tem muita verdura. Selma, agricultora familiar e fornecedora do mercado, conta que diminuiu sua horta e agora só vende na feira as frutas e quitanda - como são chamados na Zona da Mata os bolos, biscoitos, pão de queijo e broas - que têm muita saída e são produtos diferenciados, na feira.

Uma sócia da associação comenta que comprava os produtos do mercado, principalmente os frasquinhos da homeopatia, que hoje fazem muita falta. Agora ela tem que comprar em outro município ou encomendar. Ela acha que o mercadinho era muito positivo.

As mulheres constataam que o verdadeiro significado e importância do mercado era que poderiam aproveitar para vender as coisas que sobravam em casa, além de ter um preço mais em conta, na hora de comprar. Era também a única maneira, na cidade, de divulgar o artesanato delas, pois os turistas não têm muita opção para comprar lembranças da cidade de Divino. Assim, para o artesanato era uma bom ponto de venda, pela sua localização perto da rodoviária e entrada da cidade. No mercado elas podiam colocar o que elas faziam; mesmo que não vendessem, pelo menos expunham para as pessoas verem.

O mercado foi bom para o desenvolvimento das mulheres, dando maior visibilidade para o trabalho delas, e contribuindo na troca de conhecimento entre as fornecedoras. Elas passaram a se organizar para levar coisas para as feiras de economia solidária, em Viçosa e Belo Horizonte, que davam um retorno maior. A autoestima também melhorou, passaram a ter acesso a mais cursos, aumentou a participação na comissão de mulheres, participavam mais da política. Elas também aumentaram a capacidade de diversificar a produção na propriedade, como um todo.

Na questão da comercialização, no mercado não existiam diferenças entre homens e mulheres. O café, por exemplo, que em Divino é sempre negociado por homens, no Mercado Solidário as mulheres é que negociavam. O maior benefício era a geração de renda para as mulheres, pois é difícil as mulheres terem uma renda delas. Vitalina comenta que, muitas vezes, as mulheres pedem dinheiro para os maridos, e eles não dão. E, tendo o dinheiro delas, elas podem comprar seu esmalte, brinquinhos, coisas para elas, de que os maridos não entendem a importância.

“O mercado significa muita coisa, é o lugar que nós temos para participar e colocar as coisinhas da gente.”

(Renilda, agricultora familiar e fornecedora do mercado)

Os problemas mais citados eram a dificuldade de pagar uma funcionária, a falta de organização das vendas, falta de divulgação e administração. Além de o mercado

ficar muito fechado. A diretoria da associação, que tomava a maioria das decisões, não fazia reuniões com os fornecedores, faltando assim organização dos fornecedores. As ex-funcionárias citaram que gostariam de terem tido maior atenção para orientações e cobranças. Faltava, no início, estrutura para manter os produtos bem acondicionados; as verduras ficavam em baldes com água. Os fornecedores não queriam produtos nas prateleiras, queriam vender logo e ganhar muito.

Problemas estruturais importantes, embora pouco citados, foram a falta de capital de giro para fazer circular as mercadorias, a falta de sede própria (usavam a sede do sindicato), a falta de dinheiro para pagar luz e água (pagas pelo sindicato), além de não terem lideranças capacitadas para trabalharem com o projeto.

A falta de recursos para propaganda era uma dificuldade, porém ficavam também com receio de fazer propaganda, pois muitas vezes faltavam produtos.

“Como anunciar ovos caipiras, se chega lá e não tem?”

(Ex-funcionária do mercado)

Na opinião de fornecedores, ex-funcionárias(os) e consumidores, além dos problemas citados existem muitos outros motivos para o fechamento do mercado, como o não aproveitamento das coisas boas (balcão, freezer, balança); falta de desempenho da diretoria para reunir os fornecedores; a falta de organização dos fornecedores, que não procuravam saber o motivo dos prejuízos e não procuravam fornecer produtos novos. Ocorriam muitas perdas de produtos e falta de produtos. Os consumidores chegavam para comprar e, muitas vezes, não tinha o produto. Mas o que mais entristeceu as mulheres foi não terem sido consultadas sobre o fechamento do mercado.

“Para abrir, fez um monte de reunião. E depois, para fechar, simplesmente fechou, sem fazer nenhuma reunião e explicação do motivo real.”

(Fornecedora e integrante da comissão de mulheres)

Gerlúcia, ex-funcionária do mercado e ex-presidente da associação, complementa, dizendo:

“Falta alguma coisa com o ser humano, de não querer, de não abrir mão de certas coisas, de se dedicar. Falta um pouco mesmo de solidariedade. Se pensar só no lucro, não continua.”

Sobre uma possível reabertura do mercado, as mulheres estão animadas e acham

que tem potencial, porém estão esbarrando na organização e nas mesmas demandas anteriores. Aqui temos algumas opiniões das fornecedoras entrevistadas, sobre isso:

“Acho que temos como reabrir o mercado, pois eu não estou dando conta de vender todo o artesanato, e tem lugar para todo mundo.”

“Temos ideias para crescer, como a medicina alternativa.”

“Como colocar uma pessoa aqui, se não temos como sustentá-la? Pensamos em revezar, mas temos que fazer reunião pra organizar isso.”

Nas entrevistas, foi perguntado “O que deveria ser diferente, no funcionamento do mercado?”. Para uma reabertura mais sólida, as mulheres acreditam que:

- Deve haver maior divulgação do mercado, para os consumidores saberem o que é vendido, tipo panfletagem, divulgação no rádio e na rua.
- Devem expor os produtos em outras feiras, como as de Economia Solidária, para vender mais produtos e conseguir recursos.
- Deve ter uma pessoa para organizar o mercado, que trabalhe mesmo pelo projeto, e não pensando apenas em lucro. Ou ter revezamentos organizados entre as(os) produtoras(es).
- O mercado deve ficar aberto o dia todo, abrindo nos horários que os mercados normais abrem, fazendo um revezamento na hora do almoço.
- Deve-se organizar a produção e estabelecer direitos e deveres dos fornecedores, como: a família que ficar responsável pelo produto deve ficar atenta, para não deixar faltar o produto no mercado.
- Ouvir as ideias das(os) produtoras(es) também, pois, senão, não irá funcionar direito.
- Ter melhor administração, com cadernos de entradas e saídas, e reservar o dinheiro para pagar às(aos) fornecedoras(es) corretamente.
- A relação produtor/consumidor deve ser mais estreita; trabalhar com consumidores conscientes e criar cestas de produtos para serem oferecidas.

A Comissão de Mulheres e o Mercado

A Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Divino, no início, antes da criação do mercado, se reunia todo mês e fazia reuniões nas comunidades. A demanda era grande, tinham muita coisa para organizar e trabalhar, como a saúde, documentação das mulheres, auxílio-maternidade e carteira de trabalho. Essas reuniões atingiam a zona rural, e era um tempo em que o movimento das mulheres foi muito forte. Depois da criação do mercado, houve muitos cursos para as mulheres promovidos pela Comissão de Mulheres.

Hoje elas se reúnem de dois em dois meses e, na opinião das entrevistadas, além do trabalho da medicina alternativa, para ajudar na questão da saúde, a comissão precisa saber o que as mulheres estão precisando e como trabalhar com elas. De atividade mais concreta, a comissão está discutindo o estatuto da Casa do Artesão e da Artesã, espaço de venda de artesanatos que foi uma conquista do Território da Serra do Brigadeiro, por demanda do sindicato. Sendo que a administração foi passada para a Comissão de Mulheres, mas ainda existem muitos problemas quanto à organização desse espaço, e há muitas dúvidas sobre como ele irá funcionar.

As lideranças da Comissão de Mulheres relataram que têm dificuldades de organização, pois as mulheres ligadas aos movimentos da Igreja Católica e da Comissão de Mulheres parecem que acham que já sabem tudo o que tinham para aprender. As integrantes da comissão acham que hoje deveria ser mais fácil reunir as mulheres, pois elas podem sair mais de casa. Mas estão com dificuldades na mobilização das mulheres e não tem um grupo hoje que pudesse cuidar do mercadinho e da documentação do sindicato.

A Violência Contra a Mulher

Uma questão importante levantada na sistematização e discutida pelas mulheres foi a violência contra a mulher. Para as mulheres de Divino, violência contra as mulheres é tudo aquilo que ofende a dignidade da mulher, não deixa elas seguirem seu próprio caminho. É todo tipo de imposição, é achar que a mulher não tem direito de sair, é não reconhecer o seu valor e o seu trabalho, e todo tipo de machismo. A violência se expressa de muitos jeitos, como na forma diferenciada de pagar menos pelo trabalho da mulher. E através da violência moral, da opressão física e psicológica; e também no impedimento da mulher participar de espaços sociais, como lazer, sindicato, movimento e outros. Existe ainda um tipo de violência silenciosa, que é aquela que a própria mulher faz a ela mesma, não se permitindo várias coisas por causa do machismo. Quando a própria mulher não sofre com isso, são outras mulheres da família que são reprimidas, como a filha que quer morar fora, estudar, crescer, e a mãe acha que isso não é correto para uma mulher.

Alguns casos de violência contra as mulheres foram citados pelas entrevistadas:

- Tem uma família que eles tem três filhos, televisão e rádio, ela trabalha com ele e, quando chega em casa, só ele pode assistir a TV, só ele ouve rádio.
- Um outro que se aproveitava da licença-maternidade para poder arrumar as coisas. Falou que precisava arrumar mais um filho, para comprar a geladeira. Já tinha comprado fogão a gás, enfeitado a bicicleta dele, e talvez a mulher dele estava lá, precisando de coisas pra ela.
- A mulher trabalhava a semana inteira, e depois o homem chegava e falava que tinha feito um monte de coisa, e não considerava o que a mulher tinha feito.
- Dentro de um projeto de corte e costura, há uma mulher que, cada vez que vai fazer alguma coisa, riscar um molde, ela fala que não consegue porque é burra. Aí, quando você pergunta o porquê, ela fala que o marido dela, fulano de tal, falou que ela é burra, e ela é assim e não consegue nada. E não adianta a gente falar. Ela colocou isso na cabeça e pronto! Quer dizer, o poder de manipulação dele é tão grande sobre ela que, mesmo longe, ela não consegue fazer nada, não produz nada.
- Tem uma mulher que tudo que ela faz para juntar um dinheiro, o marido vai e pega para ele, não deixa comprar coisas para ela.
- Para a maioria das mulheres aqui, no café, por exemplo, a mulher está totalmente incluída, mas, na hora da comercialização, ela não participa.

A Sistematização da Experiência

A partir da sistematização, ficou claro que o Mercado Solidário de Divino tem grande importância para as mulheres, pois é uma das únicas fontes de renda dessas mulheres. Ficou claro também que elas se sentiram desvalorizadas com o fechamento do mercado e ficaram magoadas por não ter havido uma reunião com as mulheres, para tomar essa decisão.

A sistematização dessa experiência, para as mulheres de Divino, foi essencial para um resgate e avaliação da história do mercado. A partir dos encontros e dinâmicas, foi possível encontrar algumas soluções e reanimar as mulheres, verificando e valorizando sua atuação no mercado e fomentando uma nova organização das mulheres, mais solidificada e segura. Como disse uma das integrantes da comissão:

“Precisamos ver a história toda pra trás. Não dá para começar agora e deixar o passado para trás. Não é difícil fuçar nesta história.”

O processo de sistematização também provocou a reflexão dessas questões por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Pequenos Agricultores de Divino e Orizânia. E, reunidos com a Comissão de Mulheres, reconheceram que o Mercado Solidário é um espaço pequeno, mas de grande importância para as agricultoras e agricultores familiares de Divino. O resultado é que, no dia 5 de janeiro de 2009, o Mercado Solidário foi reaberto, com o apoio do Sindicato. Ainda com muitos problemas estruturais e organizacionais, mas agora com o reconhecimento da importância dele para a comercialização dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária.

O Perfil das Mulheres

As mulheres de Divino que participaram da sistematização são artesãs e trabalhadoras rurais, que planejam o tempo a partir das demandas do trabalho em casa, na roça e na igreja.

- As mulheres que participaram da sistematização têm idades entre 18 e 22 anos, 32 e 36 anos, 41 e 48 anos, e 52 a e 78 anos.
- As mulheres entrevistadas com menos de 36 anos têm pelo menos o 2º grau completo; metade delas já cursou ou está cursando o ensino superior. Das que têm mais de 41 anos, 80% cursaram no máximo até a 4ª série do primeiro grau.
- Participaram da sistematização 6,25% de negras, 37,50% de pardas, 37,50% de brancas, 12,50% de morenas e 6,25% de puris, todas da religião católica, sendo uma somente sem religião.
- Apenas duas mulheres não participam de nenhum movimento. As outras participam dos seguintes movimentos: Comissão de Mulheres, Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Divino - STR, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Grupo de Mulheres e Associação de Mulheres na Comunidade.
- 72% são trabalhadoras rurais e 28% são aposentadas.
- 68,75% são proprietárias de terra. Em 90% dos casos, a terra está no nome do marido e apenas 10% no nome da mulher. Há 10% que não são proprietárias de terra e trabalham como meeiras.
- 70% das mulheres de Divino que participaram da sistematização usam tecnologias de comunicação, sendo telefone, computador e celular, na



▲ Entrevistas realizadas para a sistematização

A equipe de entrevistadoras: agricultoras e estagiárias do CTA ▼



maioria. E 30% não usam nenhuma tecnologia de comunicação.



MOC - Movimento de
Organização Comunitária

Mulheres do semiárido baiano geram renda com beneficiamento da mandioca

Gisleide do Carmo
Lourena Cruz

Nas comunidades de Nova Esperança e Licuri, no município de Ichu, na Bahia, vivem cerca de 230 famílias que sobrevivem das plantações de milho, feijão e mandioca; da criação de animais de pequeno porte, como ovelhas, cabras, porcos e galinhas; e de diárias (dia de trabalho realizado em propriedades de outras famílias). A maioria dos homens vai para as grandes cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho, deixando mulher e filhos.

Pela falta de alternativa de trabalho no município, a Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus, assessorada pelo Movimento de Organização Comunitária - MOC, mobilizou boa parte das mulheres, jovens e adultas, a buscar uma atividade que gerasse renda. Porém, elas logo encontraram muitos desafios. A maioria tinha pouca ou nenhuma quantidade de terra para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e muitas jovens, ao concluir o Ensino Médio, saíam em busca do sonho de trabalhar na cidade grande.

Diante disso, a alternativa encontrada foi desenvolver uma atividade em grupo e de natureza não agrícola, mas valorizando o potencial regional, como o beneficiamento da mandioca, a partir da produção de bolos e sequilhos. No início, não havia local para produzir e nem recursos para comprar os equipamentos e utensílios necessários. As mulheres contavam apenas com a parceria de agricultores e agricultoras familiares locais para o fornecimento da mandioca.

Uma das integrantes do grupo e coordenadora do núcleo de Nova Esperança, Janne Magally, é quem conta que a Associação Comunitária mobilizou as jovens para as primeiras reuniões que deram origem à formação do grupo. A saída foi desenvolver iniciativas em grupos para geração de trabalho e renda, iniciativas

colaborativas, com todas unindo-se para gerar resultados. Foi assim que nasceu o grupo que escolheram chamar de Sabor da Terra.

O grupo teve início com uma unidade produtiva na Comunidade de Nova Esperança, envolvendo 11 jovens que trabalham com beneficiamento da mandioca, que é toda processada de forma natural, com produtos cultivados pela agricultura familiar, sem uso de conservantes. Janne acredita que o beneficiamento da mandioca valoriza a potencialidade regional e da comunidade.

Outra integrante do grupo, Lidiane Pinheiro, lembra que, logo no começo, enfrentaram vários desafios, pois não tinham um lugar para produção e nem como adquirir equipamentos e utensílios. As dificuldades enfrentadas na comunidade, algumas vezes na própria família e no grupo, marcaram a iniciativa dessas mulheres, muitas delas mães, esposas e donas de casa.

Hoje, elas dispõem de equipamentos adequados, espaço físico, produção em quantidade e com qualidade, parceria com a comunidade e assessoria técnica, além participarem do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

A participante Ana Gelice relembra que as melhorias começaram a surgir a partir de 2006. A Associação apresentou uma proposta para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, e através do PAA o grupo passou a fornecer bolos, sequilhos, polpas e hortaliças. Um ano depois, a proposta foi renovada, aumentando de 11 para 14 o número de mulheres, e foi criada a unidade produtiva da comunidade de Licuri, envolvendo mais 12 pessoas, entre participantes jovens e adultas.

Atualmente, as 26 mulheres têm uma produção total de 3.480 quilos por mês de bolo de tapioca, bolo de farinha, bolo de puba, bolo de aipim e sequilhos de goma. As produtoras recebem aproximadamente 350 reais por mês com a venda dos seus produtos para o PAA e para o mercado tradicional. Raquele Araújo, que há cinco anos faz parte do grupo, se sente realizada por estar nesta atividade, pois não precisa sair da comunidade para ter o seu dinheiro.

Em 2007, as mulheres fundaram a Cooperativa de Serviço, Produção e Comercialização Padre Leopoldo Garcia - COOPERAGIL, para facilitar a comercialização dos produtos. Lucicleide, a diretora financeira da cooperativa, diz que a próxima luta será fornecer produtos para a alimentação escolar no próprio município.

Ana Maria, também do grupo e diretora financeira da associação, relata que as atividades produtivas são desenvolvidas de modo coletivo, que as mulheres interagem entre si, tornando-se uma grande família. Dessa forma, cultivam a



▲ Grupo de produção de bolos e sequilhos

Grupo de produção de bolos e sequilhos ▼



solidariedade dentro do trabalho, o que lhes permite melhorar as suas vidas. Todas as ações do grupo são promovidas também buscando envolver toda a comunidade e aumentar o seu bem-estar.

A melhoria de vida dessas mulheres e de suas famílias cresce a cada conquista. Elas apontam que, após começarem a fabricar os produtos, puderam investir mais na alimentação e na educação da família. Sabem também da importância de serem reconhecidas e valorizadas, participando hoje ativamente dos espaços de agroecologia e de economia solidária.

Anexo

Roteiro Metodológico

1. Escolha da experiência

1.1 Definição do foco temático/objetividade:

Tema: gênero, agroecologia, participação política ou social
Sujeitos: família e/ou EES

1.2 Etapas:

1. Visita de campo
2. Coleta de dados (possíveis instrumentos):

- (1) Documentos escritos (atas, relatórios, boletins etc.);
- (2) Histórias de vida;
- (3) Entrevistas em profundidade;
- (4) Observação participante;
- (5) Participação observante;
- (6) Marco zero;
- (7) Desenho propriedade.

2. Estabelecer relações entre os elementos

- 2.1 Relacionar tecnologias com as mudanças/melhoras;
- 2.2 Ex: Tema gerador (água). Relacionar com os demais:

- Tecnologias;

- Participação;
- Segurança alimentar nutricional;
- Renda;
- Comunidade.
- Outros.

3. Análise, síntese, interpretação

Considerando os principais elementos da sistematização – histórico, família, lições, superações, desafios, problemas, causas, possíveis caminhos.

4. Devolução das sistematizações

Objetivando contribuir para a apropriação dos sujeitos.



CONVIVER - Associação
Conviver no Sertão

A venda de produtos à CONAB¹, via PAA: a experiência das mulheres de Mirandiba

Mirandiba, localizada no semiárido pernambucano, é um município novo, criado em 1958 a partir do desmembramento de São José do Belmonte. A zona rural concentra cerca de 60% dos 13.523 habitantes (IBGE, 2007).

A falta de água é um dos maiores problemas do município. E, na zona rural, os problemas de acesso à água são ainda mais graves. Açudes, barreiros, poços, cisternas e cacimbas são as infraestruturas que atendem às principais necessidades das pessoas e dos animais, porém se apresentam em quantidades insuficientes e não estão presentes em todas as comunidades. A agricultura de sequeiro, dependente das chuvas, domina amplamente. Porém, a irregularidade em Mirandiba, como em todo o Sertão, é a marca principal das precipitações. A primeira chuva pode ocorrer no início de dezembro e a segunda, uma semana ou dois meses depois. Desta forma, é difícil para os agricultores planejarem suas atividades agrícolas.

Conviver

Na perspectiva da convivência com o semiárido, inicia-se, com o apoio da ASP-TA e a Conviver, ONG cuja história está inserida em um processo mais longo de organização social e comunitária em Mirandiba – a partir dos anos 80, quando

¹ Companhia Nacional de Abastecimento

a formação das comunidades eclesiais de base surgiram e atuaram em prol de novas ideias e questionamentos sobre as relações de poder estabelecidas no município. A partir desse movimento, as comunidades começaram a se reunir e procurar soluções para os problemas enfrentados, com o apoio da Igreja. Nesse período, surgiram várias lideranças que hoje fazem parte da Conviver, sejam como sócios(as), diretores(as) ou membros da equipe técnica.

A Conviver foi fundada em setembro de 2001 por agricultores(as) familiares e técnicos de Mirandiba, trabalhando para o desenvolvimento local, integral e sustentável no semiárido com base nas experiências locais e de convivência. Os(as) principais beneficiários(as) são os(as) agricultores(as) familiares. A organização busca o desenvolvimento local sustentável, não somente do ponto de vista econômico, mas também nos aspectos sociais, políticos e culturais. Faz uso de uma metodologia participativa, onde os temas e as medidas adotadas nas comunidades trabalhadas são escolhidos em função da aptidão e do potencial local.

O Fórum de Mulheres de Mirandiba

O Fórum de Mulheres de Mirandiba nasce com a missão de levar informações para as mulheres na zona rural. Atua em várias temáticas, como gênero, saúde, projetos produtivos e racismo, entre outras. Acredita que as mulheres podem e devem melhorar suas vidas. Busca sempre envolver em suas discussões a questão da geração de renda, por entender que é uma forma de autonomia das mulheres. O Fórum hoje é composto por sete coordenadoras e congrega cerca de 130 mulheres de várias comunidades do município. Essas mulheres veem na venda de seus produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, via PAA, uma esperança de melhoria de vida. A partir de um projeto de monitoria das políticas públicas da ActionAid, já aconteceram várias reuniões e debates com os grupos de mulheres, sendo um deles acerca da participação feminina na venda dos produtos para a CONAB. O Fórum de Mulheres sistematizou algumas dessas informações apresentadas a seguir.

Razões para as mulheres participarem ativamente desse processo

Como aconteceu a participação no PAA

A notícia do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, chegou aos agricultores de Mirandiba por intermédio dos técnicos da Conviver, quando estes participa-

vam de uma capacitação para processamento de polpa de frutas promovido pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA². No curso, algumas pessoas comentaram estar vendendo polpa de frutas para a CONAB. Era exatamente o que o grupo de agricultores assessorados pela entidade estava procurando para superar as dificuldades na comercialização de cerca de 300 kg de polpa de frutas. Imediatamente, os técnicos da Conviver entraram em contato com representantes da CONAB em Recife para saber informações sobre o PAA. Depois da conversa, soube-se que as polpas poderiam ser compradas por meio do mecanismo de compra antecipada e que era necessária a intermediação financeira ocorrer através de uma associação formalmente regularizada. Ao saberem mais sobre o PAA, as exigências e as possibilidades, os técnicos da Conviver concluíram que outros produtos poderiam ser comercializados, além da polpa. Num diálogo com os agricultores assistidos pela entidade, foi feito um levantamento dos produtos que já eram plantados, como macaxeira, abóbora, coentro, alface, e alguns outros, que poderiam ser incluídos no projeto de comercialização com a CONAB, como beterraba, pimentão e berinjela. Entre os agricultores, o programa ficou conhecido por “Projeto CONAB”.

A participação da Conviver e das comunidades no PAA se deu a partir de parcerias entre instâncias de governo (federal/estadual/municipal) e entre governo e sociedade civil (ONGs, cooperativas etc.). O PAA atua no âmbito da política agrária e da segurança alimentar. Além de incentivar a agricultura familiar, por meio da remuneração adequada baseada em preços diferenciados³, introduz a garantia de compra do produto do agricultor. A compra é associada à destinação dos alimentos para programas de segurança alimentar e nutricional (alimentação escolar, entidades assistenciais e distribuição de cestas básicas) e também para recompor estoques de produtos da cesta básica.

O papel da mulher na agroecologia

- Experiência atual de cultivar sem agrotóxico;
- Melhor organização entre grupos de trabalho;
- Participação ativa.

² É uma organização não governamental sediada em Juazeiro, na Bahia <<http://www.irpaa.org/>>.

³ Ao ter preços de venda, taxas de juros e prazos de pagamento específicos para o consumidor da agricultura familiar, essa política se caracteriza como uma política pública diferenciada.

Biofertilizante para pulverizar frutas e verduras

Composição:

- Rapadura;
- Marmeleiro;
- Rumem de boi;
- Esterco de bode;
- Pó de rocha;
- Capins, palha de cana, vargem de algaroba etc;
- Água;
- Deixar curtir por 25 dias. Após esse período, aplicar nas hortaliças e fruteiras.

Outras observações

- Participação em grupos de danças;
- Participação em bandas comunitárias;
- Outras mulheres querendo participar;
- A sistematização foi uma experiência, experiência de mulheres agroecológica;
- Os homens não demonstraram preocupação pelo fato de as mulheres aumentarem sua carga horária.

Como aconteceu a participação no PAA

A notícia do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA chegou aos agricultores de Mirandiba por intermédio dos técnicos da Conviver, quando estes participavam de uma Capacitação para processamento de polpa de frutas promovido pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA. No curso, algumas pessoas comentaram estar vendendo produtos, polpa de frutas, para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Era exatamente o que o grupo de agricultores assessorados pela entidade estava procurando para superar as dificuldades na comercialização de cerca de 300 kg de polpa de frutas. Imediatamente os técnicos da Conviver entraram em contato com representantes da CONAB em Recife para saber informações sobre o PAA. Depois da conversa, soube-se que

as polpas poderiam ser compradas por meio do mecanismo de Compra Antecipada e era necessária a intermediação financeira ocorrer através de uma associação formalmente regularizada. Ao saberem mais sobre o PAA, as exigências e as possibilidades, os técnicos da Conviver chegaram à conclusão que outros produtos poderiam ser comercializados, além da polpa. Numa conversa com os agricultores assistidos pela entidade, foi feito um levantamento dos produtos que já eram plantados, como macaxeira, abóbora, coentro e alface mais alguns que poderiam ser incluídos no projeto de comercialização com a CONAB, como beterraba, pimentão e berinjela. Entre os agricultores o Programa ficou conhecido por “Projeto CONAB”.

A participação da Conviver e das comunidades no PAA se deu a partir de parcerias entre instâncias de governo (federal/estadual/municipal) e entre governo e sociedade civil (ONGs, cooperativas etc.). O PAA atua no âmbito da política agrária e da segurança alimentar. Além de incentivar a agricultura familiar, por meio da remuneração adequada baseada em preços diferenciados⁴, introduz a garantia de compra do produto do agricultor. A compra é associada à destinação dos alimentos para programas de Segurança Alimentar e Nutricional (alimentação escolar, entidades assistenciais e distribuição de cestas básicas) e também para recompor estoques de produtos da cesta básica.

- O primeiro projeto enviado à CONAB foi iniciado em 2005, e contou com a participação de 82 famílias de agricultores. Todo o processo foi assessorado pela CONVIVER, e gerenciado pela associação da comunidade de Feijão.
- Em 2006, o segundo projeto envolveu 205 famílias.
- Já o terceiro projeto foi realizado em 2007/2008, com um aumento significativo para 393 famílias envolvidas e crescimento da participação das mulheres para 50%.

⁴ Ao ter preços de venda, taxas de juros e prazos de pagamento específicos para o consumidor da agricultura familiar, essa política se caracteriza como uma política pública diferenciada.

Experiência de Dona Cambraia, uma das mulheres que vende seus produtos para a CONAB

Quem é Dona Cambraia e o que ela faz?

Dona Maria Cambraia de Sá é solteira, agricultora, tem 50 anos e é natural de Triunfo/PE. Mora com seu companheiro há muitos anos e teve sete filhos, dois homens e cinco mulheres. Atualmente mora no Feijão, comunidade quilombola na zona rural. Mas, também tem residência na zona urbana – onde seus filhos moram e estudam, e outros trabalham. Todo o dinheiro que dona Cambraia tem, vem da agricultura. Sua plantação é bastante diversificada.

Se autodefine como sendo da raça negra, de religião católica. Frequentou a escola até a 2ª série do Ensino Fundamental. Também é sócia do sindicato rural, participa da Associação da Comunidade do Feijão e do Fórum de Mulheres e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Mirandiba, tendo participado de vários encontros promovidos por essas organizações. Como também participou das oficinas do PAA, em Mirandiba, promovidas pela ActionAid.

- Na roça onde planta, dona Cambraia faz de tudo. Até para cozinhar, ela cozinha embaixo de uma árvore. E só vai para casa à tardinha. Ela trabalhou muitos anos de meeira (tudo o que colhia no roçado era dividido com o dono do terreno). Trabalhou durante 18 longos anos, e conseguiu ainda uma casinha, vendendo a parte do que lhe cabia na produção que era dividida. Até que entrou na associação e, a partir daí, tudo começou a mudar na vida de dona Cambraia. Novos horizontes foram surgindo na sua vida.
- Ela diz: *“Sofri bastante, pois tudo que eu plantava tinha que dividir pelo contado. Hoje isso mudou bastante, pois tudo que planto não preciso mais dividir com ninguém”*.

O que mudou na vida de Dona Cambraia

Depois que dona Cambraia começou a fazer parte da associação, começou a ver que as coisas estavam melhorando. Começou a tomar decisões em relação às formas de plantio, como plantar, quando plantar, não mais se preocupou em dividir sua colheita e, a partir daquele momento, ela se libertou. Pois surgiam novas perspectivas na sua vida, novos planejamentos de vida e de trabalho foram aparecendo e ela, muito esperta, foi segurando da forma que lhe convinha e obedecendo

às regras que o projeto exigia, como também discordando, quando era o caso..

Hoje ela é dona do seu pedacinho de terra, que mede aproximadamente sete hectares, dentro de uma área de quilombo. E, então, ela pode agora fazer seus investimentos dentro dessa área.

Dificuldades que podemos encontrar no projeto

- Podemos perceber que o espaço para estocar a produção das(os) agricultoras(os) é pequeno (câmara fria) e, não tendo esse espaço, na maioria das vezes há perdas na produção de polpas.
- Para escoar a produção para outras cidades, no caso, se usa o caminhão frigorífico (baú frio). Isso, para o projeto PAA, não mais representa uma dificuldade maior, pois as prefeituras vêm buscar essa produção, que será distribuída para a merenda escolar.
- Também podemos perceber algumas dificuldades no entendimento dos agricultores, que muitas vezes não obedecem o calendário de entrega.

Há quanto tempo o projeto existe

O projeto foi iniciado em 2005, com a inscrição de 82 famílias, e com um valor de R\$ 2.500,00 por família/ano. Em 2006/2007 aumentou para 205 famílias, como também teve um aumento nos recursos por agricultor para R\$ 3.500,00. Em 2007/2008 cresceu para 393 famílias, observando-se também que 50% são mulheres. Mas o valor continuou o mesmo, de R\$ 3.500,00 por agricultor cadastrado. Hoje existe a discussão de ampliação do valor para R\$ 4.500,00.

Que melhorias o projeto trouxe na vida das mulheres?

Mudou bastante, pois elas tiveram acesso ao projeto, sem rejeição, e participam ativamente nas tomadas de decisões. Também melhorou bastante a sua alimentação etc. Só que, na vida das mulheres, houve uma sobrecarga de trabalho. Elas precisam dividir o tempo com as tarefas dentro de sua casa.

Carga horária do trabalho das mulheres

- A sobrecarga de trabalho na vida das mulheres é bastante visível. Só que algumas mulheres acham que é normal, e outras fazem a divisão de tarefas dentro da família porque entendem que as tarefas têm que ser divididas. Dona Cambraia, por exemplo, antes de fazer parte da associação e adquirir seu pedacinho de terra, não via de fato essa sobrecarga de trabalho, e hoje ela já está percebendo.

Resumo de produção de D. Cambraia em 2008

Produto	Quantidade (kg)	Preço (kg)	Total (R\$)
Abóbora	611,10	R\$ 0,70	427,77
Berinjela	296,60	R\$ 1,40	415,24
Beterraba	229,70	R\$ 1,05	241,19
Coentro	10,50	R\$ 1,60	16,80
Pimentão	186,20	R\$ 1,65	307,23
Polpa	516,52	R\$ 3,80	1.962,78
Total Geral			R\$ 3.371,00

Produto	Quantidade (kg)	Preço (kg)	Total (R\$)
Abóbora	125,50	R\$ 0,68	85,34
Berinjela	299,00	R\$ 1,35	403,65
Beterraba	52,00	R\$ 1,00	52,00
Coentro	49,70	R\$ 1,49	74,05
Macaxeira	170,00	R\$ 0,61	103,70
Pimentão	84,00	R\$ 1,56	131,04
Polpa	736,61	R\$ 3,60	2.651,81
Total geral			R\$ 3.501,60



▲ Dona Cambraia





▲ Dona Cambraia





 COMSEF - Comunidade
Semeando o Futuro

7 História da Associação das Artesãs e da Apasca

A Comunidade Semeando o Futuro – COMSEF, em parceria com a ActionAid, apoia desde 2001, através do Projeto Transformar, associações comunitárias e produtivas no município de Orobó, agreste setentrional de Pernambuco, a aproximadamente 118 km da capital.

A Associação das Artesãs recebe o apoio prestado pela COMSEF, tendo sido fundada em 1989, e reativada em 1997. Na atualidade conta com 26 sócias, que desenvolvem trabalhos de frivolidé, crochê, pintura, bordados e cestas. Contudo, o que mais se destaca na confecção de peças é o frivolidé, que é um tipo de renda francesa, na qual se usa um instrumento talhado em madeira longa e achatada, chamado de naveta. Utiliza o sistema de traçado a dedo, com nó, que pode ser executada sem qualquer implemento, informa a artesã Josefa Pereira Pedrosa de Oliveira, que também relatou:

“Apesar de caminharmos com os próprios pés, temos a ajuda da COMSEF/ActionAid, no apoio para que possamos está participando das feiras de artesanato em Pernambuco, Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Norte, entre outros.”

A Associação das Artesãs é constituída por mulheres que participam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orobó, como sócias agricultoras, no Círculo Operário, mais especificamente na assistência médica, além dos movimentos da Igreja Católica (Encontro de Irmãos, Apostolado de Oração). Também recebem apoio para participação nas feiras da Federação das Associações, Cooperativas e Grupos Produtivos de Artesãos de Pernambuco - FACARPE, Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL, Agência de Desenvolvimento

Econômico de Pernambuco - ADDIPER, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, da Prefeitura e capacitações e intercâmbios pela COMSEF. A rotina das mulheres é constituída de atividade domésticas (preparo das refeições, cuidar das roupas e filhos) e atividades campestres (cuidar de animais e roçado). O artesanato fica para os intervalos surgidos no decorrer do dia.

As mulheres perceberam mudanças significativas em suas vidas porque, com a produção dos artesanatos, passaram a ter uma renda, se sentindo mais independentes dos recursos dos maridos. Essa situação tem possibilitado o empoderamento econômico das mulheres, sobretudo porque os maridos não decidem o que elas devem fazer com as rendas geradas pelo artesanato.

E, muitas vezes, surgem situações em que o marido esteja desempregado, e as mulheres assumem as despesas da casa. Conforme depoimento de dona Rosa Antonia Pereira, integrante da comissão da Associação das Artesãs:

“Essa renda nos traz, através das vendas e encomendas, benefícios como ajuda na renda familiar, entre outros, e mais saúde. No começo, em 1989, foi fundada a associação e nós não sabíamos de sua existência. Na época nos chamavam de “professores de trabalho manual” e muitos achavam que éramos funcionários da prefeitura. Só em 1997, na gestão de seu José Francisco, é que ficamos sabendo que fazíamos parte de uma associação. Então, a partir daí foi que a Secretaria de Ação Social, através de Josefa Martins Reis, organizou capacitações sobre associativismo, produção e comercialização para 40 sócias.”

A experiência está contribuindo para diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, tendo em vista que os homens estão valorizando a renda, pois ajuda nas despesas da casa. Todavia, eles ainda reclamam das reuniões da associação, mas não estão impedindo suas mulheres de participarem.

Observa-se nessas reuniões que as mulheres conversam sobre produção, comercialização, prestação de contas e trocam experiências de vida, nas quais narram como estão dividindo o tempo entre o trabalho da agricultura, doméstico e do artesanato.

“Quando estamos reunidas é um divertimento, esquecemos as preocupações, conversamos umas com as outras, tiramos as dúvidas, trocamos ideias e assim fica mais gostoso de trabalhar.”
(Erotildes Barbosa da Silva, 42 anos, Sítio Caiçaras)

As mulheres, na construção do processo de sua autonomia, utilizam estratégias que demonstram para os maridos que as reuniões da associação favorecem a geração de renda. Para tal, organizam suas atividades cotidianas antecipadamente, para não dar motivos para reclamações do marido.

A atual presidente, Rosa Pereira de Oliveira, 20 anos, do Sítio Urtiga, registra que tem sido importante a assessoria da COMSEF/ActionAid porque estamos trabalhando com o objetivo de ter mais união entre as sócias. E assim ter uma renda melhor para manter as despesas da associação na compra de linhas, mantendo um fundo de reserva de 10%. E, sobretudo aumentar o número de sócias, pois será maior o fortalecimento da luta das mulheres.

Uma outra associação produtiva que recebe apoio da COMSEF/ActionAid, desde 2001, é a Associação dos Pequenos Agricultores de Serra de Capoeira – APASCA, fundada em agosto de 1995, por incentivo do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cipriano Orlando Bezerra, tendo em vista que o governo do estado ia contemplar dez municípios com projetos, e Orobó estava entre eles.

De início foram listados 80 sócios, permanecendo 40, que elaboram e compreendem as regras do estatuto, visando serem beneficiados pelo projeto. A comunidade, por sua vez, reivindicava a melhoria de saúde de seu povo, com a oferta de medicamentos que contivessem o mínimo de conservantes químicos e com baixo custo.

Na atualidade são 44 sócios (43 mulheres e um homem), sendo dez destas famílias integrantes do Sistema de Vínculos Solidários.

De acordo com Maria Júlia (Julita, Serra de Capoeira):

“O local para sede da APASCA foi doado pelo seu Emiliano, e a associação recebeu recursos do governo estadual (1997), um montante de R\$ 24.000,00, para construção e aquisição de equipamentos para o laboratório, sendo gasto um total de R\$ 19.000,00. O restante não dava para pagar aos técnicos e projetista. Então criou-se a frente de emergência, com os homens para construir em mutirão, contando com a presença do sindicato, que ajudou com mão-de-obra.”

No início, a comercialização dos remédios fitoterápicos era difícil, porque a comunidade não dava credibilidade, principalmente porque os técnicos eram da própria comunidade. Mas, com a divulgação na rádio local, nas reuniões e em outras entidades (COMSEF, Sindicato, Prefeitura, Médicos do Programa de Saúde da Família – PSF, com palestras e panfletagens nos ambulatórios), houve uma melhoria. Assim, os sócios organizaram pontos de venda ao lado do Banco do Brasil,

na área de entrada da prefeitura, e depois foi alugada uma loja em uma galeria. E hoje estão comercializando no sindicato, sendo necessário um local mais central. Contudo, ainda existem dificuldades como a falta de capacitação para outros técnicos, de um fundo de caixa, melhoria na comercialização, expansão para outros municípios, de um farmacêutico e de uma participação maior das sócias.

Para Benedita Maria dos Santos (técnica manipuladora de medicamentos, residente no Sítio Serra de Capoeira):

“Produzimos plantas medicinais de várias espécies como: hortelã, babosa, confrei, capim santo, cavalinha, erva lanceta, colônia, poejo, espinho de cigano, xambá, entre outros. Com essas plantas fazemos chás, tinturas, pomadas, xaropes e comprimidos (cápsulas), além da multimistura (amendoim, gergelim, casca de ovo, entre outros ingredientes) para o caso da desnutrição. No caso das hortaliças, temos: alface, cenoura, beterraba, coentro, pimentão, abobrinha, couve-flor, entre outras.”

As principais mudanças na vida das mulheres, a partir da experiência na APASCA, foi o empoderamento econômico que tornou possível a aquisição de remédios naturais com desconto, por serem sócias. As mulheres também ficaram conhecendo mais os seus direitos, perderam o medo de discordar, tanto na associação, quanto em casa. Os filhos, por sua vez, acham que as mães estão mais liberadas para participarem de festas da Terceira Idade, quadrilhas juninas, entre tantas outras. E, sobretudo, perderam o medo de ficarem velhas em casa, se libertando e formando em sua comunidade o grupo da Melhor Idade (idosos), participando de ginástica e eventos comemorativos.

O trabalho em casa tem mais união, com a participação dos filhos e maridos, havendo melhor valorização do mesmo. As mulheres afirmam que a experiência na APASCA está contribuindo para a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, porque hoje elas têm mais vez e voz. Sendo mais respeitadas, sem impedimento e com incentivo para participarem das reuniões da associação, onde adquirem mais informações, principalmente sobre os benefícios dos medicamentos fitoterápicos, sobre seus direitos e o poder da organização das mulheres.

Mariele da Silva Gomes Lima (Serra de Capoeira) relata o seguinte, em seu depoimento:

“Eu faço parte da associação da APASCA, e há 7 anos eu compro remédio para minha filha, porque ela cansava e tinha que ir para o hospital. Mas os remédios da farmácia estavam prejudicando, então eu resolvi dar os xaropes do laboratório e ela se deu bem.”

Maria da Paz Vieira também concorda, salientando que *o laboratório é muito importante porque a gente se beneficia do medicamento sem química, mais barato para quem é sócio. Eu mando até para os meus parentes, em São Paulo.*

Para as mulheres que fazem parte da APASCA, ser mulher, assumir a sua identidade significa:

“[...] ser agricultora, sócia da fitoterapia, dona de casa, avó, mãe, companheira, organizada, amiga, responsável, compreensiva, carinhosa, dedicada, estudante, sonhadora, vereadora, batalhadora, valorizada mais do que os homens, sendo muitas vezes reunidas só com mulheres; orgânica, pois cuida da natureza. Ser mulher é tudo isso, porque tem ser o dom de guerreira.”
(Trabalho em equipe na Oficina de Sistematização sobre Experiências Agroecológicas de Mulheres no Município de Orobó)

Maria Júlia afirmou que:

“[...] é importante o trabalho de organização das sócias, que se reúnem de dois em dois meses, para discutir assuntos relacionados à APASCA, e ter também mais conhecimento sobre os direitos e sobre as leis, e a participação nos movimentos (Sindicato, COMSEF e Prefeitura). Não se pode esquecer que também é importante um trabalho de conscientização sobre o meio ambiente, para que as pessoas não destruam a natureza.”

Os(as) sócios(as) da APASCA esperam alcançar, no futuro, melhores condições financeiras, expandindo as vendas, com a valorização dos medicamentos fitoterápicos.

Sistematização do trabalho com mulheres - Orobó - PE

A metodologia utilizada teve como finalidade mobilizar as mulheres da Associação das Artesãs e da Associação dos Pequenos Agricultores de Serra de Capoeira - APASCA, para refletirem sobre suas dificuldades e potencialidades.

Para tal, foram organizadas reuniões nas comunidades, para elaboração de um diagnóstico da história das associações, sendo trabalhada as seguintes temáticas:

- Valorização pelos homens, em relação ao trabalho da mulher;



▲ Grupo de frivolidé

Horta - Benedita ▼



- Organização das mulheres na associação;
- Autonomia (poder de decisão);
- Agroecologia e a contribuição/entraves no modo de vida campesino das mulheres;
- Associativismo.

Para dinamizar, foram realizados intercâmbios entre associações, para “in loco” se observar a realidade e o cotidiano das sócias, promovendo relações dialógicas, que possibilitaram a troca de saberes e experiências.

Um instrumento que estreitou as relações entre as mulheres foi a implantação do correio, respaldado na educação libertária de Celestin Freinet, onde inicialmente cada sócia escrevia para as suas companheiras de entidade e, posteriormente, para outra associação. A curiosidade ficou aguçada, cada uma querendo receber respostas da correspondência enviada. O local de entrega foi a COMSEF.

Em todos os encontros foi utilizado o trabalho em grupo, para estudo, reflexão, discussão, sistematização de ideias e apresentação em plenária. É importante ressaltar que houve, durante o processo, a preocupação em desenvolver a competência de trabalhar em equipe, construindo aprendizagens significativas. Depois desses procedimentos, foi realizado o I Encontro de Mulheres e Agroecologia.

Naquele momento, a sensibilização das mulheres se desenvolveu, através de dinâmicas, para facilitar a integração e o exercício do ato de falar. A dinâmica do cartão registrou as expectativas do encontro. E a da árvore, em que cada parte representava alguma vivência da associação, tais como:

- Espinhos (dificuldades)
- Folhas (projetos em andamento)
- Flores (as coisas que se quer conquistar)
- Frutos (produtos)

Para finalizar, cada associação expôs os seus produtos, numa feira de saberes e sabores, sendo um momento de confraternização.



CMN - Casa da Mulher
do Nordeste

Unidades Agroecológicas de Mulheres: Empoderamento a partir da Gestão

Ana Cristina Nobre¹
Edvânia Souza²
Marli Almeida³

A experiência dos sistemas produtivos agroecológicos geridos por mulheres, no Sertão do Pajeú, região do semiárido pernambucano, tem cinco anos de implementação. Participam desse experimento 20 mulheres agricultoras de base familiar e membros participantes de grupos de mulheres, em suas comunidades, nos municípios de Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Tabira e Flores, no Estado de Pernambuco.

Metodologia de Sistematização da Experiência

O processo de sistematização da experiência teve como base a necessidade de refletir, registrar e socializar com outras mulheres e organizações a experiência dos quintais produtivos agroecológicos de mulheres no Sertão do Pajeú.

¹ Técnica em agropecuária pela Escola Federal Agrotécnica de Belo Jardim/PE – integrante da equipe técnica do Programa Mulher e Vida Rural da Casa da Mulher do Nordeste

² Engenheira Agrônoma, Licenciada em Ciências Agrícolas e Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – UFRPE - integrante da equipe técnica do Programa Mulher e Vida Rural da Casa da Mulher do Nordeste

³ Educadora Popular Licenciada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira/PE; Especialista em Agricultura Familiar/Camponesa e Educação do Campo – Coordenadora do Programa Mulher e Vida Rural da Casa da Mulher do Nordeste

Essa era uma necessidade antiga da Casa da Mulher do Nordeste, tanto no sentido de promover uma reflexão interna de nossas práticas, quanto de aprofundar a reflexão com as agricultoras sobre suas experiências no campo da agroecologia, estabelecendo um diálogo com o feminismo e as lutas por direito e empoderamento das mulheres no campo.

A participação no Projeto “Disseminação de conhecimento agricultor(a) a agricultor(a): Trocando experiências e fortalecendo o movimento agroecológico”, em parceria com o GT Mulheres da ANA, culminou em concretizar essa sistematização.

O processo de sistematização se deu em cinco etapas:

1. Construção do roteiro e conteúdos de reflexão, no encontro do GT Mulheres da ANA.
2. Oficina interna com a equipe técnica da Casa da Mulher do Nordeste, que iria participar da sistematização junto às agricultoras.
3. Visita de campo a três das 20 experiências, para discutir à luz da prática da experiência e observação dos aspectos produtivos e ecológicos das unidades produtoras.
4. Oficina com 20 agricultoras participantes da experiência, para reflexão da experiência a partir do ser sujeito produtivo e ser mulher: Em que medida a experiência contribui para o empoderamento das mulheres e na desconstrução das desigualdades de gênero no campo? Em que medida o empoderamento produtivo contribui para a autonomia das mulheres e no combate à violência contra as mulheres agricultoras?
5. Sistematização da experiência pelas técnicas da Casa da Mulher do Nordeste, à luz do processo de registro e reflexão dos momentos construídos com as mulheres autoras das experiências, o que culminou no texto ora apresentado, que expõe um conjunto de aprendizagens e conhecimentos construídos pelas mulheres e pela Casa da Mulher do Nordeste.

Esperamos que essas aprendizagens possam contribuir para a ampliação do debate sobre a equidade de gênero no campo da agroecologia.

Contexto em que a experiência está inserida

A agricultura de base familiar ainda é fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, que, por determinação da matriz social patriarcal, reserva aos homens o trabalho produtivo, público, e às mulheres o trabalho no âmbito privado⁴.

Esse modelo de organização do trabalho, historicamente, tem contribuído para a invisibilidade do trabalho das mulheres e para sua exclusão nos processos de capacitação, no acesso à terra, à assistência técnica, ao domínio de tecnologias e, sobretudo, à participação na divisão dos bens gerados pela produção.

A agricultura de base familiar, do ponto de vista conceitual das políticas públicas, é aquela que tem sua renda prioritariamente advinda da agricultura com mão-de-obra da família, podendo contratar trabalhadores temporários, e é exercida em no máximo 40 módulos rurais⁵. Esse conceito ajuda a disseminar e fortalecer a concepção de família nuclear onde o homem exerce o papel de chefe de família, fortalecendo a estrutura patriarcal⁶. É um conceito que justifica o impedimento às mulheres para decidirem sobre o planejamento da produção, a apropriação das tecnologias e manejo dos agroecossistemas, com o argumento de que as mulheres estão contempladas em suas necessidades nos investimentos e políticas destinadas às famílias, uma vez que são membros dessas famílias.

O que não é levado em consideração é que as relações de poder, no interior da família, são desiguais e que nessas desigualdades estão em desvantagem as mulheres, desde a desvalorização do seu trabalho como agricultoras, que é considerado como ajuda, até a divisão dos bens produzidos pela propriedade no âmbito familiar.

Esse contexto prejudica o desenvolvimento pleno das mulheres, afeta sua autoestima, a sua autonomia e agrava o grau de pobreza vivido pelas mulheres rurais, especialmente na região semiárida.

⁴ Trabalho no âmbito doméstico, voltado para as atividades de reprodução da vida, como: cuidar da casa, das crianças, preparo da alimentação, cuidados com a saúde da família.

⁵ Tamanho mínimo da propriedade, em se tratando da região semiárida.

⁶ Patriarcado é o sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade e as relações sociais são determinadas pela opressão e subordinação da mulher, através da sua capacidade reprodutiva, da sua sexualidade, da sua capacidade de trabalho e da interdição do seu acesso ao poder (BUARQUE, 2006).

Até mesmo as metodologias participativas, como a agroecologia⁷, pouco têm avançado em relação ao modelo patriarcal, no semiárido brasileiro. A tentativa de desconstruir as desigualdades de gênero na agricultura familiar tem reproduzido o conceito de família nucleada e adotado a ideia de transversalidade para tratar dessas desigualdades. O que tem contribuído para manutenção da matriz da divisão sexual do trabalho⁸, na transição agroecológica.

Apesar do reconhecimento das desigualdades de gênero na agricultura familiar por instituições que desenvolvem propostas agroecológicas, as atividades orientadas para as mulheres ainda estão no campo da produção de alimentos para o auto-consumo da família, o cultivo das plantas medicinais voltadas para o cuidado com os doentes e para o beneficiamento, atividades extremamente ligadas ao âmbito doméstico. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, esse conjunto de atividades de subsistência é responsável por um alto índice de trabalho não remunerado exercido pelas mulheres – 80% – na agricultura de base familiar.

Não que a segurança alimentar e o cuidado com a saúde não sejam importantes, mas o que queremos aqui debater é a redução do trabalho das mulheres ao âmbito privado, invisibilizando-as como produtoras e como mantenedoras da família, de forma compartilhada com seus companheiros ou, muitas vezes, sozinhas.

Afora esse processo de invisibilidade, para as mulheres ainda é negado o direito de compartilhar da renda oriunda da produção familiar. Sua renda é gerada a partir da criação de pequenos animais de terreiro, quando estes não são destinados à alimentação da família.

⁷ “A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.” (ALTIERI, 1987)

⁸ “a divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens na esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social.” Essa forma de divisão social tem dois princípios organizadores: 1 - O princípio da separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres); 2 - O princípio hierárquico (um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher)” (KERGOAT, 2001 apud AVILA, 2006).

Dados de um diagnóstico⁹ realizado em 2002 demonstraram que, das 790 agricultoras entrevistadas, 60% declararam ter renda inferior ou igual a R\$ 50,00 mensais, oriunda de sua produção agrícola e não agrícola. Esses recursos são normalmente destinados à compra de alimentos, materiais escolares e remédios para a saúde das famílias.

Esses dados explicitam a situação de extrema pobreza e dependência econômica vivida pelas mulheres nessa região, o que as submete à tolerância com a violência doméstica sofrida por elas. É uma situação ainda velada nas áreas rurais, tida como um verdadeiro tabu, onde prevalece o dito popular: “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

Esse contexto vivido pelas mulheres na agricultura familiar persiste mesmo em projetos de desenvolvimento sustentável, como nas propostas agroecológicas que resistem em adotar ações afirmativas no sentido de resgatar a dívida histórica que contribuiu para exclusão extrema, na qual as mulheres são as grandes prejudicadas. Assim, as tentativas de transformação dessas desigualdades permanecem no campo da transversalidade, diluindo as demandas específicas das mulheres no contexto familiar. Ou então na tentativa de sua inserção em um conjunto de atividades produtivas, sem considerar o trabalho doméstico, aumentando a jornada de trabalho das mulheres, enquanto que a desconstrução das desigualdades de gênero permanece uma retórica.

É nesse contexto de desigualdades, de invisibilidade, de desvalorização do trabalho das mulheres agricultoras que a experiência de Unidades Produtivas Geridas por Mulheres é desenvolvida pela Casa da Mulher do Nordeste.

Um objetivo considerado fundamental na proposta era a difusão de práticas de convivência com a região semiárida alternativas ao modelo tradicional de agricultura baseado no binômio milho e feijão, com uso de agrotóxicos. Tecnologias como biofertilizantes, sistemas de cultivo diversificados, preparados naturais para controle de pragas, e o uso racional da água, têm destaque na proposta. O empoderamento das mulheres, através da construção do conhecimento, da autonomia no planejamento da produção e na comercialização, constituiu-se no objetivo central da experiência.

⁹ ALMEIDA, Maria M. de; SANTOS, Graciete. Diagnóstico das Relações de Gênero na Agricultura de Base Familiar no Sertão do Pajeú/PE. Casa da Mulher do Nordeste.

Assim, a produção de alimentos para segurança alimentar e a venda do excedente para geração de renda, através da comercialização nas feiras agroecológicas, consistiram nas duas estratégias para dar visibilidade ao trabalho das mulheres e garantir a equidade na distribuição dos bens produzidos, tendo como princípio metodológico a presença das mulheres na gestão dos agroecossistemas.

Fases de implementação da proposta e metodologia adotada

Inicialmente, pretendia-se responder as questões agrárias e agrícolas, relacionadas à falta de acesso à terra e à falta de autonomia nas decisões sobre as atividades produtivas. Assim, a proposta surgiu com o objetivo de potencializar a produção agroecológica ao redor de casa, em áreas de aproximadamente meio hectare, onde as mulheres protagonizam sua ação.

Com base nos princípios da agroecologia e do feminismo¹⁰, utilizando metodologias participativas, iniciou-se uma experiência de empoderamento das mulheres, a partir da construção coletiva do conhecimento, por meio da colaboração entre técnicas e agricultoras, experimentando práticas agroecológicas e tecnologias de convivência com o semiárido, no nível do agroecossistema.

Pretendia-se a melhoria produtiva através da diversificação, com a criação de pequenos animais, cultivo de hortaliças, fruteiras e forragem, com práticas agroecológicas como os preparados naturais para o controle de pragas e doenças, biofertilizantes e o uso racional da água.

A princípio, a produção de alimentos tinha como finalidade a garantia da segurança alimentar e nutricional da família. Alcançada essa meta, buscou-se melhorar o acesso das mulheres às feiras agroecológicas e garantir a comercialização de excedentes, como parte da estratégia de empoderamento através da geração de renda. Procuravam-se, igualmente, a melhoria da autoestima, visibilização do trabalho das mulheres e garantia da equidade, por meio da distribuição dos benefícios gerados pela experiência e do direito à decisão sobre a gestão dos recursos no agroecossistema.

A proposta de quintais produtivos visava facilitar o trabalho das mulheres no manejo diário, já que as atividades domésticas eram de responsabilidade delas. Ima-

ginava-se que, aproximando a produção da casa, elas poderiam fazer a gestão e o manejo, sem sobrecarga de trabalho. Esse espaço também já era gerido por elas e os homens pouco se interessavam pela produção considerada pequena.

Lá estavam as galinhas, a horta, as plantas medicinais, as cabras e algumas árvores frutíferas. Outro elemento que se identificou foi a pouca importância dada pelos técnicos que prestavam assistência a essas atividades. Assim, o desafio era transformar esse espaço em um sistema produtivo diversificado, com uso de tecnologias e investimento na infraestrutura.

O planejamento foi o primeiro passo para a implementação da proposta. Normalmente as mulheres não participam do planejamento da propriedade e, portanto, não opinam sobre a produção. Assim, a construção do planejamento por elas era um elemento fundamental para a gestão. A partir dele, as mulheres teriam total conhecimento do trabalho que seria desenvolvido, e ali poderiam colocar suas atividades e desejos de produção.

O segundo momento da metodologia constituiu-se num processo de construção coletiva do conhecimento, que envolveu o conjunto das mulheres da comunidade, membros do grupo de mulheres. O espaço se transformou numa ação coletiva, estendeu-se a um grupo maior e a auto-organização das mulheres foi o cenário principal. Essa perspectiva era importante, pois se tinha a intenção de difundir a proposta pelas mulheres experimentadoras, que se transformariam em multiplicadoras da experiência.

Aconteceram reuniões, oficinas, conversas informais, onde as mulheres colocaram suas dificuldades de acesso à terra, explicaram como produziam antigamente, relataram as dificuldades com água e com a dupla jornada de trabalho. Levando em consideração a exposição das dificuldades, foi feito um breve diagnóstico das situações anterior e inicial, na implantação das áreas, para assim possibilitar ajustes nos conteúdos das oficinas de manejo da produção agroecológica que serviram para subsidiar o planejamento e a condução do processo e de organização da produção.

Foi nesse momento que as mulheres reconheceram seu potencial e começaram a mudar seus pensamentos acerca de suas capacidades, até então desacreditadas por elas mesmas.

Consideramos que a fase de capacitação foi de fundamental importância para assegurar a gestão, com autonomia, pelas mulheres. O conhecimento garante a segurança e autoestima, essenciais para o empoderamento das agricultoras.

O terceiro momento consistiu na implementação e/ou ampliação dos quintais, com a construção da infraestrutura: reservatório de água, cercados, galinheiro, canteiros, plantio de campos de forragem para alimentação dos animais. Foi

¹⁰ O feminismo é ação política em favor da transformação da sociedade através da participação igualitária e da representação política de homens e mulheres.

nessa fase que uma série de dificuldades apareceu, e a colaboração dos maridos foi necessária para viabilizar a proposta. Somente nesse momento, com as mulheres já dominando o processo, os homens foram envolvidos. Em alguns casos houve uma repulsa quanto à participação, já que havia o entendimento deles de que a proposta era para as mulheres, e portanto elas deveriam assumir todo o trabalho sozinhas. Algumas mulheres tiveram que pagar mão-de-obra de fora, para garantir a construção da infraestrutura necessária.

A partir dessa postura, podemos refletir sobre como as experiências autogeridas pelas mulheres mexem com as relações de poder no interior da família.

Também, nesse momento nos deparamos com as limitações de água no espaço do quintal, o que inviabilizaria as hortas, os pequenos pomares e o cultivo de plantas medicinais. Essas dificuldades hídricas redirecionaram a proposta. Os quintais já não respondiam aos desejos de produção das mulheres, visto que a disponibilidade de água para produção encontrava-se em outras áreas da propriedade, as mais privilegiadas do ponto de vista do potencial produtivo.

A próxima etapa consistiu na proposta de descentralização do quintal para outras partes da propriedade, áreas nobres do ponto de vista produtivo, pois lá se concentravam os melhores solos e as fontes de água. Áreas, estas, antes, de domínio dos homens. A escolha e o planejamento de outras partes da propriedade, mais distantes da casa, exigiram maior investimento na infraestrutura, dado o aumento do tamanho das áreas.

Com a implantação da infraestrutura hídrica, houve maior abertura nas relações familiares e mais valorização do trabalho das mulheres por parte da família. Em alguns casos, os homens tomaram a frente do processo de gestão e as mulheres tiveram dificuldades para garantir seu protagonismo.

A última fase da proposta consistiu no intercâmbio das experiências e na multiplicação dos conhecimentos construídos com outras mulheres e nos grupos de mulheres, nos sindicatos, no Fórum de Mulheres do Pajeú¹¹ e em espaços de construção de políticas públicas, como conselhos, encontros de agroecologia, dentre outros.

¹¹ O Fórum de Mulheres do Pajeú é um espaço de articulação política das mulheres do território do Sertão do Pajeú. Constitui-se de um espaço aberto, democrático e de auto-organização das mulheres. Nesse espaço, as mulheres urbanas e rurais de 12 municípios da região discutem, avaliam e propõem políticas públicas para as mulheres do território. Também é um espaço de mobilização e reivindicação de direitos, através de documentos e audiências públicas com autoridades do poder executivo, legislativo e judiciário, no sentido de cobrar direitos e empenho dos órgãos públicos para garantir segurança, educação, saúde, crédito, assistência técnica e valorização do trabalho das mulheres.

Situação atual da experiência e os resultados alcançados

Hoje se pode considerar que houve mudanças significativas na vida dessas mulheres, não só na relação com o ambiente, como também com o crescimento pessoal de cada uma. Foram elas próprias os sujeitos responsáveis por essas mudanças, pois, para chegar ao nível de conscientização e absorção da proposta, tiveram que quebrar várias barreiras dentro de suas próprias famílias.

Hoje algumas dividem os trabalhos domésticos com suas famílias, pois foram reconhecidas no trabalho produtivo. O inserir-se na comercialização foi um fator essencial para que, dentro de casa, se percebesse o potencial dessas mulheres.

A proposta viabilizou a apropriação das tecnologias pelas mulheres, antes dominadas pelos homens da família, o envolvimento e a qualificação das mulheres nas trocas de experiências em espaços de discussão, como o Fórum de Mulheres, associações, espaços de comercialização, intercâmbios. E também elevou a autoestima de cada uma delas. Assim, o papel de multiplicadoras de conhecimentos tem se concretizado e as mulheres têm assumido cargos de lideranças em suas comunidades, dentro das associações.

A renda antes declarada de R\$ 50,00 aumentou significativamente, para algumas chegando a R\$ 600,00 mensais, através da venda de seus produtos nas feiras agroecológicas, na vizinhança e nos programas de compra direta do governo federal.

Alguns destaques da experiência, na percepção da assessoria técnica

Num contexto histórico no qual as mulheres sempre foram impedidas e desacreditadas quanto a trabalharem publicamente, mudar essa concepção e fazê-las ver que fazem parte de um sistema de produção ativo, e, principalmente, que são sujeito¹² de sua própria história, não é fácil. Exigiu-nos trabalhar algumas ações mais efetivas, para que elas criassem outras referências que pudessem melhorar principalmente sua autoestima.

Até então, os pequenos apoios que essas mulheres haviam recebido eram voltados para alguns trabalhos que não lhes permitiam sair de casa ou até mesmo do espaço

¹² As mulheres se transformaram em cidadãs, o que significa ter existência própria dotada de autonomia e direitos. (AVILA, 2005).

da cozinha. Esses apoios, na maioria das vezes, resumiam-se a alguns cursos, geralmente voltados para o espaço doméstico, como, por exemplo, o processamento de alimentos, os cuidados com a água e os alimentos consumidos pela família.

Entendemos que isso é importante, mas não deve ser o papel exclusivo da mulher. Metodologicamente, decidimos por trabalhar com a auto-organização como referencial. Isso nos possibilitou atuar num processo de construção coletiva, a partir das reais necessidades dessas mulheres, principalmente porque elas não tinham espaço dentro da associação comunitária, composta em sua maioria por homens, especialmente nos cargos de direção.

No início da proposta as mulheres demonstraram medo, porque não tinham acesso à terra, ou, quando tinham, era somente àquela parcela menos produtiva e muito pequena, ao redor da casa. O medo de sair de casa, por causa da repressão dos maridos, já que alguns não permitiam sequer à mulher sair de casa para participar de uma reunião, contribuía para sua baixa autoestima, pois passaram a acreditar que o que lhes competia era exclusivamente o trabalho doméstico. A falta de apoio da própria comunidade, que sempre duvidou do potencial delas, acentuava o medo de levar adiante a proposta.

Esse conjunto de fatores contribuiu para uma aproximação muito forte entre as agricultoras e a assessoria técnica/política, construindo uma multiplicidade de sujeitos, uma vez que as mulheres técnicas também são sujeitos da construção desse espaço historicamente masculino. Assim, agricultoras e técnicas se constituem sujeitos, criando-se uma cumplicidade na ruptura de uma cultura patriarcal fortemente presente no meio rural.

Os conteúdos multidisciplinares foram trabalhados na formação, tais como: gênero, raça, classe, geração, trabalho produtivo e reprodutivo, o papel da mulher na sociedade e como sujeito político. Eles se mostraram essenciais para a compreensão de que o lugar reservado às mulheres em nossa sociedade é determinado pela cultura predominante e, portanto, pode ser transformado.

A construção coletiva do conhecimento possibilitou a ampliação da experiência para um número maior de mulheres, porque esses conhecimentos, com muito esforço, foram sendo multiplicados entre elas. E o mais importante é que as mulheres que conseguiram se integrar nesses espaços começaram a repensar desde sua ideia de incapacidade até a discussão em casa, com os maridos e filhos, sobre a divisão sexual do trabalho.

O que aprendemos com essa experiência

Num contexto culturalmente tão adverso para as mulheres, o desafio era incidir nas relações de gênero no âmbito familiar. Isso visava facilitar o empoderamento¹³ das mulheres através do conhecimento, do acesso à terra e aos recursos hídricos destinados à produção, no interior de sua própria propriedade, e a distribuição equânime dos recursos gerados para a produção. Destacamos um conjunto de aprendizagens, algumas previstas no início da experiência e outras lições aprendidas no decorrer da implementação da proposta, que passamos a descrever.

1. Como as mulheres reorganizaram o trabalho doméstico e a distribuição das tarefas

A ideia inicial era a de que desenvolver a produção no quintal da casa pode fortalecer o lugar determinado às mulheres pela matriz patriarcal da divisão sexual do trabalho. Se, por um lado, isso facilita o manejo diário do agroecossistema, por outro reafirma o lugar privado do trabalho das mulheres, mantendo a produção como extensão do trabalho reprodutivo.

Foi no momento em que a produção gerida pelas mulheres se descentralizou para outros locais da propriedade, que elas saíram de casa, que a reorganização do trabalho doméstico foi pautada pelas mulheres no interior da família e as transformações aconteceram. Assim, os homens passaram a realizar atividades domésticas, em função da ausência das mulheres em casa.

Além disso, algumas mulheres explicitaram os conflitos em função da dupla jornada, passando a incluir esse tipo de trabalho no planejamento geral do tempo e das atividades na propriedade. Mas isso só foi possível depois do resgate da autoestima e de uma certa autonomia financeira, pois, em alguns casos, elas remuneraram mão-de-obra para o trabalho doméstico, para se dedicarem à produção.

¹³ Graciete dos Santos e Marli de Almeida dizem sobre empoderamento das mulheres a possibilidade que elas venham a ter de experimentar a construção de organizações próprias, pelo resgate da própria fala sobre si mesmas e, com isso pela construção de uma fala livre sobre sua realidade; e ainda, empoderamento das mulheres é uma forma coletiva das mulheres chegarem ao poder e participarem dele. Essa participação afeta o campo individual e o coletivo, porque na medida em que as mulheres têm poder individualmente elas começam a ter uma relação distinta com a família, e a ter conhecimentos e informações que lhe proporcionam maior liberdade e autonomia.

Foi no momento em que a produção gerida pelas mulheres se descentralizou para outros locais da propriedade, que elas saíram de casa, que a reorganização do trabalho doméstico foi pautada pelas mulheres no interior da família e as transformações aconteceram. Assim, os homens passaram a realizar atividades domésticas, em função da ausência das mulheres em casa.

Além disso, algumas mulheres explicitaram os conflitos em função da dupla jornada, passando a incluir esse tipo de trabalho no planejamento geral do tempo e das atividades na propriedade. Mas isso só foi possível depois do resgate da autoestima e de uma certa autonomia financeira, pois, em alguns casos, elas remuneraram mão-de-obra para o trabalho doméstico, para se dedicarem à produção.

2. O envolvimento dos maridos/companheiros no processo, garantindo relações equânimes

Segundo as mulheres agricultoras, é importante o envolvimento dos companheiros, mesmo quando os sistemas são geridos por elas, pois, na agricultura, existe um conjunto de atividades que demanda uma dinâmica de colaboração, de ajuda mútua. Todavia, elas destacam que é fundamental, para garantia de sua autonomia, que disponham dos conhecimentos sobre a produção, o manejo, as tecnologias e que a infraestrutura se apresente como uma conquista delas. Assim, há uma valorização do seu trabalho e a adesão da família para a colaboração nos sistemas produtivos geridos por elas.

3. As mulheres viram multiplicadoras

A divulgação das experiências produtivas desenvolvidas pelas mulheres se constituiu num relevante instrumento de empoderamento. Além de contribuir com elevação da autoestima, fornece às mulheres materiais escritos e visuais que elas utilizam no processo de argumentação e convencimento, tanto para outras mulheres, como para a família e a comunidade.

O intercâmbio de experiências entre as mulheres é outro instrumento eficiente na multiplicação dos saberes. Entre elas, as mulheres se reconhecem, reconhecem sua produção, quebrando o conceito de que produção é aquela de larga escala, tradicionalmente valorizada nos sistemas convencionais de agricultura.

As mulheres se reconhecem com mais facilidade nas propostas agroecológicas, porque não são necessários grandes investimentos com insumos de fora da pro-

priedade, já que, historicamente, não tiveram acesso a investimentos nem crédito para sua produção, considerada pequena e feita apenas com a ajuda do trabalho familiar. Outro aprendizado é que as mulheres apresentam maior abertura para novos conhecimentos e para experimentar, porque partem do princípio de que “não sabem nada” sobre produção e comercialização. Ao contrário desse pensamento, descobrem que têm muitos saberes acumulados, apenas eles não eram valorizados nem visualizados.

Assim, agricultoras são construtoras de conhecimento, trocando saberes com a assessoria técnica e com outras mulheres e suas organizações.

4. Em que momento as mulheres conquistam a autonomia

Inicialmente, percebemos o quanto facilita a assessoria técnica ser realizada por outra mulher. Há um reconhecimento do sujeito “mulher”. Ambas sofrem discriminações e impedimentos na sociedade pelo fato de “ser mulher”. Isso também facilita o diálogo e estabelece uma relação de confiança para superação dos medos e na explicitação de situações da vida privada, como a violência doméstica, a opressão, que muitas vezes tem forte interferência na baixa autoestima.

Outro aspecto que destacamos é a participação em grupos específicos de mulheres. Esses grupos se constituem em espaços de formação e reconhecimento de direitos, de cidadania. Nesse espaço, as mulheres discutem sobre sexualidade, violência, opressão, saúde, dentre outros temas que vão para além da produção. Esses temas determinam a conquista da autonomia, pois o fator econômico é apenas um elemento do empoderamento. Todavia, o fator econômico também determina a autonomia sobre outros aspectos, como sobre seu corpo, suas decisões, desejos e sobre o exercício de sua cidadania.

Esse processo de autonomia se consolida quando transformado em luta coletiva. Sai das necessidades individuais e vai para o âmbito político, na medida em que as mulheres e os grupos se inserem no movimento de mulheres, de forma mais ampla. Assim, a aspiração de liberdade e o acesso aos direitos extrapolam o âmbito individual, constituindo-se em instrumentos de transformação das desigualdades de gênero na sociedade.

Percebemos a ênfase desse significado, nas palavras ditas pelas mulheres:

“Ser mulher agroecológica, atrizes de nós mesmas, é melhor que ser somente dona de casa, sempre. Trabalhei muito, mas nunca fui reconhecida nem valorizada como dona de casa. Hoje sou re-



▲ Feira de produtos das hortas

Produção de polpa ▼



conhecida como produtora do grupo de Mulheres Xique Xique.”
(Vilzoneide Marques – Comunidade Monte Alegre Afogados da Ingazeira/PE)

“Tenho certeza que nunca mais serei a mesma. Se tivesse que voltar a ser o que eu era antes, ter a vida só de cuidar da casa e da comida como antes, ficaria com depressão.”
(Joaninha – Agricultora – Comunidade de Monte Alegre Afogados da Ingazeira/PE)

“Hoje tenho autonomia. Tenho meu próprio dinheiro, dou o quanto de ração quiser para minhas galinha. Quero que todas as mulheres da minha comunidade tenha acesso e o conhecimento que tenho hoje. Me sinto importante e valorizada.”
(Terezinha – Agricultora - Comunidade São Miguel São José do Egito/PE)

Referências bibliográficas

- AVILA, B. Mulher e Trabalho. S.O.S Corpo, 2005
- BUARQUE Cristina. Gênero e Política. Secretaria Especializada da Mulher do Estado de Alagoas, Março 2006.
- ALTIERI, M. A. Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture. Westview Press, Boulder. 1987
- ALMEIDA, Maria M. de; SANTOS, Graciete. Diagnóstico das Relações de Gênero na Agricultura de Base Familiar no Sertão do Pajeú/PE. Casa da Mulher do Nordeste.
- Cadernos Feministas de Economia e Política 1. Projeto Mulher e Democracia – 70 anos de luta pela representação política. Casa da Mulher do Nordeste, Centro das Mulheres do Cabo e Fundação Joaquim Nabuco; 2004



CONCLUSÃO

Alguns aprendizados no breve percurso

Elisabeth Maria Cardoso¹
Marli Gondim de Araújo²

A proposta de sistematizar as experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres surgiu na avaliação do processo do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em 2006, com os objetivos de dar visibilidade e possibilitar a reflexão e apropriação pelas mulheres do processo de construção da agroecologia. A partir do projeto Agricultor a Agricultor, da ActionAid, e da parceria com a Heifer, foi possível associarmos o intercâmbio de experiências entre mulheres e a sistematização dessas experiências.

Por ocasião da terceira oficina de sistematização, realizada em dezembro de 2008 no Cabo de Santo Agostinho/PE, e da reunião do GT Mulheres da ANA, realizada em outubro de 2009 em Belo Horizonte/MG, foram feitas algumas análises e reflexões sobre esse processo, as quais descrevemos aqui.

Para muitas mulheres e organizações, foi rompida a “barreira da sistematização”, sendo esse exercício realizado pela primeira vez. Algumas mulheres que nunca haviam exercitado a sistematização ousaram escrever sobre as suas experiências. O roteiro foi discutido dentro das organizações e deu visibilidade às experiências dentro das instituições, e isso foi muito importante. Várias questões foram levantadas, como o lazer, a violência psicológica, a problemática da água.

As mulheres relataram que, ao sistematizarem suas experiências, sentiram-se mais valorizadas, porque isso deu maior visibilidade ao seu trabalho que, na maio-

¹ Integrante da equipe técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM e animadora do GT Mulheres da ANA.

² Integrante da equipe técnica da FASE/Pernambuco e membro do GT Mulheres da ANA/Pernambuco.

ria das vezes, é desconsiderado pelos companheiros e filhos. Há uma clara percepção de que a falta de divisão dos trabalhos domésticos gera uma grande sobrecarga e compromete sua participação nos espaços públicos, como sindicatos, movimentos e associações, e também o tempo dedicado ao sistema de produção. Em muitas situações, a mulher continua sendo a única responsável por tarefas como manutenção diária da casa e o cuidado dos filhos.

Por outro lado, há experiências em que a produção agroecológica e a participação crescente em espaços políticos têm contribuído para o empoderamento das mulheres e para que elas saiam do espaço doméstico, obtendo mais independência e autoestima. Aliás, a elevação da autoestima é uma das principais conquistas destacadas pelas mulheres, pois, a partir dela, ganham mais confiança para sair do isolamento doméstico e ocupar espaços antes destinados apenas aos homens. Muitas agricultoras passaram a ocupar cargos estratégicos nas associações e sindicatos, como a presidência e a tesouraria. Tais condições estão contribuindo para a alteração das relações de gênero em algumas famílias, com a distribuição do trabalho doméstico pelos demais membros da família (pai e filhos) e a inclusão da mulher no planejamento produtivo da propriedade.

As experiências mostraram que essas conquistas só foram possíveis nos processos onde a produção agroecológica foi articulada com a promoção do acesso a informação e com estratégias de garantia da autonomia econômica e política das mulheres, numa perspectiva de superação da divisão sexual do trabalho.

Embora muitas experiências já avancem no sentido da inclusão das mulheres nos espaços de comercialização, foi possível identificar inúmeros desafios relacionados a essa atividade. A logística de transporte dos produtos para as feiras ainda é um grande entrave, na medida das distâncias, das péssimas condições das estradas e da falta de apoio das prefeituras. Por conta disso, os custos com transporte têm comprometido muito o lucro da venda. Alguns grupos de mulheres ainda encontram grandes dificuldades para se inserirem nos espaços de comercialização, por não contarem com assistência técnica, acesso a crédito e apoio logístico.

Existe também uma visão diferenciada entre homens e mulheres, no que diz respeito à comercialização de produtos. Na Zona da Mata de Minas Gerais, as mulheres sistematizaram a experiência do mercadinho solidário de Divino, uma experiência mista, mas protagonizada por mulheres. A sistematização apontou que o mercadinho era extremamente importante para as mulheres, pois, em muitos casos, era o único lugar onde vendiam seus produtos: ovos, doces, bolos e artesanatos. Mas isso não era valorizado pelos homens. Os homens na Zona da Mata, quando tratam de comercialização, consideram grandes volumes, como sacas de café, de milho, de feijão e outros que são vendidos geralmente uma vez por ano, e rendem um valor maior de dinheiro. As miudezas de menor valor são vendidas

pelas mulheres durante o ano todo, de forma contínua. Essa forma diferente de homens e mulheres verem a comercialização fez com que a associação de agricultores familiares de Divino fechasse as portas do mercado, em julho de 2008, por entender que ali não se comercializava muita coisa. A partir da sistematização dessa experiência, ficou clara a importância desse mercado para as mulheres e, através de uma parceria entre a associação, o sindicato dos trabalhadores rurais e a comissão de mulheres, o mercadinho solidário reabriu, em janeiro de 2009.

Foi possível perceber as mudanças que aconteceram após a sistematização. As conquistas das mulheres na agroecologia apenas foram possíveis nas experiências em que as mulheres tiveram autonomia, e a presença das mulheres no espaço de comercialização significou efetivamente uma conquista. A inserção nos espaços de comercialização, desarticulada de um processo de formação política, não necessariamente garante maior autonomia financeira para as mulheres, pois os homens se apropriam desses recursos e continuam definindo sozinhos aonde eles serão empregados.

Outra reflexão importante é que, assim como o trabalho das mulheres é invisível aos olhos dos homens e da sociedade, muitas vezes a renda obtida por elas também é desconsiderada e desvalorizada, uma vez que os recursos são destinados a suprir necessidades domésticas de roupas, calçados, material escolar para as crianças, e outras. A renda obtida com a venda dos produtos dos quintais agroecológicos também abriu as portas para que muitas mulheres voltassem a estudar.

Outro aspecto fundamental foi o reconhecimento da importância do trabalho das mulheres que, nesse processo, ganhou bastante destaque, devido à realocação da experiência agroecológica no seu cotidiano e na sua comunidade.

Pode-se concluir que o processo de sistematização é fundamental, devido à reflexão que propicia aos grupos que sistematizam. Ele também propicia a quem sistematiza o sentimento de fazer parte da ANA, e isso se refletiu nas articulações regionais.

O roteiro e a metodologia de sistematização foram criados de acordo com as possibilidades das organizações. O acompanhamento das organizações durante a etapa de sistematização colaborou para que ela fosse bem sucedida, já que todas as organizações participantes sistematizaram ao menos uma experiência, mostrando que a metodologia de fato propiciou o envolvimento e a participação das técnicas e das agricultoras nesse processo. As visitas de intercâmbio também foram destacadas pelas agricultoras como espaços de reflexão, de troca de experiências e valorização do seu trabalho.

O processo de intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por mulheres contribuiu para a reflexão sobre a agroecologia e para a desconstrução

de alguns papéis atribuídos às mulheres, trazendo à tona alguns debates políticos que já começam a influenciar suas organizações. É o caso do aprofundamento da discussão entre feminismo e agroecologia; do acesso das mulheres aos mercados; da incorporação da valorização da autonomia financeira e política nas experiências; e do enfrentamento da violência contra as mulheres.

Violência Contra a Mulher

Apesar da violência contra a mulher ter sido pautada pelas agricultoras e técnicas na primeira oficina, e de ter sido incluída no roteiro de sistematização, poucas experiências abordaram o assunto, devido à exposição que traz para as mulheres que participam das experiências. Ficou evidenciado que esse tema necessita ser conversado coletivamente. É muito delicado, despertando vergonha e constrangimento. Trazer esses fatos nas sistematizações não é tarefa fácil, porque representa expor vidas particulares. Para tratarmos desse tema sem precisar identificar as mulheres e os casos de violência sofrido por elas, foi feita uma mesa de debates sobre violência e agroecologia.

O debate pontuou existir uma visão de que a agroecologia estaria imune a esta complexa e muitas vezes invisível problemática, devido aos seus princípios que prezam uma convivência mais harmoniosa com a natureza, os seres humanos aí incluídos. Mas constata-se que esse espaço de vivência não traduz por completo seus princípios de harmonia, trazendo em seu bojo desafios que estão presentes na sociedade com um todo. Dada a incoerência entre a violência e os princípios agroecológicos, a violência contra a mulher, na agroecologia, tem que ser considerada por todos como inaceitável.

Devemos estimular essa discussão em outros espaços, “forçar a barra” para que esse debate entre no cotidiano das nossas atividades. Precisamos pautar politicamente na agroecologia, como paradigma de desenvolvimento, a questão da opressão das mulheres.

A Sistematização na Vida das Mulheres

As participantes consideraram que o roteiro proposto contribuiu para aprofundar o olhar sobre alguns temas relacionados ao cotidiano das mulheres, como violência, autonomia, divisão do trabalho. E também chamou a atenção para a importância de se regatar a história dos grupos e as trajetórias de vida das mulheres. Ainda ganharam destaque nas sistematizações: o nascimento, casamento, maturidade, amizade e a saída de casa.

Outro aspecto destacado pelas participantes do projeto foi a ampla diversidade de experiências apresentadas pelas organizações e movimentos, que se encontram em estágios distintos de organização e reflexão sobre os temas da agroecologia e do feminismo. Para as participantes, esse foi o grande desafio, mas também o grande mérito desse processo. Primeiro, porque permitiu maior aproximação e diálogo entre as organizações e movimentos mistos e feministas. E, em segundo lugar, porque a metodologia proposta permitiu que cada organização pudesse participar do projeto a partir da sabedoria acumulada e dos diferentes estágios do debate sobre o tema, em que cada uma se encontrava.

Esse processo deu maior visibilidade ao papel protagonista das mulheres na construção da agroecologia e fortaleceu a capacidade de refletir sobre suas próprias experiências, rompendo com a barreira da sistematização.

“Percebi o valor do meu trabalho e do meu quintal, durante a visita que fizemos à cidade de Afogados de Ingazeira. Eu nunca tinha me dado conta do tanto de coisa que eu tinha ali. Despertou para mim e pra comunidade a valorização do que é meu, e o quanto as mulheres são importantes.”

(Dona Nenzinha – CAA – MG)

A riqueza metodológica é uma marca especial desse processo de sistematização. Algumas mulheres optaram por estimular sistematizações coletivas. E outras as individuais, com o foco no coletivo. A maioria teve a oportunidade de conhecer outras mulheres, de intercambiar suas experiências, dúvidas, problemas e soluções. Algumas criaram a dinâmica de recebimento e envio de cartas, outras fizeram filmagens. Algumas sistematizaram suas experiências através de poesias e músicas. Aconteceram muitas reuniões e seminários nas comunidades. Foram realizados vários encontros de devolução do que foi percebido, alterações nos registros, complementações e modificações. E, de formas diferenciadas, todas as ações lançaram mão de ferramentas participativas. O processo foi bastante participativo, com conversas, visitas a assentamentos, a roças vizinhas e de outras comunidades. Houve o estímulo a debates sobre temas diversos, aconteceram várias reuniões. Principalmente, foi um processo que estimulou muita reflexão. Despertou o desejo de outras mulheres e de outros grupos para continuarem sistematizando novas experiências. Movimentou de várias formas e sentidos as mulheres participantes.

Desmistificou-se, para muitas, a questão de que o trabalho da mulher é “ajuda”, e deixou de ser considerado natural o fato do trabalho da mulher ter menos valor do que o trabalho do homem. Em vários casos, a sistematização mostrou para as mulheres e suas famílias a importância da renda conseguida com a venda dos produtos das mulheres, como hortaliças, doces e artesanato. Através da

sistematização, foi possível visualizar e refletir sobre o “valor que a renda tem” para as mulheres e suas famílias. Além disso, para muitas delas, abriu debates estratégicos, sobre a importância da organização, a importância da abertura de mercados e de acessos a feiras. Evidenciou também as diversas situações de opressão vividas pelas mulheres. E, ao entenderem que essas situações não são isoladas, ao entenderem que são várias as mulheres que passam pela mesma situação, elas encontram forças para reverter essa situação. A sistematização serviu como um processo de ânimo. Estimulou a reflexão sobre as dimensões da autonomia econômica e evidenciou a participação, cada vez maior, das mulheres em espaços que, muitas vezes, são atribuídos somente aos homens.

Ao ler este caderno de experiências, notamos que amplia-se cada vez mais o número de mulheres que constroem cisternas, que são presidentes de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que se reúnem para discutir o seu acesso a políticas públicas, que se organizam para a comercialização de seus produtos. Ao mesmo tempo, este material também nos leva à reflexão de que, embora as mulheres estejam cada vez mais presentes nos espaços ditos produtivos, os homens não estão proporcionalmente aumentando a sua participação nos espaços reprodutivos. Essa discussão põe em pauta, para futuros encontros, a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a incapacidade da sociedade de compartilhar o trabalho doméstico, ou seja, de vê-lo como uma responsabilidade social.

Todo esse processo colocou os temas da mulher e do gênero na pauta das discussões de várias organizações, motivando para que elas refletissem sobre o que estão fazendo e qual a metodologia de que estão se utilizando para levar em consideração um processo de empoderamento das mulheres. Da mesma forma, colocou o tema da agroecologia na pauta de organizações e de movimentos que trabalham com mulheres agricultoras, mas que não têm essa temática amadurecida em suas reflexões. Contribuiu significativamente para que as organizações refletissem sobre a importância da sistematização de suas experiências, considerando que esse processo abre espaço para que as mulheres reflitam sobre suas ações e valorizem seus trabalhos. O processo evidenciou que é necessário um aprofundamento sobre questões que às vezes são veladas, tais como a violência. Fez com que as organizações refletissem sobre o que tem a ver a agroecologia com a violência. Muitos começaram a pensar sobre questões fundamentais, e cito uma que marca: Considerando a importância da dimensão social na Agroecologia, é possível um companheiro receber um prêmio de agricultor agroecológico se, em casa, está violentando sua mulher ou filha?

GT Mulheres da ANA

Mulheres e Agroecologia

Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras - Volume 1

©ActionAid Brasil e Articulação Nacional de Agroecologia

ACTIONAID BRASIL

Rua Morais e vale, nº 111 | 5º andar – Centro

CEP: 20021-260 – Rio de Janeiro – RJ

Tel: 21 2189 4600

www.actionaid.org.br

Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA

Rua da Candelária, nº 9 | 6º andar - Centro

CEP: 20.091-020 – Rio de Janeiro – RJ

Tel: 21 2253 8317 (ramal 242)

www.agroecologia.org.br